

**MINISTÉRIO DAS CIDADES  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
FDS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**MARÇO/2011**

**MINISTÉRIO DAS CIDADES  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
FDS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº. 63/2010, da DN TCU nº. 107/2010, da Portaria TCU nº. 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº. 2.546/2010).

Brasília, 31/03/2011

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

<b>AF</b>	Agente Financeiro
<b>BACEN</b>	Banco Central do Brasil
<b>CCFDS</b>	Conselho Curador do FDS
<b>CER</b>	Módulo de Controle Financeiro do SIAPF
<b>CETIP</b>	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (a partir de 2008, CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos)
<b>CGU</b>	Controladoria-Geral da União
<b>CIWEB</b>	Crédito Imobiliário Web
<b>DEC.</b>	Decreto
<b>DFI</b>	Danos Físicos ao Imóvel
<b>DN</b>	Decisão Normativa
<b>EMGEA</b>	Empresa Gestora de Ativos
<b>EO</b>	Entidade Organizadora
<b>FAF</b>	Fundos de Aplicação Financeira
<b>FAR</b>	Fundo de Arrendamento Residencial
<b>FDS</b>	Fundo de Desenvolvimento Social
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
<b>GESEF</b>	Gerencia Nacional de Seguros e Fundos Habitacionais
<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>IROR</b>	Indicador de remanejamento de recursos orçamentários
<b>IOCO</b>	Indicador de desempenho das operações contratadas sobre o orçamento
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MCid</b>	Ministério das Cidades
<b>MCMV</b>	Minha Casa, Minha Vida
<b>MIP</b>	Morte e Invalidez Permanente
<b>MPOG</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>OCC</b>	Valor das Operações de Crédito Contratadas no Programa no Exercício
<b>OGU</b>	Orçamento Geral da União
<b>PCS</b>	Programa Crédito Solidário
<b>PHP-E-MCMV</b>	Programa Habitacional Popular – Entidades – Minha Casa, Minha Vida
<b>Pnad</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>Port.</b>	Portaria
<b>RCCFDS</b>	Resolução do Conselho Curador do FDS
<b>SELIC</b>	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
<b>SFH</b>	Sistema Financeiro da Habitação
<b>SIACI</b>	Sistema Integrado de Administração de Créditos
<b>SIAPF</b>	Sistema de Acompanhamento dos Programas de Fomento
<b>SIASG</b>	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
<b>SICONV</b>	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
<b>SIFOB</b>	Sistema Formatador de Base
<b>SISFIN</b>	Sistema de Administração Financeira
<b>SM</b>	Salário Mínimo
<b>SNH</b>	Secretaria Nacional de Habitação
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TI</b>	Tecnologia da Informação
<b>TMS</b>	Taxa Média de Referência do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC

<b>UH</b>	Unidade habitacional
<b>UJ</b>	Unidade Jurisdicionada
<b>VOA</b>	Valor orçado anual para a contratação de operações de crédito no Programa
<b>VOR</b>	Valor orçado ou valor orçado na reformulação anterior
<b>VIFUG</b>	Vice-Presidência de Fundos de Governo e Loterias
<b>VRR</b>	Valor reformulado orçamentariamente

## **LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.**

Tabela I – Distribuição Recursos FDS por Região Geográfica – PCS .....	21
Tabela II – Distribuição Recursos FDS por Região Geográfica - PHP-E-MCMV.....	21
Tabela III – Execução do Orçamento – PCS.....	22
Tabela IV – Execução do Orçamento - PHP-E-MCMV .....	23
Tabela V – Execução do Orçamento - PHP-E- MCMV- Compra terreno pela EO.....	24
Tabela VI – Seleção de Propostas - PHP-E-MCMV.....	24
Tabela VII – Resultado das Aplicações do FDS - PCS.....	25
Tabela VIII – Recursos Financiados e Desembolsados - PCS.....	26
Tabela IX – Resultado das Aplicações do FDS - PHP-E-MCMV .....	26
Tabela X – Situação de Obras – PCS .....	27
Tabela XI – Situação das obras - PHP-E-MCMV - Produção .....	28
Tabela XII - Inadimplência PCS – Operações contratadas até 16/05/2008 .....	29
Tabela XIII - Inadimplência PCS – Operações contratadas após 19/05/2008 .....	30
Tabela XIV – Comparativo Inadimplência PCS - Operações contratadas até 16/05/2008.....	30
Tabela XV – Suplementação PCS.....	31
Tabela XVI – Despesas do PCS.....	32
Tabela XVII – Despesas do PHP-E-MCMV.....	32
Tabela XVIII – Patrimônio FDS – Fundo de Investimento .....	35
Tabela XIX – Disponibilidade FDS Outros Recursos .....	36
Tabela XX – Distribuição de Cotas por Instituição .....	36
Tabela XXI – Execução Financeira do FDS .....	38

## SUMÁRIO

Introdução .....	10
1 Informações de identificação da unidade jurisdicionada .....	12
2 Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas .....	14
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade de execução das políticas públicas .....	14
2.1.1 Competência institucional .....	14
2.1.2 Objetivos estratégicos .....	15
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais .....	16
2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida .....	16
2.2.2 Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão .....	17
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade .....	17
2.3.1 Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	17
2.3.1.1 Programa Crédito Solidário.....	18
2.3.1.2 Programa Habitacional Popular – Entidades – Minha Casa, Minha Vida .....	19
2.3.2 Execução física das ações realizadas pela UJ .....	20
2.3.2.1 Distribuição orçamentária nos programas do FDS .....	20
2.3.2.1.1 Programa Crédito Solidário.....	20
2.3.2.1.2 Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV .....	21
2.3.2.2 Execução do orçamento distribuído nos programas do FDS .....	22
2.3.2.2.1 Programa Crédito Solidário.....	22
2.3.2.2.2 Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV .....	23
2.3.2.3 Processo de seleção e hierarquização das propostas .....	24
2.3.2.3.1 No Programa Crédito Solidário.....	24
2.3.2.3.2 No Programa Habitacional Popular – Entidades – Minha Casa, Minha Vida .....	24

2.3.2.4	Resultado das aplicações nos programas com recursos do FDS .....	25
2.3.2.4.1	Programa Crédito Solidário.....	25
2.3.2.4.1.1	Recursos financiados e desembolsados – estoque.....	25
2.3.2.4.2	Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV .....	26
2.3.2.5	Situação das obras contratadas nos programas com recursos do FDS .....	27
2.3.2.5.1	Programa Crédito Solidário.....	27
2.3.2.5.2	Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV .....	28
2.3.2.6	Situação de inadimplência dos beneficiários finais nas obras contratadas .....	28
2.3.2.6.1	No Programa Crédito Solidário.....	29
2.3.2.6.2	No Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV .....	30
2.3.2.7	Suplementação de recursos nos programas com recursos do FDS .....	30
2.3.2.7.1	Programa Crédito Solidário.....	30
2.3.2.7.2	Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV .....	31
2.3.3	Despesas dos Programas .....	31
2.3.3.1	Programa Crédito Solidário.....	31
2.3.3.2	Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV .....	32
2.4	Desempenho orçamentário e financeiro .....	33
2.4.1	Programação orçamentária das despesas.....	33
2.4.2	Execução orçamentária das despesas .....	33
2.4.3	Indicadores Institucionais.....	33
2.4.3.1	Indicador de desempenho das operações contratadas sobre o orçamento – IOCO .....	33
2.4.3.1.1	No Programa Crédito Solidário.....	33
2.4.3.1.2	No Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV .....	33
2.4.3.2	Indicador de remanejamento de recursos orçamentários entre regiões geográficas do País em relação ao orçamento reformulado dos recursos do FDS – IROR.....	34
2.4.3.2.1	No Programa Crédito Solidário.....	34
2.4.3.2.2	No Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV .....	34
2.4.4	Patrimônio financeiro do FDS.....	35

2.4.4.1	Resgate de cotas .....	37
2.4.4.2	Receita financeira .....	38
2.4.4.3	Retorno das operações de crédito .....	38
2.4.4.4	Execução orçamentária do FDS .....	38
2.4.4.5	Remuneração do banco operador – valor e fundamento legal .....	39
2.4.4.6	Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas .....	39
2.4.4.7	Avaliação crítica dos resultados alcançados .....	39
2.4.4.8	Atuação da CAIXA nas ações judiciais .....	40
3	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	40
4	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	40
5	Informações sobre recursos humanos da unidade .....	41
6	Informações sobre transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, vigentes no exercício de referência.....	41
7	Informações atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV .....	41
8	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº. 8.730/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas ..	41
9	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	41
10	Informações quanto a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras (IN nº. 1/2010 e Port. nº. 2/2010, do MPOG), e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis (Dec. nº. 5.940/2006) .....	41
11	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros .....	41
12	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ .....	41
13	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal .....	42
14	Informações sobre Renúncia Tributária .....	42

15	Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a UJ se vincula ou as justificativas para o não cumprimento .....42
16	Informações sobre tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento .....42
17	Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício .....42
18	Demonstrações Contábeis .....42
18.1	Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas .....42
18.2	Parecer da Auditoria Independente .....43
19	Conteúdo específico por UJ ou grupo de unidades afins .....43
20	Resultados e conclusões .....43

## Organograma Funcional

A constituição do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) foi autorizada pelo Decreto nº. 103, de 22/04/1991, e ratificada posteriormente pela Lei nº. 8.677, de 13/06/1993. Por meio do Decreto nº. 1.081, de 08/03/1994, foi aprovado o regulamento do FDS, que em 04/09/2001, foi alterado pelo Decreto nº. 3.907/2001.

Os recursos são provenientes:

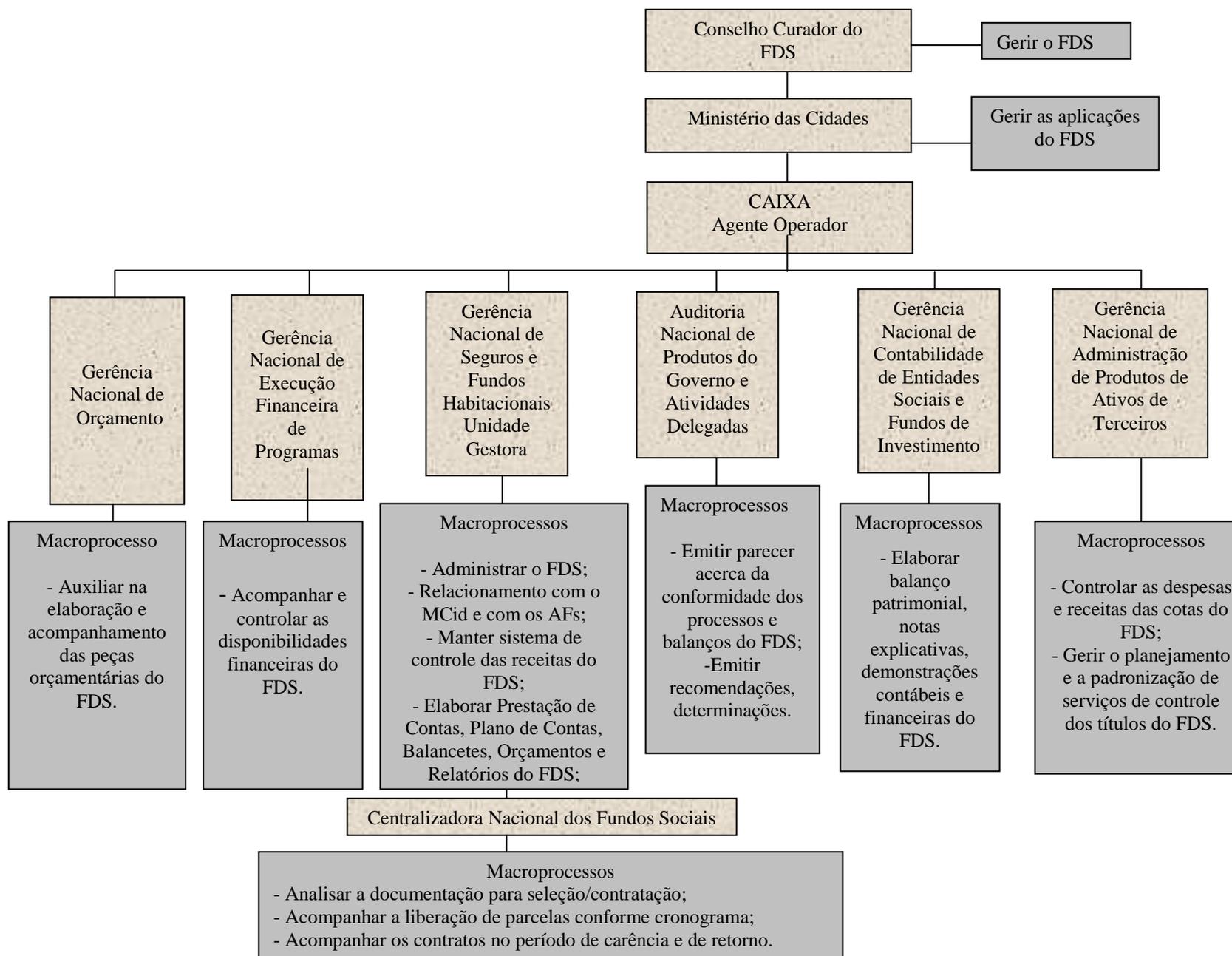
- recursos privados oriundos dos extintos Fundos de Aplicação Financeira (FAF);
- resultado da aplicação das disponibilidades financeiras;
- recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

O Conselho Curador do FDS (CCFDS) é responsável pela gestão do Fundo, o Ministério das Cidades é o Gestor das aplicações dos recursos do FDS e a Vice-Presidência de Fundos de Governo e Loterias (VIFUG) da Caixa Econômica Federal (CAIXA), através da Gerência Nacional de Seguros e Fundos Habitacionais (GESEF), atua como Agente Operador e tem como competências, dentre outras, a de praticar todos os atos necessários à operação do FDS, de acordo com as diretrizes, programas e normas estabelecidas pelo CCFDS e pelo Órgão Gestor.

Para atender o objetivo do FDS, foi criado em 2004, o Programa Crédito Solidário (PCS) e em 2009 o Programa Habitacional Popular – Entidades - Minha Casa, Minha Vida (PHP-E-MCMV).

Os Programas com recursos do FDS visam:

- proporcionar o acesso à moradia regular, à população de baixa renda que não tem capacidade de poupança, mediante crédito com condições especiais e subsidiadas;
- contribuir efetivamente na redução do déficit habitacional, atingindo prioritariamente, famílias com renda bruta mensal inferior a três salários mínimos e excepcionalmente, admitindo-se o atendimento a famílias com renda entre três e cinco salários mínimos;
- estimular o regime de cooperativismo habitacional e o princípio de ajuda mútua, garantindo a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais comuns, observadas as necessidades, características, usos e costumes locais.



## Introdução

O Relatório de Gestão do FDS foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, DN TCU nº. 107/2010, Portaria TCU nº. 277/2010 e as orientações constantes na Portaria CGU nº. 2.546/2010.

Em observância ao que preconizam as referidas normas, este Relatório apresenta três partes fundamentais, cujo encadeamento consubstancia, frente às responsabilidades institucionais do FDS, o demonstrativo das ações desenvolvidas no exercício de 2010.

A primeira parte do Relatório, denominada responsabilidades institucionais da unidade, dispõe tanto sobre os aspectos legais, intrínsecos à constituição e às responsabilidades do FDS, quanto aos objetivos estratégicos projetados para o referido exercício.

As demais partes, ao abordarem as estratégias de atuação e os resultados alcançados nos programas de governo, quando da elaboração da proposta orçamentária para o exercício, comparando-se à sua execução, demonstram, respectivamente, a forma pela qual a gestão do Fundo procurou desenvolver as ações necessárias à realização dos objetivos traçados, bem como a mensuração e a avaliação do desempenho do FDS.

Também é apresentada a descrição dos indicadores utilizados para gerenciar a conformidade e o desempenho dos programas, bem como a aferição dos resultados quantitativos e qualitativos alcançados e a eficácia, eficiência e a efetividade no cumprimento das metas ou objetivos previstos.

Do rol de itens da DN TCU nº. 107/2010, não se aplicam à natureza jurídica do FDS:

- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;
- Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores;
- Informações sobre recursos humanos da unidade;
- Informações sobre transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, vigentes no exercício de referência;
- Informações atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV;
- Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros;
- Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal;
- Informações sobre Renúncia Tributária;
- Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins;

A estratégia estabelecida para o exercício de 2010 se resumiu na aplicação dos recursos do FDS no PCS no valor total de R\$ 80 milhões, acompanhamento das obras em andamento, e do retorno dos recursos do FDS aplicados no Programa. No PHP-E-MCMV deu-se prioridade a aplicação dos R\$ 420 milhões alocados no Plano de Metas e em função do déficit habitacional por região do País;

Como principal medida para o exercício de 2011, aguarda-se o efetivo aporte de recursos da União ao FDS para aplicação no PHP-E-MCMV, no montante de R\$ 820 milhões, previstos na LOA 2011, e o cumprimento do Plano de Metas Físicas aprovado pelo CCFDS de aplicação de R\$ 80 milhões no PCS, além de atuar no acompanhamento das obras e inadimplência do PCS.

## 1 Informações de identificação da unidade jurisdicionada

<b>Poder e Órgão de vinculação ou de supervisão</b>	Ministério das Cidades		
<b>Nome completo</b>	Fundo de Desenvolvimento Social		
<b>Denominação abreviada</b>	FDS		
<b>Código SIORG</b>	Não se aplica.		
<b>Código na LOA</b>	Não se aplica.		
<b>Situação operacional</b>	Ativa		
<b>Natureza jurídica</b>	Outros fundos que, em razão de previsão legal, devam prestar contas ao Tribunal, incluindo os órgãos e entidades supervisoras ou gestores e os bancos operadores desses fundos.		
<b>Principal atividade econômica</b>	Habitação de Interesse Social.		
<b>Telefones/fax de contato</b>	(061)3206-8960	(061)3206-9052	(061)3206-8662
<b>E-mail</b>	gesef@caixa.gov.br; sufus@caixa.gov.br		
<b>Página na internet</b>	<a href="http://www.cidades.gov.br">www.cidades.gov.br</a> e <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		
<b>Endereço postal</b>	MINISTÉRIO DAS CIDADES - SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO - SAUS, Quadra 01, lote 1/6 - Bloco H, 11º Andar – Sala 1.101 Edifício Telemundi II - 70070-010 - Brasília - DF CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - SBS Quadra 04 Lotes 03/04 Edifício Matriz I 13º andar - 70092-900 – Brasília - DF		
<b>NORMAS DE CRIAÇÃO E RELACIONADAS À GESTÃO E ESTRUTURA DA UJ</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº. 8.677, de 13/06/1993 – Ratifica o Decreto nº. 103;</li> <li>• Decreto nº. 103, de 22/04/1991 – Autoriza a Caixa Econômica Federal a instituir e gerir o Fundo de Desenvolvimento Social - FDS;</li> <li>• Decreto nº. 1.081, de 08/03/1994 - Regulamenta o FDS;</li> <li>• Decreto nº. 3.907, de 04/09/2001 – Altera o Decreto nº. 1.081.</li> </ul>			
<b>PROGRAMA CRÉDITO SOLIDÁRIO</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução CCFDS nº. 121, de 09/01/2008 - Confere nova disciplina ao PCS criado pela Resolução CCFDS nº 93;</li> <li>• Resolução CCFDS nº. 156, de 08/04/2010 - Altera a Resolução CCFDS nº. 121 para efeitos da transferência dos recursos alocados na Carteira Subsídios do FDS à conta específica do FDS;</li> <li>• Resolução CCFDS nº. 158, de 08/04/2010 - Inclui a alínea “o.1” no item 11 da Resolução CCFDS nº. 121 e altera o Art. 18 da Resolução CCFDS nº. 137;</li> <li>• Resolução CCFDS nº. 163, de 14/07/2010 - Altera alínea “b” do subitem 9.2 da Resolução CCFDS nº. 121;</li> <li>• Resolução CCFDS nº. 164, de 14/07/2010 - Altera o Art. 14 da Resolução CCFDS nº. 137;</li> <li>• Instrução Normativa Ministério das Cidades nº. 14, de 25/03/2008 – Regulamenta a Resolução CCFDS nº. 121 e confere novas regras ao processo de seleção e contratação de projetos.</li> </ul>			
<b>PROGRAMA HABITACIONAL POPULAR – ENTIDADES – MINHA CASA, MINHA VIDA</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº. 6.962, de 17/09/2009 - Regulamenta as Seções I, II, III e IV do Capítulo I e o Capítulo II da Lei nº 11.977 e dá outras providências ;</li> <li>• Resolução CCFDS nº. 141, de 10/06/2009 - Regulamenta a utilização de recursos da União previstos no Art. 17 da MP nº. 459, de 25/03/2009, e no Art. 16 do Decreto nº. 6.819 de 13/04/2009, criando o Programa Habitacional Popular - Entidades - Minha Casa, Minha Vida;</li> <li>• Resolução CCFDS nº. 154, de 24/03/2010 - Altera a redação da alínea “j” do item 11 e item 12,1; inclui alínea “q.1” no item 11 e subitem 15.8 no item 15 da Resolução CCFDS nº 141;</li> <li>• Resolução CCFDS nº. 156, de 08/04/2010 - Altera a Resolução CCFDS nº. 121 para efeitos da transferência dos recursos alocados na Carteira Subsídios do FDS à conta específica do FDS;</li> <li>• Resolução CCFDS nº. 159, de 19/05/2010 - Altera a alínea “c” e inclui a letra “c.1” no item 15.6 da</li> </ul>			

Resolução CCFDS nº. 141. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução CCFDS nº. 167, de 15/09/2010 - Inclui a alínea “a.1” no item 15.7 da Resolução CCFDS nº. 141.</li> <li>• Instrução Normativa Ministério das Cidades nº. 036, de 15/07/2009 - Regulamenta a Resolução CCFDS nº. 141.</li> <li>• Portaria Ministério das Cidades nº. 140, de 05/03/2010;</li> </ul>		
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da UJ</b>	Não há manuais publicados.	
<b>Códigos e nomes das Unidades Gestoras no Sistema SIAFI</b>	<b>Nome</b>	<b>Código</b>
	Não se aplica	Não se aplica.

## **2 Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas**

### **2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade de execução das políticas públicas**

#### **2.1.1 Competência institucional**

O FDS é gerido por um Conselho Curador, órgão colegiado, instituído pelo Decreto nº. 103/1991, com nova redação dada pela Lei nº. 8.677/1993, regulamentado pelo Decreto nº. 1.081/1994 e alterado pelo Decreto nº. 3.907/2001 e tem como atribuição principal definir as diretrizes a serem observadas na concessão de empréstimos e financiamentos com recursos do FDS e seus respectivos retornos.

O CCFDS é composto por representantes das seguintes entidades:

- Ministério das Cidades;
- Secretaria-Executiva do CCFDS;
- Ministério da Fazenda;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- Caixa Econômica Federal;
- Banco Central do Brasil;
- Confederação Nacional das Instituições Financeiras;
- Confederação Nacional do Comércio;
- Confederação Nacional da Indústria;
- Confederação Geral dos Trabalhadores;
- Central Única dos Trabalhadores;
- Força Sindical; e
- Social-Democracia Sindical.

A presidência do Conselho é exercida pelo Ministério das Cidades.

O Regimento Interno do Conselho Curador, aprovado pelo Decreto nº. 1.081, de 08/03/1994, alterado pelo Decreto nº. 3.907, de 04/09/2001, e Resolução CCFDS nº. 86, de 23/10/2002, estabelece a sua composição e suas atribuições.

As matérias submetidas à deliberação do CCFDS são anteriormente discutidas no Grupo Técnico de Apoio Permanente ao Conselho Curador, constituído por representantes de todas as entidades que integram aquele Colegiado.

O Ministério das Cidades, em decorrência da edição da Medida Provisória nº. 103/2003, convertida na Lei nº. 10.683, de 28/05/2003, é o Gestor das aplicações dos recursos do FDS e tem como competência:

- estabelecer critérios, procedimentos e parâmetros básicos para análise, seleção e contratação com recursos do FDS;
- acompanhamento e avaliação dos projetos a serem financiados;
- acompanhar e avaliar permanentemente as ações desenvolvidas para a implementação dos Programas e os resultados obtidos na aplicação dos recursos;
- classificar e selecionar as propostas de financiamento;
- gerir a aplicação dos recursos do FDS.

A CAIXA, de acordo com o Decreto nº. 1.081/1994, alterado pelo Decreto nº. 3.907, de 04/09/2001, atua como agente operador dos recursos do FDS e tem como competência:

- definir e divulgar os procedimentos operacionais necessários à execução dos Programas;
- controlar e acompanhar a execução orçamentária;
- cadastrar e habilitar os Agentes Financeiros;
- analisar as propostas de operações de crédito;
- contratar operações de crédito, responsabilizando-se pelo acompanhamento de sua execução e zelando pela correta aplicação dos recursos;
- orientar, acompanhar e avaliar o desempenho dos Agentes Financeiros e das Entidades Organizadoras (EO);
- acompanhar e avaliar a execução dos empreendimentos;
- avaliar e aperfeiçoar, sistematicamente, os parâmetros operacionais;
- apresentar relatórios mensais de acompanhamento do Programa e dos Projetos, conforme modelo definido pela SNH/MCid.

### **2.1.2 Objetivos estratégicos**

O FDS tem por objetivo buscar a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, por meio de financiamentos de projetos de investimento de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários.

Objetiva ainda financiar projetos de iniciativa de pessoas físicas, empresas e entidades do setor privado, vedada a concessão de financiamentos a projetos de órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios ou instituições sob seu controle direto ou indireto.

O Plano de Metas e as Diretrizes Gerais para a aplicação dos recursos alocados ao FDS, para o exercício de 2010, no PHP-E-MCMV, foram estabelecidos pela Resolução CCFDS nº. 148, de 14/01/2010, no valor total de R\$ 421 milhões alocados com recursos do OGU, em função do déficit habitacional por região do País e do aporte de recursos pela União.

Para o PCS, o Plano de Metas e as Diretrizes Gerais para aplicação dos recursos do FDS, para o exercício de 2010, foram estabelecidos pela Resolução CCFDS nº. 150, de 14/01/2010, no valor total de R\$ 80 milhões, também, em função do déficit habitacional por região do País.

Para o exercício de 2010 foram traçados os seguintes objetivos estratégicos para o FDS:

- aplicação da totalidade dos recursos previstos nos Planos de Metas e Diretrizes Gerais do FDS;
- monitorar e fiscalizar a construção dos empreendimentos;
- regularizar obras atrasadas e paralisadas.

## **2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais**

### **2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida**

Várias ações foram desenvolvidas para o alcance dos objetivos estratégicos, tais como:

- aperfeiçoamento do processo de contratação das propostas selecionadas;
- criação da Centralizadora de Fundos Sociais para um melhor controle e padronização dos processos;
- realização de videoconferências com a participação de Entidades Organizadoras, Agente Financeiro, Ministério das Cidades e Agente Operador, com o objetivo de identificar dificultadores no processo e acelerar o encaminhamento de propostas para seleção e contratação;
- redução do prazo para liberação de recursos ao Agente Financeiro para evitar atrasos e paralisações das obras.

A execução destas ações resultou em melhorias nos programas habitacionais com recursos do FDS.

Deu-se início a contratação de aquisição de terreno pela Entidade Organizadora como substituta temporária dos beneficiários.

## **2.2.2 Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão**

Ao avaliar as realizações do FDS ao longo do exercício, verifica-se que houve um interesse maior por financiamentos regidos pelas regras do PHP-E-MCMV, tendo em vista o programa oferecer condições mais favoráveis para o beneficiário final.

Dos recursos disponibilizados para o PHP-E-MCMV foram utilizados R\$ 202,1 milhões, 53,78% do total de R\$ 375,8 milhões alocados pela União (R\$ 400 milhões menos as despesas) . Houve um crescimento nas contratações do Programa em relação a 2009, que foi de 6,4% do total de R\$ 187 milhões.

A utilização dos recursos não foi maior tendo em vista que R\$ 110 milhões foram segregados para o financiamento das unidades habitacionais decorrentes dos projetos vinculados ao financiamento direto com a EO, o que totaliza 29,26% dos recursos alocados.

Já no PCS foram utilizados R\$ 1,2 milhões, 1,5% do total de R\$ 80 milhões disponíveis. Percentual inferior ao utilizado em 2009, que foi de 39,18% do total de R\$ 100 milhões disponíveis. Esse resultado é explicado pelo direcionamento dos projetos para o PHP-E-MCMV cujas condições são melhores para os beneficiários.

A estratégia de aplicação dos recursos atingiu 44,60% do recurso alocado para os dois programas em 2010, o que significa que, mesmo com a redução de projetos contratados no PCS, um número maior de financiamentos concedidos com recursos do FDS em relação ao ano de 2009.

O exercício de 2010 tem como destaque as alterações nas normas dos programas que buscaram desburocratizar e aperfeiçoar os programas, destacando-se:

No PHP-E-MCMV, a Resolução CCFDS nº. 166, de 15/09/2010, estabeleceu que ao valor máximo de aquisição das unidades do Programa poderão ser acrescidos os custos relativos à aquisição e instalação de equipamento de energia solar, incluindo os serviços de instalações hidráulicas.

Para incentivar a contratação no PCS, o limite do valor de financiamento unitário foi alterado pela Resolução CCFDS nº. 163, de 14/07/2010, passando a vigorar valores mais adequados a realidade econômica do país.

Em função da centralização das atividades do FDS, os custos do Agente Operador foram reduzidos. Assim, foi publicada a Resolução CCFDS nº. 169 de 15/09/2010 que alterou a Resolução CCFDS nº. 18, de 26/03/1992, reduzindo para 1% a.a. (um por cento ao ano) a taxa de administração percebida pelo Agente Operador do FDS, a título de remuneração pela prestação dos serviços de gestão do Fundo, calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo de Investimento do FDS.

## **2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade**

### **2.3.1 Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ**

### 2.3.1.1 Programa Crédito Solidário

A Resolução CCFDS nº. 121 de 19/01/2008 confere uma nova disciplina ao PCS criado pela Resolução CCFDS nº. 93, de 28/04/2004.

O Programa visa atender às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, possibilitando a produção e a aquisição de novas habitações, a conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física, em áreas urbanas e rurais em todo território nacional.

O PCS tem como público alvo as famílias, organizadas de forma associativa, com renda bruta mensal de até R\$ 1.125,00, em condições especiais e subsidiadas:

- dispensada a cobrança de taxa de juros;
- dispensada a cobrança de atualização monetária no período de execução da obra;
- desconto de 10% no valor da prestação paga até a data de vencimento;
- pagamento à entidade associativa de 5% do valor da prestação, se o grupo estiver 100% adimplente;
- dispensado o pagamento de prêmio de seguro de morte e invalidez permanente, sendo que no caso de sinistro a dívida é assumida pelo FDS a título de subsídio.

É permitida a contratação de financiamento ao beneficiário final maior de 60 anos de idade, limitada a 5% do total de unidades financiadas no Programa.

Os recursos do Programa são oriundos do FDS, previstos no Plano de Contratações e Metas Físicas aprovado pelo CCFDS, limitados à capacidade de assunção pelo Fundo do aporte à Conta Equalizadora e ao pagamento da taxa de administração ao Agente Financeiro com os recursos da Carteira Subsídios do FDS.

Em caráter complementar aos recursos do FDS, é previsto o aporte por parte dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à composição do investimento a ser realizado.

Para atender os subsídios do Programa foi constituída a Conta Equalizadora com aporte pelo FDS dos seguintes valores:

- recurso oneroso - constituído do percentual de 20% do valor de financiamento concedido ao beneficiário final;
- recurso da Conta Subsídios do FDS - percentual variável em função do prazo de amortização e carência, limitado a 50% do valor de financiamento;
- retorno do financiamento pago pelo beneficiário final;
- aporte de recursos, a título de caução financeira, de no mínimo 10% do valor de financiamento ao beneficiário final, realizado por Agente Público ou Privado,

Agente Financeiro do SFH, Cooperativas, Associações e demais entidades da sociedade civil.

No ato da contratação do financiamento com o beneficiário final, os recursos são depositados na Conta Equalizadora, remunerados à taxa de mercado (SELIC) e movimentados, exclusivamente, nas seguintes situações:

- retorno da prestação mensal dos recursos onerosos do FDS;
- retorno à Conta Subsídios do FDS de eventual saldo remanescente ao final do prazo da operação;
- retorno à Conta Subsídios do FDS de recursos excedentes, após avaliação anual do Agente Operador.

### **2.3.1.2 Programa Habitacional Popular – Entidades – Minha Casa, Minha Vida**

A Resolução CCFDS nº. 141, de 10/06/2009 instituiu o PHP-E-MCMV, com o objetivo de atender às necessidades habitacionais da população de baixa renda, em áreas urbanas, por intermédio da concessão de financiamentos aos beneficiários organizados de forma associativa por uma Entidade Organizadora, cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando à produção e a aquisição de novas habitações, observadas as modalidades operacionais, e atendendo aos padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade.

O valor a ser desembolsado pelo FDS será composto de financiamento e desconto variável, concedido a título de subsídio, de acordo com a capacidade de pagamento do beneficiário, pessoa física.

O comprometimento de renda para pagamento das prestações mensais é de 10% da renda familiar mensal bruta apurada ou R\$ 50,00 mensais, o que for maior. O pagamento do financiamento é realizado por meio de prestações mensais pelo prazo fixo de 120 meses.

O Programa tem como público alvo as famílias organizadas de forma associativa, com renda bruta mensal de até R\$ 1.395,00, em condições especiais e subsidiadas:

- dispensada a cobrança de taxa de juros;
- dispensada a cobrança de atualização monetária no período de execução da obra;
- desconto de 10% no valor da prestação paga até a data de vencimento;
- pagamento à EO de 5% do valor da prestação, se o grupo estiver 100% adimplente;
- assunção pelo FDS de ocorrências de Morte e Invalidez Permanente (MIP), dispensado o pagamento de prêmio de seguro;
- assunção pelo FDS de ocorrências de Danos Físicos no Imóvel (DFI).

Mulheres chefes de família, pessoas com deficiência, idosos e populações em vulnerabilidade social tais como quilombolas, índios, pescadores, ribeirinhos e beneficiários oriundos das demais comunidades tradicionais, são priorizados entre os beneficiários.

É permitida a contratação de financiamento pelos beneficiários maiores de 60 anos de idade, desde que possuam capacidade civil nos termos da Lei e se enquadrem nas condições do Programa.

O Programa possibilita a contratação direta da Entidade Organizadora como substituta temporária dos beneficiários nas seguintes formas de intervenções:

- aquisição de terreno pela EO, pagamento de despesas de legalização do terreno e pagamento de assistência técnica para elaboração de projetos, com financiamento futuro aos beneficiários para produção de UH;
- construção de UH pela EO, em terreno de sua propriedade, com financiamento futuro das UH aos beneficiários.

Os recursos do Programa são oriundos do FDS, por meio de aporte de recursos do (OGU), no âmbito do Programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”.

Em caráter complementar aos recursos do FDS é previsto o aporte por parte dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à composição do investimento a ser realizado.

As prestações mensais pagas pelo beneficiário do Programa ficam segregadas em conta específica no Fundo, devidamente remunerada pela Taxa Média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

## **2.3.2 Execução física das ações realizadas pela UJ**

### **2.3.2.1 Distribuição orçamentária nos programas do FDS**

#### **2.3.2.1.1 Programa Crédito Solidário**

O Plano de Metas e as Diretrizes Gerais estabelecidas pela Resolução CCFDS nº. 150, de 14/01/2010, fixou em R\$ 80 milhões os recursos do FDS a serem aplicados no PCS para o exercício de 2010, conforme a tabela adiante apresentada:

**Tabela I – Distribuição Recursos FDS por Região Geográfica – PCS**

<b>Distribuição Recursos FDS por Região Geográfica - PCS</b>			
<b>Regiões</b>	<b>Déficit absoluto até 03 SM (em UH)</b>	<b>Distribuição orçamentária (%)</b>	<b>Distribuição de recursos (R\$)</b>
Norte	675.752	10,28	8.224.000,00
Nordeste	2.398.955	36,49	29.192.000,00
Sudeste	2.308.276	35,11	28.088.000,00
Sul	741.057	11,27	9.016.000,00
Centro-Oeste	450.485	6,85	5.480.000,00
<b>Total</b>	<b>6.574.524</b>	<b>100,00</b>	<b>80.000.000,00</b>

Fonte: RCCFDS nº. 150/2010

**2.3.2.1.2 Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV**

O Plano de Metas e as Diretrizes Gerais estabelecidas pela Resolução CCFDS nº. 148, de 14/01/2010, fixou em R\$ 421 milhões os recursos do FDS a serem aplicados no PHP-E-MCMV para o exercício de 2010, conforme a tabela abaixo apresentada:

**Tabela II – Distribuição Recursos FDS por Região Geográfica - PHP-E-MCMV**

Valores em R\$/quantidade

<b>Distribuição Recursos FDS por Região Geográfica - PHP-E-MCMV</b>			
<b>UF</b>	<b>Déficit absoluto até 03 SM (em UH)</b>	<b>%</b>	<b>Orçamento destinado</b>
RO	56.400	0,86	R\$ 3.620.600,00
AC	25.118	0,38	R\$ 1.599.800,00
AM	140.511	2,14	R\$ 9.009.400,00
RO	17.971	0,27	R\$ 1.136.700,00
PA	338.957	5,16	R\$ 21.723.600,00
AP	28.357	0,43	R\$ 1.810.300,00
TO	68.438	1,04	R\$ 4.378.400,00
<b>NORTE</b>	<b>675.752</b>	<b>10,28</b>	<b>R\$ 43.278.800,00</b>
MA	508.991	7,74	R\$ 32.585.400,00
PI	156.424	2,38	R\$ 10.019.800,00
CE	360.540	5,48	R\$ 23.070.800,00
RN	131.130	2,00	R\$ 8.420.000,00
PB	147.968	2,25	R\$ 9.472.500,00
PE	313.735	4,77	R\$ 20.081.700,00
AL	138.247	2,10	R\$ 8.841.000,00
SE	78.814	1,20	R\$ 5.052.000,00
BA	563.106	8,57	R\$ 36.079.700,00
<b>NORDESTE</b>	<b>2.398.955</b>	<b>36,49</b>	<b>R\$ 153.622.900,00</b>
MG	595.827	9,06	R\$ 38.142.600,00
ES	110.369	1,68	R\$ 7.072.800,00
RJ	489.115	7,44	R\$ 31.322.400,00
SP	1.112.964	16,93	R\$ 71.275.300,00
<b>SUDESTE</b>	<b>2.308.276</b>	<b>35,11</b>	<b>R\$ 147.813.100,00</b>

<b>Distribuição Recursos FDS por Região Geográfica - PHP-E-MCMV</b>			
<b>UF</b>	<b>Déficit absoluto até 03 SM (em UH)</b>	<b>%</b>	<b>Orçamento destinado</b>
PR	279.417	4,25	R\$ 17.892.500,00
SC	135.130	2,05	R\$ 8.630.500,00
RS	326.510	4,97	R\$ 20.923.700,00
<b>SUL</b>	<b>741.057</b>	<b>11,27</b>	<b>R\$ 47.446.700,00</b>
MS	78.882	1,20	R\$ 5.052.000,00
MT	87.040	1,32	R\$ 5.557.200,00
GO	182.718	2,78	R\$ 11.703.800,00
DF	101.845	1,55	R\$ 6.525.500,00
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>450.485</b>	<b>6,85</b>	<b>R\$ 28.838.500,00</b>
<b>TOTAL BRASIL</b>	<b>6.574.524</b>	<b>100,00</b>	<b>R\$ 421.000.000,00</b>

Dados: Pnad 2007 e RCCFDS n°. 148/2010

### 2.3.2.2 Execução do orçamento distribuído nos programas do FDS

#### 2.3.2.2.1 Programa Crédito Solidário

A distribuição dos recursos orçamentários por região teve como objetivo o atendimento ao déficit habitacional, no entanto o valor contratado nas operações foi de R\$ 1,2 milhões.

**Tabela III – Execução do Orçamento – PCS**

Valores em R\$

<b>Execução do Orçamento - PCS</b>				
<b>Regiões</b>	<b>Distribuição orçamentária dos recursos em 2010</b>	<b>Financiamentos realizados em 2010</b>	<b>% de realização em 2010</b>	<b>% de realização em 2009</b>
	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>	<b>[(c=b/a)]</b>	<b>(d)</b>
Norte	8.224.000,00	0,00	0	24,30
Nordeste	29.192.000,00	0,00	0	49,91
Sudeste	28.088.000,00	1.200.000,00	4,27	36,34
Sul	9.016.000,00	0,00	0	17,77
Centro-oeste	5.480.000,00	0,00	0	66,6
<b>Total</b>	<b>80.000.000,00</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>1,50</b>	<b>39,18</b>

Fonte: SIAPF

Posição: 31.12.2010

A Tabela III demonstra que somente 1,5% do orçamento para 2010 foram aplicados. Percentual inferior ao aplicado em 2009, que atingiu 39,18%.

O resultado foi motivado pela criação do PHP-E-MCMV, onde as condições de financiamento são mais benéficas para o beneficiário final, atraindo um número maior de interessados.

### 2.3.2.2.2 Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV

Embora o CCFDS tenha aprovado R\$ 421 milhões, como orçamento para 2010, a LOA de 2010 disponibilizou apenas R\$ 200 milhões para o FDS que adicionado à LOA de 2009 perfaz R\$ 400 milhões. Desse montante, R\$ 24,1 milhões foram destinados a despesas do PHP-E-MCMV.

Neste Programa a distribuição dos recursos orçamentários por região, também, procurou atender os locais com maior déficit habitacional, cujo valor contratado nas operações foi de R\$ 202 milhões.

**Tabela IV – Execução do Orçamento - PHP-E-MCMV**

Valores em R\$

Execução do Orçamento - PHP-E-MCMV						
Regiões	Distribuição orçamentária dos recursos em 2010	% Participação no orçamento	Recursos recebidos OGU	Financiamento realizado em 2010	% de realização em 2010	% de realização em 2009
			(a)	(b)	[(c=b/a)]	(d)
Norte	43.278.800,00	10,28	38.641.597,74	0,00	0,00	13,28
Nordeste	153.622.900,00	36,49	137.162.636,33	53.410.633,72	38,94	0
Sudeste	147.813.100,00	35,11	131.975.340,14	54.044.599,05	40,95	11,7
Sul	47.446.700,00	11,27	42.362.918,92	24.032.807,05	56,73	8,25
Centro-oeste	28.838.500,00	6,85	25.748.535,46	70.678.128,37	274,49	0
<b>Total</b>	<b>421.000.000,00</b>	<b>100,00</b>	<b>375.891.028,59</b>	<b>202.166.168,19</b>	<b>53,78</b>	<b>6,40</b>

Fonte: SIAPF

Posição: 31.12.2010

Na Tabela IV verifica-se que 53,78% dos recursos recebidos do OGU foram aplicados em 2010, percentuais bem acima de 2009 devido à consolidação do Programa.

A tabela demonstra também que a região Centro-Oeste utilizou 174,49% acima do previsto enquanto a região Norte não utilizou os recursos previstos para a região.

A Resolução CCFDS n°. 141, de 10/06/2009, autoriza a contratação direta com a EO, com a respectiva segregação de recursos para o financiamento da UH. A Tabela V apresenta o resultado dessa aplicação, na qual foram contratados R\$ 12,8 milhões para o terreno e segregado R\$ 92,52 milhões para o financiamento das UH.

A Resolução CCFDS n°. 167, de 15/09/2010, que alterou a Resolução CCFDS n°. 141, autoriza a segregação de 22% dos recursos recebidos do programa para a Modalidade de Compra de Terreno pela EO. Dos recursos recebidos do OGU foi segregado o montante de R\$ 110.000.000,00.

Tabela V – Execução do Orçamento - PHP-E- MCMV- Compra terreno pela EO

Valores em R\$

Execução do Orçamento - PHP-E-MCMV - Compra terreno pela EO						
Ano	Recursos recebidos OGU	Recursos disponibilizados	Recursos empenhados	Recursos a contratar de UH	Valores contratados	% Comp. recur. receb. OGU
2009	200.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2010	200.000.000,00	110.000.000,00	105.344.000,00	92.526.947,38	12.817.052,62	11,65
<b>Total</b>	<b>400.000.000,00</b>	<b>110.000.000,00</b>	<b>105.344.000,00</b>	<b>92.526.947,38</b>	<b>12.817.052,62</b>	<b>11,65</b>

Avaliando o resultado geral da execução orçamentária do FDS no PHP-E-MCMV, considerando a aplicação nas modalidades aquisição de terreno e construção, e financiamento direto com a EO, agregando os recursos segregados para o financiamento futuro das UH, verifica-se que dos R\$ 376 milhões disponíveis para a obra, R\$ 307,5 encontram-se alocados em operações de financiamento, o que representa 82% dos recursos aportados ao Programa.

### 2.3.2.3 Processo de seleção e hierarquização das propostas

#### 2.3.2.3.1 No Programa Crédito Solidário

No exercício de 2010 não houve seleção de proposta no PCS, uma vez que as entidades interessadas na contratação de financiamentos, com recursos do FDS, optaram pelo PHP-E-MCMV onde as condições de financiamento são mais benéficas para o beneficiário final. Foi contratada somente uma proposta selecionada no exercício anterior.

#### 2.3.2.3.2 No Programa Habitacional Popular – Entidades – Minha Casa, Minha Vida

Em 2010 foram selecionadas nesse Programa 73 propostas e efetivada a contratação de 65 propostas, incluindo 9 selecionadas em 2009.

Tabela VI – Seleção de Propostas - PHP-E-MCMV

Valores em R\$/unidades

Propostas para Seleção – PHP-E-MCMV			
Propostas		Previsão de financiamento FDS	UH
Situação	Quantidade		
Selecionadas em 2009 e contratada em 2010	9	18.457.563,53	590
Selecionadas e contratadas	56	183.708.604,66	6.989
Selecionadas e canceladas	4	9.443.798,65	356
Selecionadas em 2010 a contratar em 2011	13	40.790.212,60	1.232
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>252.400.179,44</b>	<b>9.167</b>

Fonte: Controle GESEF

Posição: 31/12/2010

Das propostas selecionadas em 2010, 08 estão incluídas na modalidade "Aquisição de Terreno pela EO".

Foram contratadas no exercício 79,27% das propostas selecionadas, o que representa 53,78% do total de recursos aportados, menos as despesas.

## 2.3.2.4 Resultado das aplicações nos programas com recursos do FDS

### 2.3.2.4.1 Programa Crédito Solidário

O resultado das aplicações dos recursos do FDS no PCS nos anos de 2005 a 2010 está consolidado na tabela VII:

**Tabela VII – Resultado das Aplicações do FDS - PCS**

Valores em R\$ / Unidade

Resultado das Aplicações do FDS - PCS							
Ano	Recursos Onerosos do FDS	Desembolsado	Moradias construídas UH <sup>2</sup>	Valor médio por Unidade habitacional <sup>1</sup>	Empregos gerados	População beneficiada <sup>3</sup>	Renda média familiar
2005	20.717.286,87	20.541.043,53	1.618	11.932,65	1.937	6.537	1,64
2006	87.653.507,75	78.233.511,82	4.666	17.129,17	8.535	18.851	2,1
2007	109.009.240,80	92.997.513,56	5.632	17.952,17	11.534	22.753	2,3
2008	167.867.798,16	140.936.621,00	8.012	18.055,92	19.187	32.368	2,06
2009	47.028.209,48	29.252.194,37	1.774	22.083,16	5.984	7.167	2,24
2010	1.440.000,00	477.600,00	117	30.000,00	259	473	1
<b>Total</b>	<b>433.716.043,06</b>	<b>362.438.484,28</b>	<b>21.819</b>	<b>17.722,96</b>	<b>47.436</b>	<b>88.149</b>	<b>1,89</b>

Fonte: SIAPF/SIFOB/SIACI

Posição: 31/12/2010

<sup>1</sup>O valor médio da unidade é calculado considerando somente o valor da obra (R\$ 386.697.353,98).

<sup>2</sup>As diferenças apresentadas em relação aos valores contratados e número de unidades de 2005 a 2010 referem-se às suplementações realizadas e ajustes no banco de dados do Agente Financeiro, respectivamente.

<sup>3</sup>A população beneficiada foi apurada considerando a família com 4,04 pessoas.

Como pode-se observar o PCS vem atingindo seu objetivo quanto ao atendimento ao público alvo, uma vez que consegue atender a renda média de aproximadamente 2 salários mínimos, ao custo médio de R\$ 18 mil nos últimos 5 anos. O custo médio de 2010 não é representativo, pois foi contratado apenas um empreendimento.

#### 2.3.2.4.1.1 Recursos financiados e desembolsados – estoque

A Tabela VIII apresenta informações consolidadas referentes aos recursos financiados e desembolsados no PCS no período compreendido entre 2005 a 2010:

Tabela VIII – Recursos Financiados e Desembolsados - PCS

Valores em R\$

Recursos Financiados e Desembolsados - PCS					
Ano	Financiado obra	Desembolsado obra	Fundo Garantidor	Conta Equalizadora (20%)	Total desembolsado
2005	19.307.022,59	19.130.779,25	1.410.264,28	0,00	20.541.043,53
2006	81.244.115,36	71.827.099,55	6.406.412,29	0,00	78.233.511,84
2007	101.106.641,39	85.094.914,15	7.902.599,41	0,00	92.997.513,56
2008	144.664.043,64	117.732.866,46	4.569.154,33	18.634.600,19	140.936.620,98
2009	39.175.531,00	21.399.515,89	0,00	7.852.678,48	29.252.194,37
2010	1.200.000,00	237.600,00	0,00	240.000,00	477.600,00
<b>Total</b>	<b>386.697.353,98</b>	<b>315.422.775,30</b>	<b>20.288.430,31</b>	<b>26.727.278,67</b>	<b>362.438.484,28</b>

Fonte: SIAPF

Posição: 31/12/2010

O valor total desembolsado representa o volume de recursos onerosos que já foram destinados às obras conforme cronograma físico-financeiro atestado pela área de engenharia da CAIXA, ao Fundo Garantidor e a Conta Equalizadora.

Verifica-se também na Tabela VIII que do valor de R\$ 386,6 milhões contratados, R\$ 315,4 milhões foram desembolsados para obra, o que representa 81,57% do total contratado, restando desembolsar R\$ 71,3 milhões.

E encontram-se ainda pendentes de liberação os seguintes percentuais de: 0,91% dos recursos das operações de 2005; 11,60% de 2006; 15,84% de 2007; 18,66% de 2008; 45,38% de 2009; e 80,20% de 2010.

Há recursos de exercícios anteriores que não foram desembolsados devido a existência de atrasos e paralisações nas obras, pois os recursos só podem ser liberados com o cronograma do empreendimento atendendo ao contratado ou regularizado.

#### 2.3.2.4.2 Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV

A Tabela IX apresenta informações consolidadas referentes ao resultado das aplicações de recursos do FDS no PHP-E-MCMV.

Tabela IX – Resultado das Aplicações do FDS - PHP-E-MCMV

Valores em R\$ / Unidade

Resultado das Aplicações do FDS – PHP-E-MCMV							
Ano	Valor da Operação	Desembolsado	Moradias construídas	Valor médio por UH <sup>1</sup>	Empregos gerados	População beneficiada <sup>2</sup>	Renda média familiar SM
			UH				
2009	11.951.358,99	4.798.222,04	310	38.552,77	1.161	1.252	1,5
2010	202.166.168,19	53.295.174,60	5.532	34.227,97	18.859	22.349	1,04
<b>Total</b>	<b>214.117.527,18</b>	<b>58.093.396,64</b>	<b>5.842</b>	<b>34.457,47</b>	<b>20.020</b>	<b>23.602</b>	<b>1,08</b>

Fonte: SIAPF/SIFOB/SIACI

Posição: 31/12/2010

<sup>1</sup>O valor médio da UH foi apurado, excluindo os R\$ 12,8 milhões relativo ao financiamento direto com a EO.<sup>2</sup>A população beneficiada foi apurada considerando a família com 4,04 pessoas.

Comparando os recursos aplicados no Programa em 2009 com o que foi aplicado no ano de 2010, nota-se um acréscimo de 1.684% no número de moradias construídas e de 1.010,72% no valor desembolsado, o que demonstra uma consolidação do programa no ano de 2010.

## 2.3.2.5 Situação das obras contratadas nos programas com recursos do FDS

### 2.3.2.5.1 Programa Crédito Solidário

Em 2010, foi contratada apenas uma obra, no valor de R\$ 1,2 milhões, referente a proposta selecionada em 2009.

A Tabela X adiante apresenta a situação das obras dos empreendimentos contratados desde o início do Programa:

**Tabela X – Situação de Obras – PCS**

Unidade			
Situação de Obras - PCS			
Situação das obras	Quantidade		
	2008	2009	2010
No prazo	96	41	20
Concluídas	132	194	221
Atrasadas	67	79	78
Adiantadas	5	3	0
Paralisadas	19	19	18
<b>Total</b>	<b>319</b>	<b>336</b>	<b>337</b>

Fonte: SIAPF

Posição: 31/12/2010

Em 2010, 6% das obras estão com o andamento no prazo, de acordo com o cronograma contratado.

Foram concluídos 66% do total das obras contratadas, percentual superior ao de 2009.

O percentual de obras em atraso em 2010 foi igual de 2009, mesmo com as ações realizadas para sua redução.

As obras paralisadas representam 5% do total de obras contratadas, sendo que neste caso as ações exercidas promoveram uma redução em relação aos anos anteriores.

As causas do atraso ou paralisação das obras no PCS são:

- falta de experiência das EO na adoção do regime de autoconstrução;
- inexistência de infraestrutura e saneamento na área de intervenção;
- falta de finalização da infraestrutura, não existindo condições de habitabilidade;
- falta de regularização junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- dificuldades para legalização do empreendimento;

- dificuldades no gerenciamento e acompanhamento das obras pelas entidades associativas;
- abandono da obra pelo responsável pela sua execução;
- não uniformidade do ritmo de execução da obra no regime de mutirão;
- problemas de abastecimento de água;
- alterações de projetos e quantitativo de materiais.

### 2.3.2.5.2 Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV

As obras deste Programa começaram a ser executadas no mês de janeiro de 2010.

Das 65 operações contratadas no exercício de 2010, 57 iniciaram suas obras, o que representa 87,69% das contratações.

A Tabela XI apresenta a situação das obras dos empreendimentos neste Programa:

**Tabela XI – Situação das obras - PHP-E-MCMV - Produção**

Unidade		
<b>PHP-E-MCMV - Produção</b>		
Situação das obras	Quantidade	
	2009	2010
Normal	2	45
Não Iniciadas	0	2
Atrasadas	2	8
Adiantadas	0	3
Paralisadas	0	0
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>58</b>

Fonte: SIAPF

Posição: 31/12/2010

Em 2010, 5% das obras encontram-se adiantadas e 79% seguem normalmente com o cronograma de execução.

Apesar do programa ter sido criado em 2009, as obras das operações contratadas só foram iniciadas em 2010, o que impossibilitou o término das construções no mesmo ano.

O percentual de 14% de obras em atraso das contratações realizadas em 2010, inferior ao percentual das obras contratadas em 2009, revela que as EO melhoraram o processo de gestão das obras.

### 2.3.2.6 Situação de inadimplência dos beneficiários finais nas obras contratadas

### 2.3.2.6.1 No Programa Crédito Solidário

Nas operações contratadas no Programa até 16/05/2008, a inadimplência dos beneficiários finais junto ao Agente Financeiro não afeta o Fundo, pois o empréstimo obtido pelo Agente Financeiro junto ao Agente Operador é pago em prestações mensais ao FDS independente do pagamento da prestação pelo beneficiário final.

O risco de inadimplência do Agente Financeiro é suportado pela Conta Depósito Garantia de Risco, que em 31/12/2010 detinha recursos da ordem de R\$ 75.491.987,96 e pela garantia da operação na forma de alienação fiduciária ou Fundo Garantidor.

A Tabela XII demonstra que a inadimplência das operações contratadas no PCS até 16/05/2008 com atraso acima de 60 dias apresenta percentual de 39,27%, o que representa 506% acima das operações financiadas com recursos do FGTS com garantia hipotecária e 1.328% com garantia fiduciária, e 51,27% em relação às operações com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que possuem os percentuais de inadimplência 6,48%, 2,75% e 25,96%, respectivamente.

A dívida total de R\$ 222.870.674,40 refere-se ao saldo devedor e prestações não pagas de todas as operações ativas.

**Tabela XII - Inadimplência PCS – Operações contratadas até 16/05/2008**

Valores em R\$

Inadimplência PCS-Até 16/05/2008						
Fase	Qtde Ativos	Qtde Ac 60 Dias	% Inad Qtde	Dívida Total	Dív Total Ac 60 dias	% Inad Valor
Amortização	9.132	1.937	12,89	126.864.854,88	26.799.583,67	12,02
Construção	5.890	3.963	26,38	96.005.819,52	54.852.091,03	24,61
<b>Total</b>	<b>15.022</b>	<b>5.900</b>	<b>39,27</b>	<b>222.870.674,40</b>	<b>81.651.674,70</b>	<b>36,63</b>

Fonte: SIFOB e CIWEB

Posição: 31/12/2010

Com a remodelagem aplicada ao PCS, válida a partir de 19/05/2008, decorrente da publicação da Resolução CCFDS nº. 121/2008, regulamentada pela Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº. 14/2008, o retorno dos créditos concedidos aos cotistas do Fundo (recursos onerosos) é garantido pela Conta Equalizadora, independente do pagamento das prestações pelos beneficiários finais. Assim os recursos pagos pelo mutuário entram como receita do FDS.

Nas operações contratadas a partir de 19/05/2008, o percentual de inadimplência das operações com atraso acima de 60 dias é de 4,32%, conforme Tabela XIII. Nas operações em fase de construção não é cobrada prestação do mutuário, portanto não existe inadimplência.

Após 19/05/2008, a dívida total das operações alcança R\$ 96.185.578,00, cujo valor é referente ao saldo devedor e prestações em atraso de todas as operações ativas.

**Tabela XIII - Inadimplência PCS – Operações contratadas após 19/05/2008**

Valores em R\$

Inadimplência PCS - Após 19/05/2008						
Fase	Qtde Ativos	Qtde Ac 60 Dias	% Inad Qtde	Dívida Total	Dív Total Ac 60 dias	% Inad Valor
Amortização	1.502	277	4,32	26.255.728,67	4.934.532,99	5,13
Construção	4.903	0	0	69.929.849,82	0,00	0
<b>Total</b>	<b>6.405</b>	<b>277</b>	<b>4,32</b>	<b>96.185.578,00</b>	<b>4.934.533,00</b>	<b>5,13</b>

Fonte: SIFOB e CIWEB

Posição: 31/12/2010

**Tabela XIV – Comparativo Inadimplência PCS - Operações contratadas até 16/05/2008**

Valores em R\$

Comparativo Inadimplência PCS-Até 16/05/2008						
Ano	Qtde Ativos	Qtde Ac 60 Dias	% Inad Qtde	Dívida Total	Dív Total Ac 60 dias	% Inad Valor
2008	15.162	4.029	26,57	202.830.089,09	54.746.142,43	26,99
2009	15.138	4.705	31,08	221.199.368,08	68.602.989,88	31,01
2010	15.022	5.900	39,27	222.870.674,40	81.651.674,70	36,63

Fonte: SIFOB e CIWEB

Posição: 31/12/2010

Em que pese o número de contratos ativos ser menor em 2010, o valor da dívida total aumentou ao longo dos anos e a inadimplência, que em 2010 atingiu o percentual de 39,27% , o que é um fator preocupante.

Para reduzir a inadimplência em 2010 a CAIXA iniciou a renegociação aprovada pela Resolução CCFDS nº. 137, de 09/04/2009, para as operações contratadas no PCS até 16/05/2008, tendo formalizado um contrato no valor de R\$ 2.212.893,60.

Para 2011, estima-se a efetiva implantação da renegociação estabelecida na Resolução CCFDS nº. 137, com previsão de decréscimo na inadimplência do PCS, uma vez que ela promove redução no valor da prestação para o beneficiário final.

#### **2.3.2.6.2 No Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV**

O Programa não apresenta inadimplência, pois não há cobrança de encargos no período de execução das obras.

#### **2.3.2.7 Suplementação de recursos nos programas com recursos do FDS**

##### **2.3.2.7.1 Programa Crédito Solidário**

O CCFDS, por meio da Resolução nº. 125, de 25/03/2008, autorizou a suplementação dos contratos assinados e não concluídos até 20/03/2008, quanto ao limite do valor de financiamento.

Neste exercício houve suplementação de recursos financeiros em 09 contratos. De um universo de 337 empreendimentos, 44 contratos foram suplementados e correspondem a 2,89% do valor das contratações acumuladas até 31/12/2010. As suplementações têm o objetivo de permitir a conclusão das obras.

A Tabela XV a seguir apresenta o total de contratações e respectivas suplementações, por exercício, desde 2005, e os percentuais em relação aos valores totais contratados em cada ano.

**Tabela XV – Suplementação PCS**

Valores em R\$

Suplementação PCS							
Ano da contratação	Valor inicial de contratação	Valor da suplem. 2007	Valor da suplem. 2008	Valor da suplem. 2009	Valor da suplem. 2010	Valor final de contratação	% Suplem.
2005	20.211.261,27	506.025,60	0,00	0,00	0,00	20.717.286,87	2,44%
2006	79.047.506,37	2.833.254,00	2.113.410,31	397.868,54	3.277.824,23	85.440.614,15	10,09%
2007	106.367.236,74	0,00	409.383,36	1.307.451,06	959.133,48	109.009.240,80	2,45%
2008	167.162.134,04	0,00	0,00	0,00	743.038,50	167.867.798,16	0,44%
2009	47.028.209,48	0,00	0,00	0,00	0,00	47.028.209,48	0%
2010	3.044.078,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.044.078,00	0%
<b>TOTAL</b>	<b>422.860.425,90</b>	<b>3.339.279,60</b>	<b>2.522.793,67</b>	<b>1.705.319,60</b>	<b>4.979.996,21</b>	<b>433.716.043,06</b>	<b>2,89%</b>

Fonte: SIAPF

Posição: 31/12/2010

Verifica-se que o maior percentual de suplementação está localizado nas operações contratadas em 2006, quando efetivamente iniciou as contratações no PCS, e os limites de valores de financiamentos aprovados pelo CCFDS estavam muito abaixo dos de mercado, fatos estes que motivaram as suplementações.

#### **2.3.2.7.2 Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV**

Não está prevista suplementação de recursos neste Programa.

### **2.3.3 Despesas dos Programas**

#### **2.3.3.1 Programa Crédito Solidário**

O pagamento da taxa de administração ao Agente Financeiro, quando da concessão de financiamento ao beneficiário final, é realizado à vista e em espécie por operação de crédito realizada, com os recursos da Conta Subsídios do FDS, apurada com base no valor presente, descontada a taxa nominal de juros de 12% a.a., no prazo de carência e amortização no valor máximo de R\$ 21,43.

Até maio de 2008, as despesas consistiam na remuneração do agente financeiro, que compreende a taxa de administração e taxa de equilíbrio da operação, e na remuneração do agente operador, que se refere à taxa de risco de crédito.

A partir de 19/05/2008, com a operacionalização do Novo PCS, as despesas assumidas pelo FDS se resumem à taxa de administração do Agente Financeiro.

A Tabela XVI adiante demonstra as despesas pagas em 2010 e aquelas a desembolsar, que se encontram provisionadas.

**Tabela XVI – Despesas do PCS**

Valores em R\$

Despesas do PCS					
Situação em 2010	Taxa Administração	Taxa de Equilíbrio	Taxa de Risco	Taxa Renegociação/Migração	Total Despesas
Pagas	5.886,84	12.306,31	0,00	9.240,00	27.433,15
A pagar	1.018.361,56	313.600,25	45.876,98	0,00	1.377.838,79

Fonte: Aplicativo PCS

Posição: 31/12/2010

As despesas a pagar relativas à taxa de equilíbrio da operação e à taxa de risco de crédito se referem às operações contratadas no âmbito do PCS de acordo com as condições fixadas pela Resolução CCFDS nº. 93, revogada a partir de 19/05/2008, e que não foram pagas por inconsistências apresentadas nas informações do Agente Financeiro.

### 2.3.3.2 Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV

A taxa de administração do Agente Financeiro é paga à vista e em espécie por operação realizada, com recursos do FDS. Essa taxa é apurada com base no valor presente, descontada a taxa nominal de juros de 10% a.a, no prazo de carência e amortização no valor máximo de R\$ 21,43.

No exercício de 2010 foi provisionada a quantia de R\$ 13.129.115,55, a título de taxa de administração, a ser paga ao Agente Financeiro CAIXA, referente à contratação de 5.842 UH. Durante o ano de 2010 não houve o pagamento da taxa de administração, o que ocorrerá ao longo do exercício de 2011.

**Tabela XVII – Despesas do PHP-E-MCMV**

Valores em R\$

Despesas do PHP-E-MCMV		
Situação em 2010	Taxa Administração	Total Despesa
Paga	0,00	0,00
A pagar	13.129.115,55	13.129.115,55

Fonte: Aplicativo PCS

Posição: 31.12.2010

Para garantir o pagamento das despesas de recuperação de danos físicos nos imóveis, a cada financiamento com o beneficiário final é segregado em conta específica do FDS, remunerada à TMS, na data da contratação, o valor correspondente à aplicação do fator de 0,0001 sobre o valor da operação no prazo de 120 meses.

Caso os recursos segregados para assunção das despesas de recuperação de DFI não sejam suficientes, os recursos da Conta Subsídios do FDS serão utilizados para complementar os valores faltantes.

## 2.4 Desempenho orçamentário e financeiro

### 2.4.1 Programação orçamentária das despesas

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

### 2.4.2 Execução orçamentária das despesas

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

### 2.4.3 Indicadores Institucionais

#### 2.4.3.1 Indicador de desempenho das operações contratadas sobre o orçamento – IOCO

Mede o percentual de recursos contratados em operações de crédito no Programa em relação ao orçamento aprovado pelo CCFDS para o exercício em vigor.

<b>Medição:</b>	resultado da divisão entre o valor das operações de crédito contratadas no exercício sobre o valor orçado para o exercício, por programa.
<b>Descrição:</b>	acompanhamento das operações de crédito contratadas em relação ao orçamento do exercício por programa.
<b>Objetivo:</b>	acompanhar a aplicação dos recursos do FDS em habitação de interesse social por programa.
<b>Dimensão:</b>	efetividade / valor
<b>Periodicidade:</b>	anual
<b>Resultado:</b>	quanto maior melhor

$$\text{IOCO}_{2010} = \frac{\text{OCC}}{\text{VOA}}$$

Onde:

<b>IOCO =</b>	indicador de desempenho da contratação do Programa sobre o orçamento
<b>OCC =</b>	valor das operações de crédito contratadas no Programa no exercício
<b>VOA =</b>	Valor orçado anual para a contratação de operações de crédito no Programa

##### 2.4.3.1.1 No Programa Crédito Solidário

O desempenho do PCS em relação ao resultado do indicador de desempenho das operações contratadas no Programa sobre o orçamento – IOCO demonstra o desinteresse por parte da população pelo programa durante o exercício, considerando que a contratação se refere a uma proposta selecionada em 2009. Essa situação foi consequência da criação do PHP-E-MCMV que possui condições de financiamento mais benéficas para o beneficiário final, o que atrai um número maior de interessados.

$$\text{IOCO}_{2010} = \frac{1.200.000,00}{80.000.000,00} = 1,50\%$$

##### 2.4.3.1.2 No Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV

O desempenho do PHP-E-MCMV em relação ao resultado do indicador de desempenho das operações contratadas no Programa sobre o orçamento – IOCO demonstra que o

programa obteve um bom desempenho para o primeiro ano de efetiva disponibilidade para contratações.

$$\text{IOCO}_{2010} = \frac{202.166.168,19}{375.891.028,59} = 53,78\%$$

Dentro do valor das operações de crédito contratadas no Programa no exercício, está incluída a modalidade de contratação direta com a EO, que utilizou R\$ 12.817.052,62 do valor orçado anual para o Programa.

Nesta modalidade, também, foi empenhado do orçamento o montante de R\$ 105.344.000,00 para operações a serem finalizadas em 2011.

#### 2.4.3.2 Indicador de remanejamento de recursos orçamentários entre regiões geográficas do País em relação ao orçamento reformulado dos recursos do FDS – IROR

Mede o percentual de recursos remanejados por região geográfica do País em relação ao orçamento reformulado aprovado pelo Conselho Curador para o exercício em vigor.

<b>Medição:</b>	resultado da diferença entre o valor orçado e o valor reformulado no orçamento para o exercício, por região geográfica do País, para aplicação de recursos do FDS.
<b>Descrição:</b>	acompanhamento do volume de recursos remanejados em relação ao orçamento para as operações de crédito contratadas com recursos do FDS, por região geográfica do País, no exercício.
<b>Objetivo:</b>	acompanhar a performance da aplicação dos recursos em habitação de interesse social distribuído por região geográfica do País.
<b>Dimensão:</b>	eficácia / valor
<b>Periodicidade:</b>	anual
<b>Resultado:</b>	quanto menor melhor.

$$\text{IROR}_{2010 \text{ RA}} = \text{VRR} - \text{VOR}$$

Onde:

<b>IROR<sub>2010 RA</sub></b> =	indicador de remanejamento de recursos orçamentários entre regiões geográficas do País em relação ao orçamento reformulado dos recursos do FDS.
<b>VRR</b> =	valor reformulado orçamentariamente, por região, para operações de crédito com recursos do FDS no exercício.
<b>VOR</b> =	valor orçado ou valor orçado na reformulação anterior, por região, para operações de crédito com recursos do FDS no exercício.

##### 2.4.3.2.1 No Programa Crédito Solidário

Não houve remanejamento de recursos orçamentários para este Programa no exercício de 2010.

##### 2.4.3.2.2 No Programa Habitacional Popular – Entidades – MCMV

Quando da distribuição dos recursos orçamentários de 2010, a região Centro-Oeste foi contemplada com R\$ 28.838.500,00. Devido ao grande interesse das Entidades pelo Programa, a região recebeu mais propostas do que o valor orçado inicialmente, sendo necessário remanejar R\$ 41.839.628,37 ao valor distribuído inicialmente.

$$\text{IROR}_{2010 \text{ RA}} = 70.678.128,37 - 28.838.500,00 = 41.839.628,37$$

O incremento de recursos na região Centro-Oeste é resultante de remanejamento de recursos entre as demais regiões, promovido pelo Agente Operador.

#### 2.4.4 Patrimônio financeiro do FDS

Em cumprimento ao que determina a Lei nº. 8.677/1993, a disponibilidade financeira do Fundo e o retorno dos empréstimos concedidos devem ser aplicados em títulos públicos federais e em títulos de emissão da própria CAIXA.

O patrimônio financeiro do Fundo de Investimento está dividido em cotas registradas na CETIP em nome das instituições financeiras.

O FDS possui ainda as contas abaixo atualizadas pela SELIC:

- a Conta Subsídios que suporta as despesas do PCS;
- a Conta Equalizadora que suporta o pagamento mensal das prestações dos recursos onerosos do FDS no PCS;
- a Conta Garantia de Risco que é utilizada para o pagamento de encargos no caso de inadimplência dos beneficiários no PCS;
- a Conta Recursos do OGU que recebe todo o aporte de recursos da União para dar suporte ao PHP-E-MCMV;
- a Conta DFI que assume as ocorrências de danos físicos no imóvel financiado.

As Tabela XVIII e XIX demonstram a composição do Patrimônio do FDS:

#### Tabela XVIII – Patrimônio FDS – Fundo de Investimento

Valores em R\$ mil

Patrimônio FDS – Fundo de Investimento		
Modalidade	Saldo 31/12/2010	Participação (%)
<b>1. Operações de Crédito</b>	<b>360.454,73</b>	<b>47,50</b>
<b>2. Operações Financeiras</b>	<b>398.346,00</b>	<b>52,50</b>
2.1 Carteira Própria	38.145,45	5,03
2.2 Carteira de Terceiros	360.200,55	47,47
2.3 Ajustes <sup>1</sup>	-1,87	0,00
<b>Total</b>	<b>758.798,86</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SISFIN

Posição: 31/12/2010

<sup>1</sup> a parcela relativa a “ajustes” é decorrente de arredondamento de valores, tendo em vista que o valor da cota é inferior a 1.

**Tabela XIX – Disponibilidade FDS Outros Recursos**

Valores em R\$ mil

<b>Disponibilidade FDS – Outros Recursos</b>		
<b>Modalidade</b>	<b>Saldo 31/12/2010</b>	<b>Participação (%)</b>
Conta Subsídios	46.217,76	8,25
Conta Equalizadora	86.502,95	15,43
Conta Depósito Garantia de Risco	75.491,99	13,47
Recursos União - OGU	349.993,45	62,45
Conta DFI	2.234,00	0,40
<b>Total</b>	<b>560.440,15</b>	<b>100</b>

Fonte: SISFIN

Posição: 31/12/2010

Encontram-se registradas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos o montante de 13.537.409.216,94 de cotas FDS sob a titularidade de 46 instituições financeiras, cujo total financeiro é de R\$ 758.798.861,16 posicionado em 31/12/2010. A distribuição das cotas por instituição financeira é demonstrada na Tabela XX com os valores em 31/12/2010:

**Tabela XX – Distribuição de Cotas por Instituição**

Valores em R\$

<b>Distribuição de Cotas por Instituição</b>		
<b>Instituição financeira</b>	<b>Quantidade de cotas</b>	<b>Valor</b>
ALVORADA CARTÕES CFI S/A	144.578.102,07	8.103.891,77
BANCO AGRIMISA S/A	8.740.049,73	489.897,26
BANCO ALVORADA S/A	73.374.169,65	4.112.768,94
BANCO BMC S/A	25.608.828,75	1.435.426,06
BANCO BRADESCO S/A	1.395.744.262,63	78.234.257,40
BANCO CREFISUL S/A	15.819.219,80	886.698,90
BANCO DE TÓKIO-MITSUBISHI UFJ BRASIL S/A	22.217.402,79	1.245.329,86
BANCO DIBENS S/A	5.809.426,28	325.629,96
BANCO DO BRASIL S/A	83.022.570,02	4.653.581,09
BANCO DO EST DE RONDÔNIA S/A	6.543.116,87	366.754,78
BANCO DO EST DO PARÁ S/A	118.228.873,35	6.626.964,80
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	94.225.468,25	5.281.525,94
BANCO FIAT S/A	3.459.090,80	193.888,95
BANCO FIBRA S/A	102.280,73	5.733,03
BANCO GARAVELLO S/A	9.306.665,00	521.657,18
BANCO HÉRCULES S/A	1.891.289,38	106.010,55
BANCO INDUSVAL S/A	2.462.855,30	138.047,96
BANCO PANAMERICANO S/A	4.742.490,00	265.826,04
BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A	1.271.414,70	71.265,33
BANCO SANTANDER S/A	621.031.628,34	34.810.064,83

<b>Distribuição de Cotas por Instituição</b>		
<b>Instituição financeira</b>	<b>Quantidade de cotas</b>	<b>Valor</b>
BANCO SIMPLES S/A	12.572.644,64	704.721,87
BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S/A	5.578.969,48	312.712,39
BANESTES S/A BCO DO EST DO ES	353.620.571,00	19.821.140,24
BBC ADM PARTIC S/A - EM LIQ ORDINÁRIA	11.470.784,57	642.960,41
BCO ABN AMRO S/A INCOPOR BCO REAL COMERCIAL	466.711.534,03	26.160.114,90
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A	82.386.422,52	4.617.923,75
BCO SANTANDER BR S/A INCC BCO ABN AMRO REAL	28.521.856,69	1.598.707,11
BCO SCHAMIN S/A	8.540.923,00	478.735,81
BCO UNIVERSAL S/A	152.046,00	8.522,48
BMD S/A CCVM EM LIQ EXTRAJUDICIAL	12.114.686,93	679.052,43
BOREAL DTVM S/A	3.054.106,09	171.188,75
BRASBANCO S/A BCO COMERCIAL	861.985,98	48.316,03
CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RS	45.297.541,46	2.539.017,79
UNICARD BANCO MÚLTIPLO S/A	84.024.491,29	4.709.740,78
CITIBANK N/A FILIAL BRASILEIRA	347.802.054,90	19.495.000,77
DEUTCHE BANK S/A - BCO ALEMÃO	8.704.258,32	487.891,08
HSBC BANK BRASIL S/A - B.M.	242.974.162,92	13.619.187,77
LAVRA DTVM S/A	14.000.000,00	784.728,00
MAGLIANO S/S CCVM	1.868.186,70	104.715,60
MIL BCO S/A	1.647.630,84	92.353,00
PARANÁ BCO S/A	2.445.299,79	137.063,94
UNIBANCO - UNIÃO DE BCOS BRASILEIROS S/A	2.200.536.000,00	123.344.443,87
BB GESTÃO DE RECURSOS - DTVM S/A	2.113.542.890,99	118.468.306,12
BCO BAMERINDUS DO BRASIL - EM LIQUIDAÇÃO	2.271.202.513,22	127.305.443,27
BCO ITÁU S/A	1.418.489.513,81	79.509.174,22
CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL	1.161.108.937,33	65.082.478,15
<b>Total</b>	<b>13.537.409.216,94</b>	<b>758.798.861,16</b>

Fonte: CETIP

Posição: 31/12/2010

#### **2.4.4.1 Resgate de cotas**

Os critérios para resgate/aquisição das cotas do FDS foram estabelecidos pela Resolução CCFDS nº. 118, de 13/12/2007.

No exercício de 2010 não houve solicitação de resgate de cotas pelas instituições financeiras.

#### 2.4.4.2 Receita financeira

As rendas auferidas com a aplicação das disponibilidades do FDS alcançaram no exercício de 2010 o montante de R\$ 76.625 milhões, superior ao obtido em 2009 que foi de R\$ 57.981 milhões.

#### 2.4.4.3 Retorno das operações de crédito

Referente ao Contrato de Cessão de Créditos e de Assunção de Dívidas, firmado entre a CAIXA e a Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), em 29/06/2001, relativo às operações firmadas no âmbito dos Programas Habitacionais do Trabalhador e do Cidadão, com recursos do Fundo, conforme as Resoluções CCFDS n.ºs. 34/1993 e 35/1993 resultaram os contratos n.º CER 84.106-49 e n.º CER 84.107-65, cujos pagamentos das prestações, no exercício de 2010, foram efetuados tempestivamente pela EMGEA, com o retorno ao FDS do montante de R\$ 3.668.154,04.

Já o contrato CAIXA – PCS retornou em 2010 o volume de recursos de R\$ 12.578.289,76, devendo ser considerados neste montante a atualização monetária para os empreendimentos que se encontram na fase de carência e o valor de amortização daqueles que já estão em retorno da dívida principal, ressaltando que a taxa de juros desse programa habitacional é zero.

#### 2.4.4.4 Execução orçamentária do FDS

A execução orçamentária do FDS, relativa ao exercício de 2010, teve como base a proposta orçamentária aprovada pelo CCFDS.

Segue tabela comparativa entre o orçamento proposto e a execução orçamentária no exercício de 2010:

**Tabela XXI – Execução Financeira do FDS**

Valores em R\$ mil

Execução Financeira do FDS			
Discriminação	Orçado	Realizado	%
Arrecadação	13.260	15.454	116,55
Receitas financeiras	54.013	76.625	141,86
Aplicações	312.163	101.904	32,64
Encargos PCS	16.801	14.865	88,48
Encargos PHP-E-MCMV	3.310	0	-

Fonte: Peça orçamentária de 2010

Posição: 31/12/2010

Observações:

- Arrecadação: o resultado alcançado ficou acima do valor orçado em 16,55% do que foi previsto para o exercício de 2010, em função do maior número de obras concluídas e redução da inadimplência;
- Receitas financeiras: o resultado deve-se principalmente à elevação da taxa SELIC ao longo do exercício (de 8,75% em janeiro para 10,75% em julho mantendo-se até dezembro);

- c) Aplicações: apesar de ter havido avanços na capacitação técnica por parte das entidades organizadoras, ainda não se conseguiu atingir o volume de desembolso previsto no orçamento, tendo em vista a morosidade das EO para apresentação e aprovação dos projetos no PHP-E-MCMV. A contratação também foi menor que o orçado em função do aporte ter sido menor que o orçado (R\$ 500 milhões);
- d) Encargos FDS: No PCS, o resultado apresentado decorre basicamente do pagamento das despesas de responsabilidade do FDS relativas às operações contratadas, No entanto, o percentual realizado aquém do orçado é decorrente do valor das operações contratadas em 2010 não atingir o valor do orçamento para o exercício. As despesas do PHP-E-MCMV relativas às contratações realizadas em 2010 foram provisionadas e serão pagas no exercício de 2011.

#### **2.4.4.5 Remuneração do banco operador – valor e fundamento legal**

Por ocasião das ações de criação do PHP-E- MCMV e do PCS, a CAIXA realizou estudos no intuito de dimensionar a remuneração do Agente Operador nas atividades de sua operacionalização.

Em 26/03/1992, com a aprovação da Resolução CCFDS nº. 18, a taxa de administração da CAIXA foi estabelecida em 2% a.a. sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.

Entretanto, a redução de custos com a reorganização e centralização da administração promovida pelo Agente Operador, provocou alteração da remuneração das atividades operacionais de gestão do FDS e operacionalização do PHP-E MCMV e do PCS.

Por conseguinte, a Resolução CCFDS nº. 169 de 15/09/2010 fixou em 1% a.a. (um por cento ao ano) a taxa de administração a ser percebida pelo Agente Operador do FDS, a título de remuneração pela prestação dos serviços de gestão do FDS, calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo de Investimento do FDS, apropriada e repassada a cada dia útil.

Até a data de 14/09/2010 o Agente Operador do FDS recebeu pela operacionalização do PHP-E-MCMV o montante de R\$ 1,449 milhões, e pelo PCS o valor de R\$ 348 mil.

No exercício de 2010, a CAIXA recebeu um total de R\$ 14,749 milhões, inferior aos R\$ 15,685 milhões percebidos em 2009, resultante da alteração na forma de cálculo da taxa de administração.

#### **2.4.4.6 Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas**

Não foram registradas fiscalizações no período.

#### **2.4.4.7 Avaliação crítica dos resultados alcançados**

Desde o retorno das contratações do FDS em julho de 2005, com a assinatura do Contrato de Abertura de Crédito - CAC com a CAIXA, até o final do exercício de 2010 já foram desembolsados R\$ 315 milhões, correspondentes a 81% dos R\$ 387 milhões alocados ao Fundo, beneficiando 88.149 mil brasileiros com renda média de dois

salários mínimos e gerando aproximadamente 47 mil empregos, fato este que vai ao encontro das políticas públicas implementadas pelo Governo Federal.

Isto demonstra a aderência do Programa e a participação direta das EO que estão adquirindo cada vez mais a capacitação técnico-institucional necessária na elaboração de projetos habitacionais e gestão de obras.

Depreende-se, então, que o Fundo ao longo desse período de existência, vem se consolidando como uma alternativa de crédito para a população de baixa renda, conforme prevê a Lei de criação do próprio FDS, que dispõe sobre a aplicação dos seus recursos em habitação de interesse social.

Em 2010, constatou-se um acréscimo na aplicação de recursos do Fundo, principalmente pela disponibilização de recurso do OGU para o PHP-E MCMV com a contratação do montante de R\$ 202 milhões e o desembolso de R\$ 53 milhões, observando-se que para cada mil reais aplicados pelo FDS foi gerado um emprego direto, sendo que a aplicação dos recursos alcançou 41 municípios brasileiros, atendeu 5.382 famílias beneficiando 22.349 brasileiros.

Para o exercício de 2011, espera-se que a União efetue o aporte dos recursos previstos na LOA 2011 relativo ao PHP-E-MCMV de R\$ 820 milhões para que o FDS possa alcançar as metas previstas no Plano de Contratações e Metas Físicas aprovado pelo CCFDS, e se consiga também aplicar os recursos onerosos remanescentes do FDS, no valor de R\$ 80 milhões, no PCS.

#### **2.4.4.8 Atuação da CAIXA nas ações judiciais**

Consoante os controles da Unidade Jurídica da CAIXA, registre-se que há uma ação judicial em que a requerente reclama descumprimento de “Contrato de Empréstimo para Produção de Habitações e Outros Pactos, através do Programa de Habitação do Trabalhador com recursos do FDS”.

A ação de indenização por perdas e danos nº. 96.0702011-1 (atual nº. 07020119319964036106) e a apelação nº. 2001.03.99.040596-7 estão com os autos conclusos ao relator perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região desde 18/02/2008. A ação judicial é contra a CAIXA na qualidade de Agente Financeiro que efetuou a contratação com a empresa construtora.

### **3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos**

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

### **4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

- 5**            **Informações sobre recursos humanos da unidade**
- Não se aplica à natureza jurídica da UJ.
- 6**            **Informações sobre transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, vigentes no exercício de referência**
- Não se aplica à natureza jurídica da UJ.
- 7**            **Informações atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV**
- Não se aplica à natureza jurídica da UJ.
- 8**            **Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº. 8.730/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas**
- Segue anexa declaração emitida pela Unidade de Gestão de Pessoas da CAIXA.
- 9**            **Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ**
- A Unidade Jurisdicionada segue a política de controles internos estabelecida pela Caixa Econômica Federal.
- 10**           **Informações quanto a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras (IN nº. 1/2010 e Port. nº. 2/2010, do MPOG), e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis (Dec. nº. 5.940/2006)**
- A UJ segue a política de sustentabilidade ambiental estabelecida pela CAIXA.
- 11**           **Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros**
- Não se aplica à natureza jurídica da UJ.
- 12**           **Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ**
- A UJ utiliza a estrutura de TI da CAIXA para o cumprimento de suas responsabilidades institucionais.

**13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal**

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

**14 Informações sobre Renúncia Tributária**

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

**15 Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a UJ se vincula ou as justificativas para o não cumprimento**

Não houve apontamento dos Órgãos de controle (TCU e CGU).

**16 Informações sobre tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento**

Os apontamentos identificados pela Auditoria Interna foram tratados e sanados no decorrer de 2010.

**17 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício**

Não há outras informações consideradas relevantes.

**18 Demonstrações Contábeis**

**18.1 Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas**

Segue anexa a documentação relativa às demonstrações contábeis, composta das seguintes peças:

- Voto ao Conselho Diretor;
- Notas Explicativas;
- Balancete Mensal;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido;

- Proposta Orçamentária e Execução Orçamentária.

## **18.2 Parecer da Auditoria Independente**

Segue apenso a este relatório o Parecer dos auditores independentes, emitido pela PriceWaterHouseCoopers (PWC), datado de 15/02/2011.

## **19 Conteúdo específico por UJ ou grupo de unidades afins**

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

## **20 Resultados e conclusões**

No exercício em referência, primou-se pelo acompanhamento das ações desenvolvidas dentre as quais destaca-se a consolidação do PHP-E-MCMV, e pelo acompanhamento mensal dos relatórios operacionais, contábeis e financeiros, com pontual atendimento a todas as demandas de auditoria interna e independente, bem como de órgãos públicos externos, com vistas a manter a conformidade operacional do Fundo.

A gestão concentrou-se ainda na costumeira observância às disposições legais e regulamentares, empreendendo-se os esforços necessários para o alcance das metas traçadas para o exercício. Como forma de amenizar os impactos, procede-se a um processo de seleção/contratação onde se buscou atender a projetos de EO que apresentassem comprovadamente maior capacidade de execução das obras.

Com o objetivo de corrigir distorções no Programa e facilitar as contratações das operações foram submetidas ao CCFDS alterações nas normas, com destaque para as relacionadas adiante:

No PHP-E-MCMV, foi autorizado inclusão dos custos relativos à aquisição e instalação de equipamento de energia solar, e também os serviços de instalações hidráulicas ao valor do financiamento.

No PCS o limite do valor de financiamento unitário foi atualizado para o contexto econômico atual do país.

Registra-se ainda que no ano de 2010 foi realizada a primeira operação de renegociação de contrato no âmbito do PCS.

A demora na implantação da renegociação se deu por motivos diversos, tais como: definição da cobertura de MIP e DFI pelo FDS para os novos contratos, dificuldades da EO na aprovação da renegociação pelo grupo de beneficiários, e apresentação da documentação necessária para conclusão da operação.

Estão em estudo mais 3 solicitações de renegociação.

A renegociação dos contratos firmados até 16/05/2008 permite melhorar as seguintes condições:

- redução do nível de subsídio suportado pelo FDS no longo prazo, em função da adimplência do mutuário;
- incentivo à adimplência do mutuário pela redução da prestação, via oferecimento de desconto, quando houver pagamento até a data do vencimento, e de valor percentual quando da adimplência do empreendimento aos agentes proponentes;
- dispensa de seguro de MIP;
- dispensa de pagamento da atualização monetária durante a construção.

Verifica-se que tal renegociação proporcionará a devolução pelos Agentes Operador e Financeiro dos recursos relativos às taxas de equilíbrio e risco de crédito, respectivamente, e os valores da Conta Depósito Garantia de Risco, segregados no balancete do FDS, para garantir a inadimplência do mutuário.

Em 2011 serão aperfeiçoados os sistemas de controle e acompanhamento de modo a propiciar sustentabilidade operacional para reduzir o percentual de obras atrasadas, evitando assim que venham a sofrer descontinuidade e inadimplência, zelando pelos recursos destinados aos Programas, para que se cumpra o principal objetivo do FDS, que é o de atender a população de baixa renda na aquisição de sua moradia.

E para melhor atender esse objetivo e dar continuidade às contratações no âmbito do PHP-E-MCMV é necessário que a União aporte os recursos previstos no orçamento de 2011, no valor de R\$ 820 milhões.

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA  
Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO  
Presidenta

## DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de comprovação perante o TCU, que os Dirigentes, os Conselheiros e os empregados da CAIXA são obrigados a apresentar a esta Empresa a Declaração de Bens e Valores em uma das seguintes formas:

- apresentar anualmente, em envelope lacrado, cópia em papel da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física entregue à SRFB;
- apresentar anualmente, em envelope lacrado, Formulário de Entrega da Declaração de Bens e Valores, declarando todos os bens e valores; ou
- autorizar o acesso, por meio eletrônico, à sua Declaração de Ajuste Anual do IRPF com as respectivas retificações, apresentadas à SRFB, do Ministério da Fazenda.

A Declaração em papel é entregue na unidade de lotação do empregado, que autua processo e o mantém arquivado em local adequado à preservação do sigilo das informações, trancado sob responsabilidade do gestor da unidade.

A obrigatoriedade de entrega da Declaração de Bens e Valores está disposta em normativo interno desta Empresa, MN RH059 – Declaração de Bens e Valores – Apresentação à CAIXA, cujos registros quanto ao cumprimento constam no Sistema de Recursos Humanos – SISRH, para possibilitar o controle pelo gestor.

A não apresentação da Declaração de Bens e Valores nos termos ora disciplinados sujeita o responsável às cominações previstas no Regulamento de Pessoal da CAIXA.

Brasília, 18 de março de 2011.

  
JOÃO ACÁCIO PEREIRA  
Gerente Nacional – S.E.  
GN Relações do Trabalho e Provimento

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR Nº 5135/2011 #20**

Dispõe sobre as Demonstrações Contábeis e a Execução Orçamentária do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, referentes ao Exercício de 2010.

O Conselho Diretor da Caixa Econômica Federal, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2011, com amparo no Art. 24, inciso V, alíneas “b” e “c”, do Decreto nº 6.473, de 5 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, e no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Aprovar** as Demonstrações Contábeis e se declarar ciente da Execução Orçamentária do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, referentes ao exercício de 2010.

**Art. 2º Apresentar** a matéria para:

I - deliberação do Conselho de Administração, conforme dispõe o Art. 18, inciso XI, alínea “e” do Estatuto da CAIXA;

II - análise do Conselho Fiscal, conforme dispõe o Art. 42, inciso III do Estatuto da CAIXA.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Brasília, 22 de fevereiro de 2011.



**CLARICE COPPETTI**  
Presidente em exercício, conforme Ata 187, de  
10/10/2008, do Conselho de Administração

VO CAIXA/SN Contabilidade e Tributos/SN Monitoramento e Avaliação  
de Resultados 017 /11 #20

Brasília, 22 FEV 2011

Ao  
CONSELHO DIRETOR

**Ementa:** Submete à apreciação as Demonstrações Contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, referentes ao exercício de 2010 e apresenta a Execução Orçamentária para conhecimento.

Senhora Presidenta,  
Senhores Vice-Presidentes,

- 1 Em cumprimento ao disposto no art. 24, inciso V, alíneas “b” e “c” do Estatuto da CAIXA, submetemos à apreciação desse Conselho, com voto favorável do Vice-Presidente signatário à sua aprovação e posterior encaminhamento para os fins previstos nos art. 18, inciso XI, alínea “e” e art. 42 daquele instrumento legal, as Demonstrações Contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, referentes ao exercício de 2010, assim como a Execução Orçamentária, para conhecimento.
- 2 O FDS foi criado pelo Decreto nº 103, de 22/04/91, com a finalidade de financiar projetos de investimentos de relevante interesse social e iniciativas de empresas ou entidades do setor privado, nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários.
- 2.1 A Resolução CCFDS nº 121, de 09 de janeiro de 2008, regulamentada pela IN nº 14, de 25 de março de 2008, alterada pela IN nº 15 de 03 de abril de 2008, conferiu nova disciplina ao Programa Crédito Solidário - PCS, voltando-o ao atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando à produção e aquisição de novas habitações, à conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.

VO CAIXA/SN Contabilidade e Tributos/SN Monitoramento e Avaliação  
de Resultados 077/11 #20

fl. 2

- 3 O resultado líquido apurado pelo FDS, no exercício, foi de R\$ 12.362 mil proveniente das receitas e despesas apresentadas a seguir:

Demonstração de Resultados	Realizado	Orçado	Realizado	Realizado	Realizado	R\$ mil (%) (B/A)
	2009	2010 (A)	2010 (B)	Em Nov/10 Variação de Saldo	Em Dez/10 Variação de Saldo	
(+) Rendas de Operações de Crédito	1.795	2.370	1.886	95	372	79,58
(-) Despesas Administrativas e Operacionais	(17.853)	(191.862)	(69.594)	(5.551)	(10.758)	36,27
Taxa de Administração - CAIXA	(14.427)	(10.897)	(12.952)	(631)	(694)	118,86
Taxa de Administração - Crédito Solidário	(917)	(678)	(348)	-	-	51,33
Despesas com as Operações de Crédito do Programa Crédito Solidário	(592)	(8.924)	(613)	(51)	(51)	6,87
Taxa de Adm. - PCS Agente Financeiro	(592)	(8.924)	(613)	(51)	(52)	6,87
Taxa de Administração PMCMV - Ag. Financ.	(224)	(1.750)	(12.788)	(425)	(1.787)	730,74
Taxa de Administração PMCMV - Ag. Oper.	(341)	(1.560)	(1.449)	-	-	92,88
Resultado Transações Tít./Val. Mobiliários	(28)	(53)	-	-	-	-
Despesas Provisão p/ Perdas PMCMV	(1.324)	(168.000)	(41.443)	(4.454)	(8.226)	24,67
(+) Resultados Financeiros	59.313	54.923	80.078	7.796	9.230	145,80
(+) Outras Receitas / Despesas Operacionais	(8)	-	(9)	0	(9)	-
(=) Resultado Líquido	43.247	(134.569)	12.362	2.330	(1.165)	(9,19)

Fonte: Balanete FDS

- 3.1 As despesas administrativas e operacionais realizaram 36,27% do esperado, impactadas, principalmente, pela realização abaixo do valor previsto para as despesas de provisão para perdas do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o que contribuiu ainda para o resultado superior ao orçado.

- 4 Segue a situação patrimonial do FDS:

Balanço Patrimonial	Realizado	Orçado	Realizado	Realizado	Realizado	R\$ mil (%) (B/A)
	2009	2010 (A)	2010 (B)	Em Nov/10 Variação de Saldo	Em Dez/10 Variação de Saldo	
<b>ATIVO</b>						
<b>Disponibilidades</b>	348.209	489.474	560.686	(1.896)	(6.340)	114,55
Depósito Remunerado na CAIXA	149.220	205.474	208.459	1.505	2.129	101,45
Depósito Remunerado CAIXA - FDS/PMCMV	198.914	284.000	349.993	(3.565)	(8.706)	123,24
Depósito Remunerado CAIXA - FDS/PMCMV-DFI	75	0	2.234	164	237	-
<b>Aplic. Interfinanceiras de Liquidez e TVM</b>	435.514	306.155	398.346	2.282	1.599	130,11
Recursos Disponíveis - TVM	391.962	279.762	358.512	2.054	1.439	128,15
Fundo de Liquidez <sup>1</sup>	43.552	26.393	39.834	228	160	150,93
<b>Financiamentos Habitacionais</b>	314.396	606.250	361.973	2.043	4.620	59,71
Programa Habit. do Trabalhador/Cidadão	22.537	20.087	19.111	(293)	(271)	95,14
Programa de Crédito Solidário	291.228	366.511	316.055	923	1.712	86,23
Financiamentos Habitacionais PMCMV	631	219.652	26.807	1.413	3.179	12,20
<b>Outros Créditos</b>	2.536	1.447	5.254	484	653	363,10
<b>Outros Valores e Bens</b>	11.996	12.168	11.462	(51)	(51)	94,20
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	1.112.650	1.415.494	1.337.721	2.862	481	94,51
<b>PASSIVO</b>						
<b>Credores Diversos</b>	1.757	4.663	14.490	425	1.769	310,74
<b>Saldos Credores San. e Desen. Urbano</b>	56	-	32	107	(123)	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	1.110.837	1.410.831	1.323.199	2.330	(1.165)	93,79
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	1.112.650	1.415.494	1.337.721	2.862	481	94,51

1 - O valor de Fundo de Liquidez inclui Certificados de Depósitos Bancários e parte do saldo de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

VO CAIXA/SN Contabilidade e Tributos/SN Monitoramento e Avaliação  
de Resultados 077/11 #20

fl. 3

- 4.1 O fundo apresentou ativo total de R\$ 1.337.721 mil, 94,51% do orçado para o período, expandindo-se em 20,22% se comparado ao ano de 2009.
- 4.2 Os financiamentos habitacionais realizaram R\$ 361.973 mil, 59,71% do previsto para o exercício, em razão dos desembolsos terem ficado abaixo do considerado no orçamento.
- 4.3 A realização de 210,74% acima do orçado em Credores Diversos foi motivada pelo aumento da provisão das taxas devidas ao agente financeiro CAIXA relativa ao Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.
- 5 Apresentamos as contratações e os desembolsos relativos ao FDS/PCS e PHP-MCMV:

FDS/PCS	ABR/04 a DEZ/09		JAN a DEZ/10	JAN a DEZ/10		ABR/04 a DEZ/10		R\$ mil (%) (B/A)
	realizado		orçado	realizado		realizado		
	Quant. Unid.	Valor	Valor (A)	Quant. Unid.	Valor (B)	Quant. Unid.	Valor	
Contratações PCS	336	427.336	50.000	1	6.419	337	433.755	12,84
Desembolsos PCS	-	328.214	96.163	-	34.224	-	362.438	35,59
Contratações PHP - MCMV	4	11.971	421.000	65	196.102	69	208.073	46,58
Desembolsos PHP - MCMV	-	1.955	216.000	-	67.619	-	69.574	31,31

Obs.: Quantidade de Unidade é igual a Empreendimentos.  
Fonte: GESEF

- 6 Anexos:  
Anexo I - CI GECOF 021/11;  
Anexo II - Demonstrações Contábeis – exercício de 2010;  
Anexo III - Relatório dos Auditores Independentes – exercício de 2010;  
Anexo IV - Relatório de Auditoria Interna – exercício de 2010.

  
JOSE LUIZ TREVISAN RIBEIRO  
Superintendente Nacional  
SN Monitoramento e Avaliação de Resultados

  
LUIZ ANTÔNIO DE CASTRO  
Superintendente Nacional – E. E.  
SN Contabilidade e Tributos

  
MARCOS ROBERTO VASCONCELOS  
Vice-Presidente  
VP Controle e Risco

À  
SUCON  
C/Cópia à GESEF

Assunto: Demonstrações Contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS - Exercício/2010

Senhor Superintendente

- 1 Encaminhamos a V.S<sup>a</sup>. as Demonstrações Contábeis do FDS, referentes ao exercício de 2010, para apreciação, e posterior envio ao Conselho Diretor, nos termos do disposto no art. 24, inciso VI, alínea “b” do Estatuto da CAIXA.
  
- 1.1 Seguem abaixo os comentários dos principais itens patrimoniais e de resultado e, em anexo, os documentos a seguir relacionados:
  - . Balancete;
  - . Balanço Patrimonial;
  - . Demonstração do Resultado do Exercício;
  - . Demonstrações da Evolução do Patrimônio Líquido;
  - . Notas Explicativas;
  - . Relatório dos Auditores Independentes;
  - . Relatório de Auditoria Interna.

- 2 Neste exercício, o FDS demonstrou Ativo no valor de R\$ 1.337.721 mil, conforme relacionado abaixo:

ATIVO	R\$ milhares			
	Exerc./2010	Exerc./2009	Variação	Variação%
<b>CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.337.721</b>	<b>1.112.650</b>	<b>225.071</b>	<b>20,23</b>
DEPÓSITOS BANCÁRIOS	560.686	348.209	212.477	61,02
Depósitos Remunerados na CAIXA	208.459	149.220	59.239	39,70
Dep. Rem. na CAIXA-FDS/PMCMV <sup>(1)</sup>	349.993	198.914	151.079	75,95
Dep. Rem. na CAIXA-FDS/PMCMV-DFI <sup>(2)</sup>	2.234	75	2.159	2.878,67
APLIC INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	360.201	397.422	(37.221)	(9,37)
Letras Financeiras do Tesouro	360.201	397.422	(37.221)	(9,37)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	38.145	38.092	53	0,14
Certificados de Depósito Bancário	38.145	38.092	53	0,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	361.973	314.396	47.577	15,13
Financiamentos Habitacionais - FDS <sup>(3)</sup>	19.111	22.537	(3.426)	(15,20)
Financiamentos Habitacionais - PCS <sup>(4)</sup>	219.394	217.334	2.060	0,95
Financiamentos Habitacionais - Novo PCS <sup>(5)</sup>	96.661	73.894	22.767	30,81
Financiamentos Habitacionais - PMCMV	26.807	631	26.176	4.148,34
OUTROS CRÉDITOS	5.254	2.535	2.719	107,26
Remuneração a Receber	5.254	2.535	2.719	107,26
OUTROS VALORES E BENS	11.462	11.996	(534)	(4,45)
Despesas Antecipadas c/ Novo PCS - Tx Adm	11.462	11.996	(534)	(4,45)
<b>TOTAIS</b>	<b>1.337.721</b>	<b>1.112.650</b>	<b>225.071</b>	<b>20,23</b>

- (1) PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.  
(2) DFI – Danos Físicos no Imóvel.  
(3) FDS – Fundo de Desenvolvimento Social.  
(4) PCS – Programa Crédito Solidário.  
(5) Novo PCS – Novo Programa Crédito Solidário

- 2.1 A variação positiva de R\$ 212.477 mil, em Depósitos Bancários na CAIXA, está demonstrada no item 10 desta CI.

- 2.2 A variação negativa de R\$ 37.221 mil, equivalente a (9,37)%, em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, decorreu da movimentação a seguir comentada:

EVENTO	R\$ milhares		
	ENTRADA	SAÍDA	VARIAÇÃO
Compra com Revenda	35.731.137	-	35.731.137
Revenda	-	(35.802.496)	(35.802.496)
Efetivação da Renda a Apropriar	34.138	-	34.138
<b>Totais</b>	<b>35.765.275</b>	<b>(35.802.496)</b>	<b>(37.221)</b>

- 2.3 A Reserva de Liquidez do FDS é composta de 10% em títulos<sup>(6)</sup>, sendo 50% em Títulos Públicos e 50% em Títulos de Emissão da CAIXA, conforme a seguir demonstrado:

	R\$ milhares	
	Exerc./2010	Exerc./2009
Títulos Públicos Federais	19.917	21.776
Certificados de Depósito Bancário	19.917	21.776
<b>Totais</b>	<b>39.834</b>	<b>43.552</b>

(6) Base de Cálculo - somatório das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários.

- 2.4 A variação positiva de R\$ 53 mil, equivalente a 0,14%, em Títulos e Valores Mobiliários (nota explicativa 5 em anexo), decorreu da seguinte movimentação:

	R\$ milhares		
EVENTO	ENTRADA	SAÍDA	VARIÇÃO
Compra Final	335.934	-	335.934
Venda Final	-	(339.339)	(339.339)
Rendimento - TRF	3.458	-	3.458
<b>Totais</b>	<b>339.392</b>	<b>(339.339)</b>	<b>53</b>

- 2.5 A variação positiva de R\$ 47.577 mil, equivalente a 15,13%, em Operações de Crédito (nota explicativa 6 em anexo), decorreu de novas liberações de parcelas de empréstimos, das amortizações dos projetos habitacionais e das atualizações monetárias, conforme demonstração abaixo:

	R\$ milhares	
	Exerc./2010	Exerc./2009
<b>FDS</b>	<b>(3.426)</b>	<b>(3.337)</b>
Amortização/Juros	(3.693)	(3.578)
Atualização Monetária/juros	267	241
<b>PCS</b>	<b>2.060</b>	<b>19.094</b>
Empréstimo	11.647	25.028
Amortização	(11.616)	(7.080)
Atualização Monetária	(25)	1.685
Carência	2.050	(992)
Condicionais	4	453
<b>NOVO PCS</b>	<b>22.767</b>	<b>33.528</b>
Empréstimo	22.269	52.253
Conta Equalizadora	0	(18.602)
Amortização por Transferência na Migração	1.137	0
Atualização Monetária	359	327
Amortização	(998)	(94)
Carência	0	(372)
Condicionais	0	16
<b>PMCMV</b>	<b>26.176</b>	<b>631</b>
Empréstimo	67.618	1.955
Provisão para Perda (-)	(41.442)	(1.324)
<b>Totais</b>	<b>47.577</b>	<b>49.916</b>

2.6 Em Outros Créditos, a variação positiva de R\$ 2.719 mil, equivalente a 107,26%, decorreu do aumento dos rendimentos a receber sobre os depósitos na CAIXA, em virtude dos índices utilizados para as rendas auferidas.

2.7 Em Outros Valores e Bens, a variação negativa de R\$ 534 mil refere-se à apropriação das despesas com taxas de administração, efetuada conforme rotina mensal de diferimento.

3 O Passivo e o Patrimônio Líquido totalizaram R\$ 1.337.721 mil, conforme abaixo relacionado:

R\$ milhares				
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exerc./2010	Exerc./2009	Variação	Variação%
<b>PASSIVO</b>	<b>14.522</b>	<b>1.813</b>	<b>12.709</b>	<b>700,99</b>
DEPÓSITOS A VISTA	32	56	(24)	(42,86)
Saldos Cred. Habitação, Saneam. e Des. Urb	32	56	(24)	(42,86)
CREDORES DIVERSOS	14.490	1.757	12.733	724,70
Taxas e Tarifas a Repassar	1.359	1.299	60	4,62
Outros Credores	2	5	(3)	(60,00)
Taxas Admin. A Pagar Ag. Oper - PMCMV	0	112	(112)	(100,00)
Taxas Admin a Pagar Ag. Financ- PMCMV	13.129	341	12.788	3.750,15
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.323.199</b>	<b>1.110.837</b>	<b>212.362</b>	<b>19,12</b>
CAPITAL SOCIAL	1.323.199	1.110.837	212.362	19,12
Pessoa Jurídica	4.923	4.923	0	0,00
Crédito Solidário	147.608	147.608	0	0,00
Fundo Conta Geral	770.668	758.306	12.362	1,63
Aporte da União - PMCMV	400.000	200.000	200.000	100,00
<b>TOTAIS</b>	<b>1.337.721</b>	<b>1.112.650</b>	<b>225.071</b>	<b>20,23</b>

3.1 Em Depósitos à Vista, a variação negativa de R\$ 24 mil refere-se a saldos credores de financiamentos, conforme descrito na nota explicativa 9 em anexo.

3.2 Os Credores Diversos apresentaram variação positiva de R\$ 12.733 mil, em virtude do aumento da provisão das taxas devidas ao agente financeiro do Fundo, referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida.

3.3 O Patrimônio Líquido (nota explicativa 11 em anexo) registrou um crescimento de R\$ 212.362 mil, equivalente a 19,12%, decorrente do resultado apurado neste exercício e do aporte da União, adiante comentado.

- 4 O FDS apurou no exercício resultado positivo de R\$ 12.362 mil, com redução de R\$ 30.885 mil em relação ao exercício anterior, proveniente das receitas e despesas que apresentamos a seguir:

	R\$ milhares			
	Exerc./2010	Exerc./2009	Varição	Varição%
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>81.964</b>	<b>61.108</b>	<b>20.856</b>	<b>34,13</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.886	1.795	91	5,07
Rendas de Financ. Imobiliários	1.886	1.795	91	5,07
APLIC INTERFINANC. DE LIQUIDEZ	76.332	34.411	41.921	121,82
Rdas de Aplic Op. Compromissadas	76.332	34.411	41.921	121,82
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	3.459	24.902	(21.443)	(86,11)
Rendas de Títulos de Renda Fixa	3.459	24.902	(21.443)	(86,11)
OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS	287	0	287	0,00
Receitas Eventuais	287	0	287	0,00
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>69.602</b>	<b>17.861</b>	<b>51.741</b>	<b>289,69</b>
RESULTADO C/ TIT. E VAL. MOBILIÁRIOS	0	28	(28)	(100,00)
DESP. DE PROV. P/PERDAS - PMCMV	41.442	1.324	40.118	3.030,06
COMISSÕES E TARIFAS	28.151	16.501	11.650	70,60
Tx de Administração-CAIXA	12.952	14.427	(1.475)	(10,22)
Tx Administração-Créd. Solidário	348	917	(569)	(62,05)
Tx Administração-NPCS Ag. Financ.	613	592	21	3,55
Tx Administração-PMCMV - Ag. Operador	1.449	224	1.225	546,88
Tx Administração-PMCMV Ag. Financ.	12.789	341	12.448	3.650,44
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	9	8	1	12,50
<b>RESULTADOS LÍQUIDOS</b>	<b>12.362</b>	<b>43.247</b>	<b>(30.885)</b>	<b>(71,42)</b>

- 4.1 A variação positiva de R\$ 20.856 mil nas receitas refere-se, basicamente, ao aumento das rendas com aplicações financeiras de liquidez, motivado pelo crescimento dos depósitos do PMCMV, que registraram, no exercício, rendimentos no montante de R\$ 21.781 mil.
- 4.2 As despesas operacionais apresentaram variação positiva de R\$ 51.741 mil em razão, basicamente:
- do aumento das despesas de provisão para perdas do Programa Minha Casa Minha Vida, por motivo do valor recuperável das liberações efetuadas no exercício ter sido superior ao do ano anterior;
  - do crescimento das comissões e tarifas por motivo do aumento na provisão da taxa de administração do Agente Financeiro referente ao PMCMV, motivado pelo aumento das contratações ocorridas neste exercício.

5 As contas de compensação apresentaram os seguintes valores:

	R\$ milhares			
	Exerc./2010	Exerc./2009	Variação	Variação%
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO - ATIVO</b>	<b>370.188</b>	<b>246.427</b>	<b>123.761</b>	<b>50,22</b>
Títulos para Negociação	38.145	38.092	53	0,14
Valores Contratados a Liberar	71.278	99.122	(27.844)	(28,09)
Valores Contratados a Liberar - PMCMV	138.500	9.140	129.360	1.415,32
Financiamentos NPCS	122.265	100.073	22.192	22,18
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO - PASSIVO</b>	<b>370.188</b>	<b>246.427</b>	<b>123.761</b>	<b>50,22</b>
Títulos para Negociação	38.145	38.092	53	0,14
Valores Contratados a Liberar	71.278	99.122	(27.844)	(28,09)
Valores Contratados a Liberar - PMCMV	138.500	9.140	129.360	1.415,32
Financiamentos NPCS	122.265	100.073	22.192	22,18

6 Segue, abaixo, relação de alguns indicadores do FDS:

INDICADOR	COMPOSIÇÃO	Exerc./2010	Exerc./2009
Retorno Líquido	Lucro Líquido/Receita Total	0,15	0,71
Remuneração dos Ativos	Receita total/Ativo Total	0,06	0,05
Relação Cap.Terc. s/ Cap.Próprio	Circulante e Exigível/PL Ajust.	0,01	0,00

6.1 As variações verificadas nos indicadores foram decorrentes do resultado obtido no período.

7 Apresentamos, abaixo, o comportamento do patrimônio líquido ajustado e das operações de crédito dos últimos doze meses:

7.1 Patrimônio Líquido

Período	Patrimônio Líquido Anterior	Aporte da união	Resgate de cotas	Patrimônio Líquido Atual	Resultado	Patrimônio Líquido Atual Ajustado	PL do Exercício Anterior Ajustado
jan/10	1.110.837	-	-	1.110.837	2.320	1.113.157	873.156
fev/10	1.110.837	-	-	1.110.837	2.372	1.115.529	877.314
mar/10	1.110.837	-	-	1.110.837	3.533	1.119.062	882.125
abr/10	1.110.837	-	-	1.110.837	4.335	1.123.397	886.044
mai/10	1.110.837	-	-	1.110.837	7.185	1.118.022	889.489
jun/10	1.110.837	-	-	1.110.837	11.395	1.122.232	892.840
jul/10	1.110.837	100.000	-	1.210.837	10.493	1.221.330	896.520
ago/10	1.210.837	-	-	1.210.837	10.674	1.221.511	899.125
set/10	1.210.837	-	-	1.210.837	12.702	1.223.539	901.867
out/10	1.210.837	100.000	-	1.310.837	11.197	1.322.034	904.614
nov/10	1.310.837	-	-	1.310.837	13.527	1.324.364	1.108.271
dez/10	1.310.837	-	-	1.310.837	12.362	1.323.199	1.110.837

## 7.2 Operações de Crédito

R\$ milhares

Período	Saldo Anterior	Atualiz. Monet.	Desembolso	Amortização	Ajustes	Saldo Atual	Saldo Exerc. Anterior
jan/10	314.396	387	5.181	(1.367)	(949)	317.648	277.536
fev/10	317.648	9	3.860	(1.186)	(645)	319.686	286.254
mar/10	319.686	190	4.393	(1.222)	(602)	322.445	293.378
abr/10	322.445	25	12.739	(1.198)	(7.123)	326.888	300.969
mai/10	326.888	418	4.015	(1.272)	(139)	329.910	312.372
jun/10	329.910	146	3.723	(1.107)	(493)	332.179	316.520
jul/10	332.179	332	10.493	(1.262)	(5.247)	336.495	296.213
ago/10	336.495	296	10.984	(1.271)	(5.061)	341.443	298.878
set/10	341.443	198	7.851	(1.316)	(2.838)	345.338	302.714
out/10	345.338	141	16.818	(1.320)	(5.667)	355.310	306.019
nov/10	355.310	203	7.498	(1.205)	(4.453)	357.353	308.556
dez/10	357.353	371	13.980	(1.505)	(8.226)	361.973	314.396
	314.396	2.716	101.535	(15.231)	(41.443)	361.973	

8 Segue a descrição das principais contas do FDS:

CONTA	DESCRIÇÃO
DISPONIBILIDADES	Correspondem aos valores dos Depósitos Remunerados na CAIXA, referentes ao Programa Crédito Solidário, do Novo Programa Crédito Solidário, do Programa Minha Casa Minha Vida e são remunerados pela taxa SELIC.
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	Correspondem às aplicações em operações compromissadas.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	São aplicações em títulos de renda fixa.
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<p>Representam os financiamentos feitos à CAIXA conforme Resoluções do Conselho Curador do FDS, destinados a financiamentos de projetos habitacionais. Em 29/06/2001, os mesmos foram transferidos da CAIXA para EMGEA, conforme contrato celebrado entre as partes.</p> <p>Correspondem, também, aos financiamentos concedidos ao Agente Financeiro CAIXA, referente ao Programa Crédito Solidário.</p> <p>Por meio da Resolução CCFDS nº 121, de 09 de janeiro de 2008, regulamentada pela IN nº 14, de 25 de março de 2008, alterada pela IN nº 15 de 03 de abril de 2008, o Programa de Crédito Solidário foi reformulado, surgindo o Novo Programa Crédito Solidário, voltado ao atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando a produção e aquisição de novas habitações, a conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.</p> <p>Representam, ainda, os financiamentos do Programa Minha Casa Minha Vida.</p>
NOVO PROGRAMA CRÉDITO SOLIDÁRIO – VALORES A RECEBER	Registra os valores a serem recebidos, dos mutuários finais, por meio do sistema SIACI, de financiamentos concedidos com recursos do Novo Programa de Crédito Solidário, liberados de acordo com o cronograma de desembolso.
DESPESAS ANTECIPADAS COM NOVO PCS – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	Referem-se às taxas de administração, a serem pagas ao agente financeiro, sobre o valor das contratações com recursos do Novo Programa de Crédito Solidário.
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS - PAÍS	Referem-se a Valores a Pagar aos agentes financeiros, atualizados mensalmente, devido a acertos de prestações pagas quando da alteração na carência de alguns contratos do PCS e que estão sendo apropriados quando do pagamento das atualizações monetárias, dos referidos contratos, durante o prazo de carência e também às obrigações do Fundo para. fazer face às amortizações dos financiamentos, registradas de acordo com às liberações de recursos onerosos e não onerosos e que serão baixados pelo SIAPF, quando da devolução desses recursos ao Fundo.
TAXAS E TARIFAS A REPASSAR	Referem-se às taxas a serem pagas ao agente financeiro e operador do PCS, na apresentação, pelos agentes, de comprovação de direitos junto ao Fundo.

CONTA	DESCRIÇÃO
OUTRAS OBRIGAÇÕES	Referem-se a Créditos a Apropriar - CRAPO, instrumento utilizado pelo administrador para manter o equilíbrio do patrimônio e a linearidade das cotas.
CAPITAL SOCIAL	Está constituído por 3% (três por cento) do patrimônio líquido do ex-Fundo de Aplicação Financeira – FAAF, bem como pelos recursos do Programa Crédito Solidário.
RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Correspondem às rendas de financiamentos dos projetos habitacionais, atualização monetária e juros.
RENDAS DE APLICAÇÕES INTERF. DE LIQUIDEZ	Referem-se às rendas de aplicações em operações compromissadas e disponibilidades do FDS.
RENDAS COM TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	É a rentabilidade dos papéis que compõem a carteira de títulos no exercício.
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	Correspondem aos ajustes positivos de patrimônio registrados transitoriamente, para manter a linearidade das cotas.
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Correspondem aos ajustes negativos de patrimônio registrados transitoriamente, para manter a linearidade das cotas, a taxa de administração, que é calculada à base de 2% a.a. sobre o Patrimônio Líquido mais Carteira Administrada de Subsídio, apropriada e repassada a cada dia útil à administradora – CAIXA, bem como as taxas de administração e equilíbrio do agente financeiro e taxa de risco do agente operador, referentes ao Programa de Crédito Solidário.
DESPESAS OPERACIONAIS	Correspondem às Atualizações Monetárias sobre as obrigações com contratos do Novo Programa Crédito Solidário.

9 As subcontas do FDS que têm contrapartida com as da CAIXA encontram-se conciliadas e sem diferenças, exceto as relacionadas abaixo.

SUBCONTA	PROD	ENTIDADE	NOME	R\$ milhares	
				dez/10	Dif
4.1.6.20.21.04-0	5540	CX	FDS-PROG.CRED SOLID-ENCARG A INC	0,00	
4.1.6.20.21.04-0	5522	CX	FDS-PROG.CRED SOLID-ENCARG A INC	704.719,26	
4.1.6.20.21.04-0	5521	CX	FDS-PROG.CRED SOLID-ENCARG A INC	443,65	
4.16.20.21.04-0	872	CX	FDS-PROG.CRED SOLID-ENCARG A INC	427.738,49	
1.8.3.30.10.01-4		FD	RENDIMENTOS DE DEP NA CAIXA A REC	(1.934.313,88)	(801.412) (1)

1- Diferença referente a provisão da remuneração sobre depósitos, lançadas no Fundo em dezembro e na CAIXA em janeiro/2011.

10 Segue a movimentação das disponibilidades do FDS dos últimos dois exercícios:

	R\$ milhares			
	<b>Exerc./2010</b>	<b>Exerc./2009</b>	<b>Variação</b>	<b>Var.%</b>
<b>ENTRADAS</b>	<b>36.397.612</b>	<b>25.012.759</b>	<b>11.384.853</b>	<b>45,52</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	35.803.938	24.141.991	11.661.947	48,31
Títulos e Valores Mobiliários	339.339	642.762	(303.423)	(47,21)
Operações de Crédito	15.454	13.591	1.863	13,71
Rendimentos	38.880	14.415	24.465	169,72
Aporte da União	200.000	200.000	0	0,00
<b>SAÍDAS</b>	<b>(36.185.135)</b>	<b>(24.779.837)</b>	<b>(11.405.298)</b>	<b>46,03</b>
Reversão de Aporte de Recursos CAIXA	(35.732.432)	0	(35.732.432)	0,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(335.934)	(24.469.373)	24.133.439	(98,63)
Títulos e Valores Mobiliários	(14.865)	(206.289)	191.424	(92,79)
Custeio Administrativo	(101.904)	(15.122)	(86.782)	573,88
Operações de Crédito	0	(82.132)	82.132	(100,00)
Taxa de Administração - Ag. Financeiro	0	(6.921)	6.921	(100,00)
<b>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</b>	<b>212.477</b>	<b>232.922</b>	<b>(20.445)</b>	<b>(8,78)</b>
<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>348.209</b>	<b>115.287</b>	<b>232.922</b>	<b>202,04</b>
<b>SALDO ATUAL</b>	<b>560.686</b>	<b>348.209</b>	<b>212.477</b>	<b>61,02</b>

Atenciosamente

KARLA HANDRÉA FARAY MELO  
Gerente Executivo  
GECOF

LILIAN CRISTINA CAVALLARE VIEIRA  
Gerente Executivo  
GECOF

MARIA CECÍLIA DE NATALE PEDROSO  
Gerente Executivo  
GECOF

MARGARIDA MARIA FERREIRA DE BARROS  
Gerente Nacional  
GECOF

CODIGO	DV	NOME		
1	-7	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		1.337.720.986,25
1.1	-4	DISPONIBILIDADES		560.686.557,98
1.1.2	-0	DEPOSITOS BANCARIOS		560.686.557,98
1.1.2.20	-8	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		208.459.493,66
1.1.2.20.10	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		208.459.493,66
1.1.2.20.10.06-2		DEPOSITOS REMUNERADOS CAIXA-OUTR FUNDOS	208.459.493,66	
1.1.2.30	-1	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		352.227.064,32
1.1.2.30.30	-8	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		352.227.064,32
1.1.2.30.30.07-5		DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV	349.993.452,46	
1.1.2.30.30.08-3		DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV- DFI	2.233.611,86	
1.2	-1	APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		360.200.547,70
1.2.1	-0	APLICACOES EM OPERACOES COMPROMISSADAS		360.200.547,70
1.2.1.10	-3	REVENIDAS A LIQUIDAR-POSICAO BANCADA		360.200.547,70
1.2.1.10.03	-2	LETRAS FINANC TESOIRO-REV A LIQ-POS BANC		231.491.922,09
1.2.1.10.03.01-0		LFT - REV A LIQUIDAR/POS BANCADA	231.491.922,09	
1.2.1.10.05	-5	LETRAS DO TESOIRO NACIONAL - REV A LIQ - POS BANC		125.000.000,00
1.2.1.10.05.01-3		LTN - REV A LIQUIDAR/PB	125.000.000,00	
1.2.1.10.07	-8	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - REV A LIQ - POS BANC		3.708.625,61
1.2.1.10.07.01-6		NTN - REV A LIQUIDAR/PB	3.708.625,61	
1.3	-9	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		38.145.452,33
1.3.1	-7	LIVRES		38.145.452,33
1.3.1.10	-0	TITULOS DE RENDA FIXA		38.145.452,33
1.3.1.10.25	-3	CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO		38.145.452,33
1.3.1.10.25.01-1		CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO	38.145.452,33	
1.6	-0	OPERACOES DE CREDITO		361.972.603,71
1.6.4	-3	FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS		361.972.603,71
1.6.4.30	-4	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		361.972.603,71
1.6.4.30.10	-0	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		361.378.538,68
1.6.4.30.10.03-4		FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL	237.903.482,61	
1.6.4.30.10.15-8		FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/NOVO PCS	96.667.669,67	
1.6.4.30.10.16-6		FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/PMCMV-FDS	69.573.815,79	
1.6.4.30.10.17-4		PROV.P/PERDA VLR RECUPERAVEL-FIN.HAB/PMCMV (-)	-42.766.429,39	
1.6.4.30.12	-2	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS - VALORES A RECEBER		249.805,02
1.6.4.30.12.03-7		FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL/VLRS A RECEBER	42,33	
1.6.4.30.12.15-0		FINANC IMOBILIARIO-RESID/REC FDS-VLRS A RECEBER	249.762,69	
1.6.4.30.14	-5	FINANCIAMENTOS HAB-PAG/REC CONDICIONAIS (-)		-16.624,76
1.6.4.30.14.02-1		FINANC IMOB ST PUBL - RESID/REC CONDICIONAIS	-16.624,76	
1.6.4.30.16	-8	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS - RDA A INCORPORAR		360.884,77
1.6.4.30.16.03-2		FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL/RDAS A INCORP	360.670,62	
1.6.4.30.16.04-0		FINANC HABIT - VALORES A RECEBER - RDA A INCORP	12,48	
1.6.4.30.16.05-9		FINANC HABIT -PAG/REC CONDIC-RDA A INCORPORAR(-)	201,67	
1.8	-5	OUTROS CREDITOS		5.254.281,59
1.8.3	-0	RENDAS A RECEBER		5.254.281,59
1.8.3.30	-0	REMUNERACAO A RECEBER		5.254.281,59
1.8.3.30.10	-6	REMUNERACAO A RECEBER		5.254.281,59
1.8.3.30.10.01-4		RENDIMENTOS DEPOSITOS NA CAIXA A RECEBER	1.934.313,88	
1.8.3.30.10.16-2		RENDIMENTOS A RECEBER S/RECURSOS PMCMV	3.319.967,71	
1.9	-2	OUTROS VALORES E BENS		11.461.542,94

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO:

1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

CODIGO	DV	NOME		
1.9.9	-6	DESPESAS ANTECIPADAS		11.461.542,94
1.9.9.10	-0	DESPESAS ANTECIPADAS		11.461.542,94
1.9.9.10.21	-7	DESPESAS ANTECIPADAS - FDS		11.461.542,94
1.9.9.10.21.01-5		DESPESAS ANTECIPADAS C/NOVO PCS-TXADMINISTRACAO	11.461.542,94	
3	-0	COMPENSACAO		370.187.705,87
3.0	-0	COMPENSACAO		370.187.705,87
3.0.3	-4	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		38.145.452,33
3.0.3.30	-5	TITULOS PARA NEGOCIACAO		38.145.452,33
3.0.3.30.60	-8	TITULOS EMITIDOS POR INST FINANC-RENDA FIXA		38.145.452,33
3.0.3.30.60.01-6		TITULOS EMITIDOS POR INST FINANC-RENDA FIXA	38.145.452,33	
3.0.8	-5	CONTRATOS		209.777.320,18
3.0.8.40	-0	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		209.777.320,18
3.0.8.40.10	-5	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		209.777.320,18
3.0.8.40.10.01-3		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	71.277.558,79	
3.0.8.40.10.03-0		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR- PMCMV	138.499.761,39	
3.0.9	-3	CONTROLE		122.264.933,36
3.0.9.99	-7	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO ATIVAS		122.264.933,36
3.0.9.99.99	-3	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO ATIVAS		122.264.933,36
3.0.9.99.99.70-4		FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL	122.179.283,70	
3.0.9.99.99.71-2		FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/VLRS A RECEBER	-73.883,12	
3.0.9.99.99.72-0		FINANC IMOBILIARIO - RESID/REC CONDICIONAIS	-1.313,75	
3.0.9.99.99.73-9		FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/RDAS A INCORP	160.903,60	
3.0.9.99.99.74-7		FINANC IMOB - PAG/REC CONDIC-RDA A INCORPORAR(-)	18,35	
3.0.9.99.99.75-5		FINANC IMOB - VALORES A RECEBER - RDA A INCORP	-75,42	
8	-1	CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS		69.603.339,52
8.1	-9	DESPESAS OPERACIONAIS		69.603.339,52
8.1.8	-4	APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS		41.442.840,12
8.1.8.30	-5	DESPESAS DE PROVISoes OPERACIONAIS		41.442.840,12
8.1.8.30.99	-1	OUTRAS		41.442.840,12
8.1.8.30.99.42-7		DESP DE PROV P/PERDAS - PMCMV	41.442.840,12	
8.1.9	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		28.160.499,40
8.1.9.94	-3	COMISSOES E TARIFAS		28.151.259,40
8.1.9.94.10	-9	COMISSOES E TARIFAS		28.151.259,40
8.1.9.94.10.01-7		TAXA DE ADMINISTRACAO	12.952.348,11	
8.1.9.94.10.16-5		TAXA DE ADMINISTRACAO- FDS	348.355,22	
8.1.9.94.10.20-3		TAXA DE ADMINISTRACAO FDS AGENTE FINANCEIRO	613.321,72	
8.1.9.94.10.28-9		TAXA DE ADMINISTRACAO PMCMV	1.448.870,86	
8.1.9.94.10.29-7		TAXA DE ADMINISTRACAO PMCMV-AGENTE FINANCEIRO	12.788.363,49	
8.1.9.99	-6	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		9.240,00
8.1.9.99.99	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - OUTRAS ENTIDADES		9.240,00
8.1.9.99.99.79-7		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	9.240,00	
			<b>TOTAL ATIVO :</b>	<b>1.777.512.031,64</b>

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0

DESTINO:

1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

CODIGO	DV	NOME		
4	-6	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		14.522.397,52
4.1	-3	DEPOSITOS		32.012,25
4.1.1	-1	DEPOSITOS A VISTA		32.012,25
4.1.1.90	-4	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FIN		32.012,25
4.1.1.90.10	-0	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FINANC		32.012,25
4.1.1.90.10.30-1		SALDOS CRED HABITACAO,SANEAM E DESENV URB	32.012,25	
4.9	-1	OUTRAS OBRIGACOES		14.490.385,27
4.9.9	-5	DIVERSAS		14.490.385,27
4.9.9.92	-7	CREDORES DIVERSOS - PAIS		14.490.385,27
4.9.9.92.91	-2	CREDORES DIVERSOS - OUTROS		1.361.269,71
4.9.9.92.91.64-9		TAXAS E TARIFAS A REPASSAR	1.359.645,64	
4.9.9.92.91.70-3		OUTROS CREDORES	1.624,07	
4.9.9.92.92	-9	CREDORES DIVERSOS - PAIS(CONT)		13.129.115,56
4.9.9.92.92.36-0		TAXA DE ADMINIST. A PAGAR AG. FINANCEIRO - PMCMV	13.129.115,56	
6	-9	PATRIMONIO LIQUIDO		1.310.836.977,26
6.1	-6	PATRIMONIO LIQUIDO		1.310.836.977,26
6.1.1	-4	CAPITAL SOCIAL		1.310.836.977,26
6.1.1.10	-8	CAPITAL AUTORIZADO		1.310.836.977,26
6.1.1.10.10	-3	CAPITAL		1.310.836.977,26
6.1.1.10.10.21-6		PESSOAS JURIDICAS	4.922.694,26	
6.1.1.10.10.30-5		CAPITAL SOCIAL	147.608.009,62	
6.1.1.10.10.45-3		FUNDO CONTA GERAL	758.306.273,38	
6.1.1.10.10.49-6		RECURSOS DOTACOES ORCAMENTARIAS DA UNIAO-PMCMV	400.000.000,00	
7	-5	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS		81.964.950,99
7.1	-2	RECEITAS OPERACIONAIS		81.964.950,99
7.1.1	-0	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO		1.886.096,59
7.1.1.15	-7	RENDAS DE FINANCIAMENTOS		1.874.998,76
7.1.1.15.10	-2	RENDAS DE ATUALIZ MONETARIA - FINANCIAMENTOS		1.770.769,79
7.1.1.15.10.03-7		RENDAS DE ATUALIZ MONETARIA-FINANC AO S PUBLICO	1.770.769,79	
7.1.1.15.20	-8	RENDAS DE JUROS S/FINANCIAMENTOS		104.228,97
7.1.1.15.20.03-2		RENDAS DE JUROS S/FINANC AO SETOR PUBLICO	104.228,97	
7.1.1.65	-5	RENDAS DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		11.097,83
7.1.1.65.40	-7	RDAS DE ENC EM ATRASO S/FIN HABITACIONAIS		11.097,83
7.1.1.65.40.15-5		RDAS DE FINANC HABIT-RESID/REC FDS - ENC ATRASO	11.097,83	
7.1.4	-5	RENDAS APLIC INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ		76.332.295,02
7.1.4.10	-9	RENDAS DE APLIC EM OPER COMPROMISSADAS		34.732.674,74
7.1.4.10.10	-4	POSICAO BANCADA		34.732.674,74
7.1.4.10.10.10-1		RENDAS APLIC EM OP COMPROM-POS BANCADA	34.732.674,74	
7.1.4.20	-2	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		41.599.620,28
7.1.4.20.10	-8	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		41.599.620,28
7.1.4.20.10.03-2		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS NA CAIXA	17.312.218,81	
7.1.4.20.10.12-1		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS PMCMV	24.287.401,47	
7.1.5	-3	RDAS C/TIT VAL MOBIL E INSTRUM.DERIVAT.		3.459.332,14
7.1.5.10	-7	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA		3.459.332,14
7.1.5.10.10	-2	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA		3.459.332,14
7.1.5.10.10.10-0		RENDAS DE TIT DE RDA FIXA-ENT SOC.ADMIN	3.459.332,14	
7.1.9	-6	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		287.227,24
7.1.9.99	-0	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS		287.227,24

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO:

1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

CODIGO	DV	NOME		
7.1.9.99.10	-5	OUTRAS RDAS OP-FDOS E PROGRAMAS SOCIAIS		287.227,24
7.1.9.99.10.41-2		RECEITAS EVENTUAIS	287.107,46	
7.1.9.99.10.84-6		JUROS DE MORA	119,78	
9	-8	COMPENSACAO		370.187.705,87
9.0	-8	COMPENSACAO		370.187.705,87
9.0.3	-2	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		38.145.452,33
9.0.3.20	-0	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		38.145.452,33
9.0.3.20.10	-5	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		38.145.452,33
9.0.3.20.10.01-3		TITULOS E VLRS MOBIL CLASSIFICADOS P/CATEGORIA	38.145.452,33	
9.0.8	-3	CONTRATOS		209.777.320,18
9.0.8.40	-8	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		209.777.320,18
9.0.8.40.10	-3	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		209.777.320,18
9.0.8.40.10.01-1		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	71.277.558,79	
9.0.8.40.10.03-8		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR - PMCMV	138.499.761,39	
9.0.9	-1	CONTROLE		122.264.933,36
9.0.9.99	-5	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO PASSIVAS		122.264.933,36
9.0.9.99.99	-1	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO PASSIVAS		122.264.933,36
9.0.9.99.99.70-2		OBRIG COM NOVO PROGRAMA CREDITO SOLIDARIO - PCS	122.264.933,36	
			TOTAL PASSIVO :	1.777.512.031,64

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO:

1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

-----

TOTAL ATIVO:	1.777.512.031,64	TOTAL PASSIVO:	1.777.512.031,64
--------------	------------------	----------------	------------------

-----

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO  
PRESIDENTA

CARLOS ANTONIO DE BRITO  
VICE-PRESIDENTE

CARLOS AUGUSTO BORGES  
VICE-PRESIDENTE

CLARICE COPPETTI  
VICE-PRESIDENTE

EDILO RICARDO VALADARES  
VICE-PRESIDENTE

FABIO LENZA  
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA  
VICE-PRESIDENTE - RESPONSÁVEL PELOS  
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

JORGE FONTES HEREDA  
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO  
VICE-PRESIDENTE

MARCOS ROBERTO VASCONCELOS  
VICE-PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES  
VICE-PRESIDENTE

MARGARIDA MARIA FERREIRA DE BARROS  
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE ENTIDADES  
SOCIAIS E FUNDOS DE INVESTIMENTO  
CRC/RJ 052608/T-9 DF

-----

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0

DESTINO:            1A.VIA: 0000-0            2A.VIA: 0000-0            3A.VIA: 0000-0            4A.VIA: 0000-0            5A.VIA: 0000-0

CODIGO	DV	NOME		
1	-7	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		1.337.720.986,25
1.1	-4	DISPONIBILIDADES		560.686.557,98
1.1.2	-0	DEPOSITOS BANCARIOS		560.686.557,98
1.1.2.20	-8	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		208.459.493,66
1.1.2.20.10	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		208.459.493,66
1.1.2.20.10.06-2		DEPOSITOS REMUNERADOS CAIXA-OUTR FUNDOS	208.459.493,66	
1.1.2.30	-1	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		352.227.064,32
1.1.2.30.30	-8	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		352.227.064,32
1.1.2.30.30.07-5		DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV	349.993.452,46	
1.1.2.30.30.08-3		DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV- DFI	2.233.611,86	
1.2	-1	APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		360.200.547,70
1.2.1	-0	APLICACOES EM OPERACOES COMPROMISSADAS		360.200.547,70
1.2.1.10	-3	REVENIDAS A LIQUIDAR-POSICAO BANCADA		360.200.547,70
1.2.1.10.03	-2	LETRAS FINANC TESOIRO-REV A LIQ-POS BANC		231.491.922,09
1.2.1.10.03.01-0		LFT - REV A LIQUIDAR/POS BANCADA	231.491.922,09	
1.2.1.10.05	-5	LETRAS DO TESOIRO NACIONAL - REV A LIQ - POS BAN		125.000.000,00
1.2.1.10.05.01-3		LTN - REV A LIQUIDAR/PB	125.000.000,00	
1.2.1.10.07	-8	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - REV A LIQ - POS BANC		3.708.625,61
1.2.1.10.07.01-6		NTN - REV A LIQUIDAR/PB	3.708.625,61	
1.3	-9	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		38.145.452,33
1.3.1	-7	LIVRES		38.145.452,33
1.3.1.10	-0	TITULOS DE RENDA FIXA		38.145.452,33
1.3.1.10.25	-3	CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO		38.145.452,33
1.3.1.10.25.01-1		CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO	38.145.452,33	
1.6	-0	OPERACOES DE CREDITO		361.972.603,71
1.6.4	-3	FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS		361.972.603,71
1.6.4.30	-4	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		361.972.603,71
1.6.4.30.10	-0	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		361.378.538,68
1.6.4.30.10.03-4		FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL	237.903.482,61	
1.6.4.30.10.15-8		FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/NOVO PCS	96.667.669,67	
1.6.4.30.10.16-6		FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/PMCMV-FDS	69.573.815,79	
1.6.4.30.10.17-4		PROV.P/PERDA VLR RECUPERAVEL-FIN.HAB/PMCMV (-)	-42.766.429,39	
1.6.4.30.12	-2	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS - VALORES A RECEBER		249.805,02
1.6.4.30.12.03-7		FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL/VLRS A RECEBER	42,33	
1.6.4.30.12.15-0		FINANC IMOBILIARIO-RESID/REC FDS-VLRS A RECEBER	249.762,69	
1.6.4.30.14	-5	FINANCIAMENTOS HAB-PAG/REC CONDICIONAIS (-)		-16.624,76
1.6.4.30.14.02-1		FINANC IMOB ST PUBL - RESID/REC CONDICIONAIS	-16.624,76	
1.6.4.30.16	-8	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS - RDA A INCORPORAR		360.884,77
1.6.4.30.16.03-2		FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL/RDAS A INCORP	360.670,62	
1.6.4.30.16.04-0		FINANC HABIT - VALORES A RECEBER - RDA A INCORP	12,48	
1.6.4.30.16.05-9		FINANC HABIT -PAG/REC CONDIC-RDA A INCORPORAR(-)	201,67	
1.8	-5	OUTROS CREDITOS		5.254.281,59
1.8.3	-0	RENDAS A RECEBER		5.254.281,59
1.8.3.30	-0	REMUNERACAO A RECEBER		5.254.281,59
1.8.3.30.10	-6	REMUNERACAO A RECEBER		5.254.281,59
1.8.3.30.10.01-4		RENDIMENTOS DEPOSITOS NA CAIXA A RECEBER	1.934.313,88	
1.8.3.30.10.16-2		RENDIMENTOS A RECEBER S/RECURSOS PMCMV	3.319.967,71	
1.9	-2	OUTROS VALORES E BENS		11.461.542,94

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO:

1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

CODIGO	DV	NOME		
1.9.9	-6	DESPESAS ANTECIPADAS		11.461.542,94
1.9.9.10	-0	DESPESAS ANTECIPADAS		11.461.542,94
1.9.9.10.21	-7	DESPESAS ANTECIPADAS - FDS		11.461.542,94
1.9.9.10.21.01-5		DESPESAS ANTECIPADAS C/NOVO PCS-TXADMINISTRACAO	11.461.542,94	
3	-0	COMPENSACAO		370.187.705,87
3.0	-0	COMPENSACAO		370.187.705,87
3.0.3	-4	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		38.145.452,33
3.0.3.30	-5	TITULOS PARA NEGOCIACAO		38.145.452,33
3.0.3.30.60	-8	TITULOS EMITIDOS POR INST FINANC-RENDA FIXA		38.145.452,33
3.0.3.30.60.01-6		TITULOS EMITIDOS POR INST FINANC-RENDA FIXA	38.145.452,33	
3.0.8	-5	CONTRATOS		209.777.320,18
3.0.8.40	-0	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		209.777.320,18
3.0.8.40.10	-5	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		209.777.320,18
3.0.8.40.10.01-3		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	71.277.558,79	
3.0.8.40.10.03-0		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR- PMCMV	138.499.761,39	
3.0.9	-3	CONTROLE		122.264.933,36
3.0.9.99	-7	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO ATIVAS		122.264.933,36
3.0.9.99.99	-3	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO ATIVAS		122.264.933,36
3.0.9.99.99.70-4		FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL	122.179.283,70	
3.0.9.99.99.71-2		FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/VLRS A RECEBER	-73.883,12	
3.0.9.99.99.72-0		FINANC IMOBILIARIO - RESID/REC CONDICIONAIS	-1.313,75	
3.0.9.99.99.73-9		FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/RDAS A INCORP	160.903,60	
3.0.9.99.99.74-7		FINANC IMOB - PAG/REC CONDIC-RDA A INCORPORAR(-)	18,35	
3.0.9.99.99.75-5		FINANC IMOB - VALORES A RECEBER - RDA A INCORP	-75,42	
		TOTAL ATIVO:		1.707.908.692,12

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO:

1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

CODIGO	DV	NOME		
4	-6	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		14.522.397,52
4.1	-3	DEPOSITOS		32.012,25
4.1.1	-1	DEPOSITOS A VISTA		32.012,25
4.1.1.90	-4	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FIN		32.012,25
4.1.1.90.10	-0	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FINANC		32.012,25
4.1.1.90.10.30-1		SALDOS CRED HABITACAO,SANEAM E DESENV URB	32.012,25	
4.9	-1	OUTRAS OBRIGACOES		14.490.385,27
4.9.9	-5	DIVERSAS		14.490.385,27
4.9.9.92	-7	CREDORES DIVERSOS - PAIS		14.490.385,27
4.9.9.92.91	-2	CREDORES DIVERSOS - OUTROS		1.361.269,71
4.9.9.92.91.64-9		TAXAS E TARIFAS A REPASSAR	1.359.645,64	
4.9.9.92.91.70-3		OUTROS CREDORES	1.624,07	
4.9.9.92.92	-9	CREDORES DIVERSOS - PAIS(CONT)		13.129.115,56
4.9.9.92.92.36-0		TAXA DE ADMINIST. A PAGAR AG. FINANCEIRO - PMCMV	13.129.115,56	
6	-9	PATRIMONIO LIQUIDO		1.323.198.588,73
6.1	-6	PATRIMONIO LIQUIDO		1.323.198.588,73
6.1.1	-4	CAPITAL SOCIAL		1.323.198.588,73
6.1.1.10	-8	CAPITAL AUTORIZADO		1.323.198.588,73
6.1.1.10.10	-3	CAPITAL		1.323.198.588,73
6.1.1.10.10.21-6		PESSOAS JURIDICAS	4.922.694,26	
6.1.1.10.10.30-5		CAPITAL SOCIAL	147.608.009,62	
6.1.1.10.10.45-3		FUNDO CONTA GERAL	770.667.884,85	
6.1.1.10.10.49-6		RECURSOS DOTACOES ORCAMENTARIAS DA UNIAO-PMCMV	400.000.000,00	
6.1.8	-1	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		0,00
6.1.8.10	-5	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		0,00
6.1.8.10.10.03-5		LUCROS OU PREJUIZOS - ACUMULADO	-1.142.506,96	
6.1.8.10.10.05-1		LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS - FDS	1.142.506,96	
9	-8	COMPENSACAO		370.187.705,87
9.0	-8	COMPENSACAO		370.187.705,87
9.0.3	-2	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		38.145.452,33
9.0.3.20	-0	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		38.145.452,33
9.0.3.20.10	-5	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		38.145.452,33
9.0.3.20.10.01-3		TITULOS E VLRS MOBIL CLASSIFICADOS P/CATEGORIA	38.145.452,33	
9.0.8	-3	CONTRATOS		209.777.320,18
9.0.8.40	-8	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		209.777.320,18
9.0.8.40.10	-3	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		209.777.320,18
9.0.8.40.10.01-1		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	71.277.558,79	
9.0.8.40.10.03-8		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR - PMCMV	138.499.761,39	
9.0.9	-1	CONTROLE		122.264.933,36
9.0.9.99	-5	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO PASSIVAS		122.264.933,36
9.0.9.99.99	-1	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO PASSIVAS		122.264.933,36
9.0.9.99.99.70-2		OBRIG COM NOVO PROGRAMA CREDITO SOLIDARIO - PCS	122.264.933,36	
			TOTAL PASSIVO:	1.707.908.692,12

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO:

1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

-----  
TOTAL ATIVO: 1.707.908.692,12

TOTAL PASSIVO: 1.707.908.692,12  
-----

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO  
PRESIDENTA

CARLOS ANTONIO DE BRITO  
VICE-PRESIDENTE

CARLOS AUGUSTO BORGES  
VICE-PRESIDENTE

CLARICE COPPETTI  
VICE-PRESIDENTE

EDILO RICARDO VALADARES  
VICE-PRESIDENTE

FABIO LENZA  
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA  
VICE-PRESIDENTE - RESPONSAVEL PELOS  
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

JORGE FONTES HEREDA  
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO  
VICE-PRESIDENTE

MARCOS ROBERTO VASCONCELOS  
VICE-PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES  
VICE-PRESIDENTE

MARGARIDA MARIA FERREIRA DE BARROS  
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE ENTIDADES  
SOCIAIS E FUNDOS DE INVESTIMENTO  
CRC/RJ 052608/T-9 DF

CODIGO	DV	NOME		
7	-5	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS		81.964.950,99
7.1	-2	RECEITAS OPERACIONAIS		81.964.950,99
7.1.1	-0	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO		1.886.096,59
7.1.1.15	-7	RENDAS DE FINANCIAMENTOS		1.874.998,76
7.1.1.15.10	-2	RENDAS DE ATUALIZ MONETARIA - FINANCIAMENTOS		1.770.769,79
7.1.1.15.10.03-7		RENDAS DE ATUALIZ MONETARIA-FINANC AO S PUBLICO	1.770.769,79	
7.1.1.15.20	-8	RENDAS DE JUROS S/FINANCIAMENTOS		104.228,97
7.1.1.15.20.03-2		RENDAS DE JUROS S/FINANC AO SETOR PUBLICO	104.228,97	
7.1.1.65	-5	RENDAS DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		11.097,83
7.1.1.65.40	-7	RDAS DE ENC EM ATRASO S/FIN HABITACIONAIS		11.097,83
7.1.1.65.40.15-5		RDAS DE FINANC HABIT-RESID/REC FDS - ENC ATRASO	11.097,83	
7.1.4	-5	RENDAS APLIC INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ		76.332.295,02
7.1.4.10	-9	RENDAS DE APLIC EM OPER COMPROMISSADAS		34.732.674,74
7.1.4.10.10	-4	POSICAO BANCADA		34.732.674,74
7.1.4.10.10.10-1		RENDAS APLIC EM OP COMPROM-POS BANCADA	34.732.674,74	
7.1.4.20	-2	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		41.599.620,28
7.1.4.20.10	-8	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		41.599.620,28
7.1.4.20.10.03-2		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS NA CAIXA	17.312.218,81	
7.1.4.20.10.12-1		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS PMCMV	24.287.401,47	
7.1.5	-3	RDAS C/TIT VAL MOBIL E INSTRUM.DERIVAT.		3.459.332,14
7.1.5.10	-7	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA		3.459.332,14
7.1.5.10.10	-2	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA		3.459.332,14
7.1.5.10.10.10-0		RENDAS DE TIT DE RDA FIXA-ENT SOC.ADMIN	3.459.332,14	
7.1.9	-6	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		287.227,24
7.1.9.99	-0	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS		287.227,24
7.1.9.99.10	-5	OUTRAS RDAS OP-FDOS E PROGRAMAS SOCIAIS		287.227,24
7.1.9.99.10.41-2		RECEITAS EVENTUAIS	287.107,46	
7.1.9.99.10.84-6		JUROS DE MORA	119,78	
T O T A L R E C E I T A S				81.964.950,99

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO:

1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

CODIGO	DV	NOME		
8	-1	CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS		69.603.339,52
8.1	-9	DESPESAS OPERACIONAIS		69.603.339,52
8.1.8	-4	APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS		41.442.840,12
8.1.8.30	-5	DESPESAS DE PROVISOES OPERACIONAIS		41.442.840,12
8.1.8.30.99	-1	OUTRAS		41.442.840,12
8.1.8.30.99.42-7		DESP DE PROV P/PERDAS - PMCMV	41.442.840,12	
8.1.9	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		28.160.499,40
8.1.9.94	-3	COMISSOES E TARIFAS		28.151.259,40
8.1.9.94.10	-9	COMISSOES E TARIFAS		28.151.259,40
8.1.9.94.10.01-7		TAXA DE ADMINISTRACAO	12.952.348,11	
8.1.9.94.10.16-5		TAXA DE ADMINISTRACAO- FDS	348.355,22	
8.1.9.94.10.20-3		TAXA DE ADMINISTRACAO FDS AGENTE FINANCEIRO	613.321,72	
8.1.9.94.10.28-9		TAXA DE ADMINISTRACAO PMCMV	1.448.870,86	
8.1.9.94.10.29-7		TAXA DE ADMINISTRACAO PMCMV-AGENTE FINANCEIRO	12.788.363,49	
8.1.9.99	-6	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		9.240,00
8.1.9.99.99	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - OUTRAS ENTIDADES		9.240,00
8.1.9.99.99.79-7		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	9.240,00	
			T O T A L D E S P E S A S	69.603.339,52

D E M O N S T R A T I V O D O R E S U L T A D O	
T O T A L R E C E I T A S	81.964.950,99
T O T A L D E S P E S A S	69.603.339,52
L U C R O / P R E J U I Z O	12.361.611,47

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO:

1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

-----  
CODIGO DV NOME  
-----

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO  
PRESIDENTA

CARLOS ANTONIO DE BRITO  
VICE-PRESIDENTE

CARLOS AUGUSTO BORGES  
VICE-PRESIDENTE

CLARICE COPPETTI  
VICE-PRESIDENTE

EDILO RICARDO VALADARES  
VICE-PRESIDENTE

FABIO LENZA  
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA  
VICE-PRESIDENTE - RESPONSAVEL PELOS  
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

JORGE FONTES HEREDA  
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO  
VICE-PRESIDENTE

MARCOS ROBERTO VASCONCELOS  
VICE-PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES  
VICE-PRESIDENTE

MARGARIDA MARIA FERREIRA DE BARROS  
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE ENTIDADES  
SOCIAIS E FUNDOS DE INVESTIMENTO  
CRC/RJ 052608/T-9 DF

**DEMONSTRAÇÕES DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Fundo de Desenvolvimento Social - FDS**  
**(Valores em reais)**

	<b>2.010</b>	<b>2.009</b>
<b>Patrimônio líquido no início do exercício</b>		
13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,052121 cada uma		705.583.305,51
13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,054111 cada uma	732.522.750,13	
Programa Crédito Solidário	178.314.227,13	162.006.787,41
Dotação Orçamentária da União - PMCMV	<u>200.000.000,00</u>	<u>867.590.092,92</u>
	1.110.836.977,26	867.590.092,92
Dotação Orçamentária da União - PMCMV	200.000.000,00	200.000.000,00
<b>Patrimônio líquido antes do resultado do exercício</b>	<b>1.310.836.977,26</b>	<b>1.067.590.092,92</b>
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Receitas</b>	<b>81.964.950,99</b>	<b>61.107.526,01</b>
Rendas de operações de crédito	1.886.096,59	1.794.750,95
Rendas de aplicações em oper. Compromissadas	34.732.674,74	18.669.973,14
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	41.599.620,28	15.741.325,07
Rendas com títulos e valores mobiliários	3.459.332,14	24.901.476,85
Outras despesas operacionais	287.227,24	
<b>Despesas</b>	<b>69.603.339,52</b>	<b>(17.860.641,96)</b>
Resultado de transações c/TVM - ajuste a valor de mercado		(28.271,00)
Despesas de provisões operacionais	41.442.840,12	(1.323.589,27)
Despesas administrativas - comissões e tarifas	28.151.259,40	(16.501.158,77)
Outras despesas operacionais	9.240,00	(7.622,92)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>12.361.611,47</b>	<b>43.246.884,05</b>
<b>Patrimônio líquido final</b>		
13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,054111 cada uma		732.522.750,14
13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,056052 cada uma	758.798.861,42	
Programa Crédito Solidário	164.399.727,31	178.315.037,12
Dotação Orçamentária da União - PMCMV	400.000.000,00	200.000.000,00
<b>Patrimônio líquido total</b>	<b>1.323.198.588,73</b>	<b>1.110.837.787,26</b>

MARIA FERNANDA RAMOS  
PRESIDENTA

CARLOS ANTONIO DE BRITO  
VICE - PRESIDENTE

CARLOS AUGUSTO BORGES  
VICE - PRESIDENTE

CLARICE COPPETTI  
VICE - PRESIDENTE

EDILO RICARDO VALADARES  
VICE - PRESIDENTE

FABIO LENZA  
VICE - PRESIDENTE

JORGE FONTES HEREDA  
VICE - PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO  
VICE - PRESIDENTE

MARCOS ROBERTO VASCONCELOS  
VICE - PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES  
VICE - PRESIDENTE

WELLINGTON MOREIRA FRANCO  
VICE-PRESIDENTE  
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO  
FEDERAL

MARGARIDA MARIA FERREIRA DE BARROS  
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE  
ENTIDADES SOCIAIS E FUNDOS DE  
INVESTIMENTO  
CRC/RJ 052608/T-9 DF

## FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS

### Proposta Orçamentária – 2010

#### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 A presente proposta orçamentária do FDS foi elaborada em atendimento ao disposto no Decreto nº 103, de 22.04.1991, no inciso VII, do art. 6º, da Lei 8.677, de 13.06.1993, e no Regimento Interno do Conselho Curador do FDS, alterado pela Resolução CCFDS nº 86, de 23.10.2002, e objetiva oferecer um planejamento com vistas à adequada aplicação dos recursos financeiros do Fundo.

1.2 Foram consideradas as seguintes premissas na elaboração do orçamento 2010:

Indicadores Econômicos	Orçado 2009	Orçado 2010
Taxa Referencial (TR) média	1,91% a.a.	0,56% a.a.
SELIC média	13,62% a.a.	9,14% a.a.

Contratações	Contratações		Desembolsos	
	Orçado 2009	Orçado 2010	Orçado 2009	Orçado 2010
Programa Crédito Solidário no ano (R\$ mil)	R\$ 100.000	R\$ 80.000	R\$ 97.000	R\$ 96.000
Programa Habitacional Popular – Entidades MCMV no ano (R\$ mil)	-	R\$ 421.000	-	R\$ 219.000

1.2.1 Prevê a implantação da renegociação estabelecida na Resolução CCFDS nº. 137, de 09 de abril de 2009, de 50% das operações contratadas nas condições da Resolução CCFDS 093/2004, com devolução de valores ao FDS da ordem de R\$ 47.000 mil.

1.2.2 As contratações ocorrerão no âmbito do Programa Crédito Solidário - PCS aprovado pelo CCFDS através da Resolução nº 121 de 09/01/2008 com o objetivo de conceder financiamento a adquirentes ou proprietários de habitações ou lotes, com faixa de renda de até três salários mínimos, sem cobrança de juros, sendo a remuneração dos agentes financeiros custeada pelo FDS.

1.2.3 A Resolução CCFDS nº 141 de 10/06/2009, criou o Programa Habitacional Popular – Entidades - Minha Casa Minha Vida – PHP-E-MCMV, para aplicação dos recursos definidos no art. 18 da Lei nº 11.977, de 07/07/2009, alocados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, de forma a tornar acessível a moradia para a população com renda familiar bruta de até R\$ 1.395,00, organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos.

1.2.3.1 Considerando que houve aporte da União ao FDS em 2009 de R\$ 200 milhões, prevê-se que os restantes R\$ 300 milhões serão aportados no decorrer de 2010 da seguinte forma: R\$ 100 milhões em março, R\$ 100 milhões em julho e R\$ 100 milhões em agosto.

1.2.3.2 O desconto a ser concedido ao beneficiário final varia em função da renda, prevê-se a contratação de operações nas seguintes condições de renda:

- 50% de operações com renda de até 1 salário mínimo;
- 30% de operações com renda entre 1 e 2 salário mínimo;
- 20% de operações com renda entre 2 e 3 salário mínimo.

1.2.3.3 O desconto será reconhecido como despesa do FDS no momento do desembolso para a obra, dessa forma, considerando a média mensal de desembolso de R\$18 milhões, prevê-se o reconhecimento médio de R\$ 14 milhões /mês.

## 2 ORÇAMENTO OPERACIONAL

2.1 Para 2010, prevê-se contratação de R\$ 80 milhões, no Programa Crédito Solidário, com a seguinte distribuição regional:

REGIÕES	Percentual orçamento 2010	Recursos por região
NORTE	10,28%	8.224.000,00
NORDESTE	36,49%	29.192.000,00
SUDESTE	35,11%	28.088.000,00
SUL	11,27%	9.016.000,00
CENTRO-OESTE	6,85%	5.480.000,00
<b>Soma</b>	<b>100,00%</b>	<b>80.000.000,00</b>

- 2.2 No PHP-E-MCMV em 2010, prevê-se contratação de R\$ 421 milhões, com a seguinte distribuição regional:

<b>REGIÕES</b>	<b>Percentual orçamento 2010</b>	<b>Recursos por região</b>
NORTE	10,28%	43.278.800,00
NORDESTE	36,49%	153.622.900,00
SUDESTE	35,11%	147.813.100,00
SUL	11,27%	47.446.700,00
CENTRO-OESTE	6,85%	28.838.500,00
<b>Soma</b>	<b>100,00%</b>	<b>421.000.000,00</b>

### **3 ORÇAMENTO FINANCEIRO**

#### **3.1 ENTRADAS DE RECURSOS**

##### **3.1.1 ARRECADAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS**

3.1.1.1 A arrecadação prevista, no valor de R\$ 13.260 mil, representa a estimativa de retorno dos financiamentos do Programa Habitacional do Trabalhador e do Cidadão (PHT), de R\$ 3.660 mil, e do Programa Crédito Solidário de R\$ 9.600 mil.

3.1.1.2 As arrecadações de empréstimos do Programa Habitacional do Trabalhador e do Cidadão (PHT) decorrem de duas operações de crédito do FDS assumidas pela empresa pública EMGEA – Empresa Gestora de Ativos do Governo Federal, criada pela Medida Provisória nº 2196, de 29.06.2001.

##### **3.1.2 RECEITAS FINANCEIRAS**

3.1.2.1 Correspondem à remuneração das disponibilidades do FDS, representadas por aplicações em títulos públicos e privados, sendo projetadas, com base na taxa SELIC, em R\$ 54.013 mil.

#### **3.2 SAÍDAS DE RECURSOS**

##### **3.2.1 APLICAÇÕES**

3.2.1.1 Para atender aos Programas em 2010, estima-se o desembolso de R\$ 315 milhões.



## 3.2.2 ENCARGOS DO FDS

3.2.2.1 Para a Taxa de Administração do Agente Operador do FDS, estimada a partir do percentual de 2% ao ano sobre o Patrimônio Líquido, conforme estabelece a Resolução CCFDS nº 18, de 26.03.1992, prevê-se despesas de R\$ 10.897 mil.

3.2.2.2 As despesas de responsabilidade do FDS, referentes aos Programas, totalizam R\$ 180.287 mil, sendo que R\$ 8.924 mil do PCS e R\$ 171.363 mil do PHP-E-MCMV.

3.2.2.3 As despesas do PHP-E-MCMV se referem a taxa de administração dos Agentes Operador e Financeiro no valor de R\$ 3.310 mil e R\$ 168.000 mil com Desconto.

3.2.2.4 As despesas de taxa de administração do Agente Financeiro são diferidas no prazo de 240 meses para o PCS e 120 meses para o PHP -E-MCMV.

## 3.3 DISPONIBILIDADE FINAL

3.3.1 A disponibilidade total projetada para 20 10 é de R\$ 511.629 mil.

## 4 ORÇAMENTO ECONÔMICO

Caso as estimativas se concretizem, o FDS apresentará resultado negativo de R\$ 134.569 mil, com destaque, principalmente, para despesas com desconto do Programa Habitacional Popular – Entidades -MCMV.

Demonstração de Resultados	R\$ mil			
	Orçado 2009 (A)	Realizado até Set/09	Orçado 2010 (B)	(%) B/A
<b>(+) Rendas de Operações de Crédito</b>	<b>2.242</b>	<b>1.612</b>	<b>2.370</b>	<b>105,71%</b>
<b>(-) Despesas Administrativas e Operacionais</b>	<b>(23.796)</b>	<b>(11.917)</b>	<b>(191.862)</b>	<b>806,48%</b>
<b>Taxa de Administração</b>	<b>(13.019)</b>	<b>(11.449)</b>	<b>(14.885)</b>	<b>114,34%</b>
Taxa de Administração FDS - CAIXA	(10.415)	(10.748)	(10.897)	104,63%
Taxa de Administração - PCS	(2.604)	(701)	(678)	26,04%
Taxa Adm Ag Financeiro - Prog MCMV	-	-	(1.750)	-
Taxa Adm Ag Operador - Prog MCMV	-	-	(1.560)	-
<b>Despesas com Operações de Crédito do Programa Crédito Solidário</b>	<b>(10.775)</b>	<b>(440)</b>	<b>(8.924)</b>	<b>82,82%</b>
Taxa de Adm. - PCS Agente Financeiro	(10.417)	(440)	(8.924)	85,67%
Taxa de Equilíbrio	(313)	-	-	-
Taxa de Risco de Crédito	(45)	-	-	-
<b>Despesas com Desconto MCMV</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(168.000)</b>	<b>-</b>
<b>Despesas de Obrig. p/Empr. E Repasses</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Transações Tit./Val Mobiliários</b>	<b>(2)</b>	<b>(28)</b>	<b>(53)</b>	<b>-</b>
<b>(+) Resultados Financeiros</b>	<b>77.671</b>	<b>44.590</b>	<b>54.922</b>	<b>70,71%</b>
<b>(+) Outras Receitas / Despesas Operacionais</b>	<b>-</b>	<b>(8)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(=) Resultado Líquido</b>	<b>56.117</b>	<b>34.276</b>	<b>(134.569)</b>	<b>-239,80%</b>

Fonte: Balanete FDS

4.1 A seguir apresentamos o Balanço Patrimonial projetado:

R\$ mil

Balanço Patrimonial	Realizado 2008	Orçado 2009 (A)	Realizado até Set/08	Orçado 2010 (B)	(%) B/A
<b>ATIVO</b>					
<b>Disponibilidades</b>	115.287	108.339	146.299	489.474	451,80%
Depósito Garantia	115.287	108.335	65.537	36.351	33,55%
Depósito Conta Remunerada	-	4	-	0	-
Conta Equalizadora	-	-	80.762	169.123	-
Recursos OGU	-	-	-	284.000	-
<b>Aplic. Interfinanceiras de Liquidez e TVM</b>	501.039	482.767	441.107	306.155	63,42%
Recursos Disponíveis - TVM	450.935	421.893	396.997	279.762	66,31%
Fundo de Liquidez <sup>1</sup>	50.104	60.874	44.110	26.393	43,36%
<b>Financiamentos Habitacionais</b>	264.480	397.061	302.714	606.250	162,68%
Programa Habit.do Trabalhador/Cidadão	25.874	27.953	23.410	20.087	71,86%
Programa de Crédito Solidário	238.606	369.109	279.304	366.511	99,30%
Programa Minha Casa Minha Vida	-	-	-	219.652	-
<b>Outros Créditos</b>	22.842	467	1.015	1.447	309,86%
<b>Outros Valores e Bens</b>	9.126	-	12.149	12.168	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	912.773	988.634	903.284	1.415.494	143,18%
<b>PASSIVO</b>					
<b>Cretores Diversos</b>	4.762	37.587	1.304	4.663	12,41%
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	40.421	27.271	113	-	0,00%
<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	867.690	923.776	901.867	1.410.831	162,72%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	912.773	988.634	903.284	1.415.494	143,18%

Fonte: Balancete FDS

  
GASPAR FERREIRA FILHO  
Consultor Interno

  
ERLON ALEXANDRE DA SILVA GUIMARÃES  
Coordenador

  
IRENA SKORUPA PARACHIN  
Gerente Nacional  
Orçamento - GEORC

R\$ mil

Demonstração de Resultados	Realizado 2008	Orçado 2009 (A)	Realizado até Set/09	Orçado 2010 (B)	( % ) B/A
(+) Rendas de Operações de Crédito	3.536	2.242	1.612	2.370	105,71%
(-) Despesas Administrativas e Operacionais	(29.028)	(23.796)	(11.917)	(191.862)	806,48%
Taxa de Administração	(15.603)	(13.019)	(11.449)	(14.885)	114,34%
Taxa de Administração FDS - CAIXA	(13.631)	(10.415)	(10.748)	(10.897)	104,63%
Taxa de Administração - PCS	(1.971)	(2.604)	(701)	(678)	26,04%
Taxa Adm Ag Financeiro - Prog MCMV	-	-	-	(1.750)	-
Taxa Adm Ag Operador - Prog MCMV	-	-	-	(1.560)	-
Despesas com Operações de Crédito do Programa Credito Solidário	(13.128)	(10.775)	(440)	(8.924)	82,82%
Taxa de Adm. - PCS Agente Financeiro	(7.431)	(10.417)	(440)	(8.924)	85,67%
Taxa de Equilíbrio	(5.119)	(313)	-	-	-
Taxa de Risco de Crédito	(578)	(45)	-	-	-
Despesas com Desconto MCMV	-	-	-	(168.000)	-
Despesas de Obrig. p/Empr. E Repasses	(255)	-	-	-	-
Resultado Transações Tit./Val Mobiliários	(37)	(2)	(28)	(53)	-
(+) Resultados Financeiros	77.054	77.671	44.590	54.922	70,71%
(+) Outras Receitas / Despesas Operacionais	(5)	-	(8)	-	-
(=) Resultado Líquido	51.561	56.117	34.276	(134.569)	-239,80%

Fonte : Balancete FDS

Balanco Patrimonial	Realizado 2008	Orçado 2009 (A)	Realizado até Set/08	Orçado 2010 (B)	( % ) B/A
<b>ATIVO</b>					
Disponibilidades	115.287	108.339	146.299	489.474	451,80%
Depósito Garantia	115.287	108.335	65.537	36.351	33,55%
Depósito Conta Remunerada	-	4	-	0	-
Conta Equalizadora	-	-	80.762	169.123	-
Recursos OGU	-	-	-	284.000	-
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez e TVM	501.039	482.767	441.107	306.155	63,42%
Recursos Disponíveis - TVM	450.935	421.893	396.997	279.762	66,31%
Fundo de Liquidez <sup>1</sup>	50.104	60.874	44.110	26.393	43,36%
Financiamentos Habitacionais	264.480	397.061	302.714	606.250	152,68%
Programa Habit.do Trabalhador/Cidadão	25.874	27.953	23.410	20.087	71,86%
Programa de Crédito Solidário	238.606	369.109	279.304	366.511	99,30%
Programa Minha Casa Minha Vida	-	-	-	219.652	-
Outros Créditos	22.842	467	1.015	1.447	309,85%
Outros Valores e Bens	9.125	-	12.149	12.168	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>912.773</b>	<b>988.634</b>	<b>903.284</b>	<b>1.415.494</b>	<b>143,18%</b>
<b>PASSIVO</b>					
Credores Diversos	4.762	37.587	1.304	4.663	12,41%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	40.421	27.271	113	-	0,00%
Patrimônio Líquido Ajustado	867.590	923.776	901.867	1.410.831	152,72%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>912.773</b>	<b>988.634</b>	<b>903.284</b>	<b>1.415.494</b>	<b>143,18%</b>

Fonte : Balancete FDS

1 - O valor de Fundo de Liquidez inclui Certificados de Depósitos Bancários e parte do saldo de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

Indicadores Econômicos	Realizado 2008	Orçado 2009	Orçado 2010
Taxa Referencial (TR) média	1,59% a.a.	1,91% a.a.	0,56% a.a.
SELIC média	12,47% a.a.	13,62% a.a.	9,14% a.a.
Contratações PCS no ano (R\$ mil)	R\$ 250.000	R\$ 100.000	R\$ 80.000
Contratações MCMV no ano (R\$ mil)	-	-	R\$ 421.000

ORÇAMENTO FINANCEIRO DO FDS - 2010  
FLUXO FINANCEIRO

DISCRIMINAÇÃO	Orçamento 2010 - FDS												Orçado 2010				
	PROJEÇÃO 2009	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV		DEZ			
<b>A - DISPONIBILIDADE INICIAL</b>																	
Depósito Garantia	664.499	749.689	577.780	638.075	598.633	589.327	519.579	579.171	639.052	599.153	599.045	521.270	482.844	482.844	482.844	482.844	482.844
Conta Equalizadora	107.191	71.717	68.894	65.959	63.049	60.164	57.247	54.298	51.392	48.450	45.468	42.493	39.454	39.454	39.454	39.454	39.454
Depósito Remunerado	77.656	80.762	150.640	152.849	155.105	157.411	159.721	162.030	164.435	166.841	169.231	170.230	136.485	136.485	136.485	136.485	136.485
Fundo de Liquidez	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos Disponíveis-TVM	59.065	36.935	28.134	25.628	23.114	20.612	24.115	21.592	19.028	22.477	25.939	26.897	26.328	26.328	26.328	26.328	26.328
Recursos OGU	420.563	360.255	330.111	293.640	357.365	315.139	278.496	241.251	304.197	361.365	318.407	261.646	280.577	280.577	280.577	280.577	280.577
	200.000	200.000	100.000	100.000	0	0	0	100.000	100.000	0	0	0	0	0	0	0	500.000
<b>ENTRADAS</b>																	
<b>1 - Arrecadação de Empréstimos</b>	17.423	1.105	1.105	1.105	1.105	1.105	1.105	1.105	1.105	1.105	1.105	1.105	1.105	1.105	1.105	1.105	13.260
1.1 Prog. Hab. Trabalhador e Cidadão	3.228	305	305	305	305	305	305	305	305	305	305	305	305	305	305	305	3.660
1.2 Programa de Crédito Solidário	9.227	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	9.600
<b>3 - Receitas Financeiras</b>	75.296	3.056	3.644	4.142	4.689	4.544	4.172	4.727	5.418	5.330	5.239	4.699	4.354	4.354	4.354	4.354	54.013
<b>B - TOTAL DE ENTRADAS</b>	92.719	4.161	4.749	5.247	5.794	5.649	5.277	5.832	6.623	6.435	6.344	5.804	5.459	5.459	5.459	5.459	67.273
<b>SAÍDAS</b>																	
<b>1 - Aplicações</b>	84.390	25.283	25.165	25.430	25.695	25.961	26.226	26.491	26.856	26.121	27.366	27.652	28.569	28.569	28.569	28.569	315.815
1.1 Prog. Hab. Trabalhador e Cidadão	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2 Programa de Crédito Solidário	84.390	7.263	7.165	7.430	7.695	7.961	8.226	8.491	7.856	8.121	8.386	8.652	8.917	8.917	8.917	8.917	96.163
1.3 Programa Minha Casa Minha Vida	-	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000	219.652
<b>2 - Encargos do FDS</b>	26.011	1.563	1.356	1.357	1.519	1.415	1.317	1.325	1.400	1.466	1.457	2.303	2.396	2.396	2.396	2.396	19.874
2.1 Taxa de Administração	12.059	815	608	608	771	667	569	577	652	718	709	1.555	1.648	1.648	1.648	1.648	10.887
2.2 Prog. Cred Solid	13.958	744	744	744	744	744	744	744	744	744	744	744	744	744	744	744	8.924
2.2.1 Taxa de Administração Ag. Fin	13.000	744	744	744	744	744	744	744	744	744	744	744	744	744	744	744	8.924
2.3 Resultado de Transações TVM	554	4	4	4	4	4	4	4	4	4	5	5	5	5	5	5	53
<b>3 - Encargos do Programa MCMV</b>	-	276	276	276	276	276	276	276	276	276	276	276	276	276	276	276	3.310
3.1 Taxa de Administração Ag. Financeiro	-	146	146	146	146	146	146	146	146	146	146	146	146	146	146	146	1.750
3.2 Taxa de Administração Ag. Operador	-	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	1.560
<b>4 - Despesa com Desconto MCMV</b>	-	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	168.000
<b>5 - Resgata de Cotas - FDS</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>C - TOTAL DE SAÍDAS</b>	123.011	41.102	40.797	41.063	41.491	41.852	41.819	42.091	41.632	41.863	44.119	44.230	45.241	45.241	45.241	45.241	506.999
<b>E - TRANSFERÊNCIA P/ CONTA EQUALIZADOR</b>	63.318	7.576	7.695	7.594	7.603	7.611	7.603	7.611	7.604	7.616	7.625	7.628	7.628	7.628	7.628	7.628	91.282
<b>F - DISPONIBILIDADE TOTAL</b>	749.689	577.780	538.075	598.633	598.327	519.579	479.171	539.052	699.153	699.045	621.270	482.844	511.629	511.629	511.629	511.629	511.629
Depósito Garantia	71.717	68.894	65.959	63.049	60.164	57.247	54.298	51.392	48.450	45.468	42.493	39.454	36.351	36.351	36.351	36.351	36.351
Conta Equalizadora	80.762	150.640	152.849	155.105	157.411	159.721	162.030	164.435	166.841	169.231	170.230	136.485	136.485	136.485	136.485	136.485	136.485
Depósito Remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fundo de Liquidez	36.935	28.134	25.628	23.114	20.612	24.115	21.592	19.028	22.477	25.939	26.897	26.328	26.328	26.328	26.328	26.328	26.328
Recursos Disponíveis-TVM	360.255	330.111	293.640	357.365	315.139	278.496	241.251	304.197	361.365	318.407	261.646	280.577	279.762	279.762	279.762	279.762	279.762
Recursos OGU	200.000	185.166	165.962	249.434	232.968	216.343	199.552	283.696	361.075	338.601	319.882	300.851	284.000	284.000	284.000	284.000	284.000

## FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS

### Execução Orçamentária de 2010

#### 1 OBJETIVO

1.1 O presente relatório refere-se à execução orçamentária do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, relativa ao exercício de 2010, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho Curador do FDS.

#### 2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1 O FDS foi criado em 1991 com o objetivo de buscar a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, através de financiamentos de projetos de investimentos de relevante interesse social.

2.1.1 Para tanto, após alguns anos sem novas operações, foi criado o Programa de Crédito Solidário, que se destina ao atendimento de necessidades habitacionais da população de baixa renda, conforme Resoluções nº 93, de 28/04/04 e nº 94, de 02/06/04, cujas contratações iniciaram-se em julho de 2005, regido atualmente pela Resolução 121, de 09/01/2008.

2.1.2 A Resolução CCFDS nº 141 de 10/06/2009, criou o Programa Habitacional Popular Minha Casa Minha Vida, voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, utilizando os recursos definidos no art. 18 da Lei nº 11.977, de 07/07/2009, alocados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

#### 3 ORÇAMENTO FINANCEIRO

3.1 O fluxo financeiro do exercício de 2010 apresentou saldo final de R\$ 959.033 mi l.

Fluxo Financeiro	R\$ mil			
	Realizado 2009	Orçado 2010 (A)	Realizado 2010 (B)	(%) (B/A)
<b>SALDO INICIAL</b>	<b>616.326</b>	<b>749.669</b>	<b>783.723</b>	<b>104,54</b>
<b>ENTRADAS</b>	<b>271.572</b>	<b>367.273</b>	<b>292.079</b>	<b>79,53</b>
Arrecadação de Empréstimos	13.591	13.260	15.454	116,55
Receltas Financeiras	57.981	54.013	76.625	141,86
Aporte Recursos OGU	200.000	300.000	200.000	66,67
<b>SAÍDAS</b>	<b>104.175</b>	<b>605.313</b>	<b>116.769</b>	<b>19,29</b>
Aplicações	82.132	312.163	101.904	32,64
Encargos do FDS	22.043	16.801	14.865	88,48
Taxa de Administração	15.122	7.824	14.865	189,99
Despesas Programa Crédito Solidário	6.921	8.924	0	-
Resultado de Transações TVM	0	53	0	-
Encargos do Programa MCMV	0	3.310	0	-
Despesa com Desconto MCMV	0	168.000	0	-
Outros		105.039	0	-
<b>SALDO FINAL</b>	<b>783.723</b>	<b>511.629</b>	<b>959.033</b>	<b>187,45</b>

Fonte: GECOF

- 3.1 As entradas de recursos no FDS totalizaram R\$ 292.079 mil, sendo mais representativos os subitens de Receitas Financeiras com realização de R\$ 76.625 mil, 141,86% do orçado e Aporte de Recursos OGU com valor de R\$ 200.000 mil, 66,67% do previsto.
- 3.2 As saídas de recursos no FDS realizaram 19,29% do valor orçado para o exercício, com destaque para Despesas Programa Crédito Solidário, que não apresentaram valor realizado no período.

## 4 ORÇAMENTO ECONÔMICO

### 4.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

- 4.1.1 O FDS apresentou resultado de R\$ 12.362 mil, proveniente das receitas e despesas apresentadas a seguir:

Demonstração de Resultados	Realizado	Orçado	Realizado	Realizado	Realizado	R\$ mil
	2009	2010	2010	Em Nov/10	Em Dez/10	(%)
		(A)	(B)	Varição de Saldo	Varição de Saldo	(B/A)
(+) Rendas de Operações de Crédito	1.795	2.370	1.886	95	372	79,58
(-) Despesas Administrativas e Operacionais	(17.853)	(191.862)	(69.594)	(5.561)	(10.758)	36,27
Taxa de Administração - CAIXA	(14.427)	(10.897)	(12.952)	(631)	(694)	118,86
Taxa de Administração - Crédito Solidário	(917)	(678)	(348)	-	-	51,33
Despesas com as Operações de Crédito do Programa Crédito Solidário	(592)	(8.924)	(613)	(51)	(51)	6,87
Taxa de Adm. - PCS Agente Financeiro	(592)	(8.924)	(613)	(51)	(52)	6,87
Taxa de Administração PMCMV - Ag. Financ.	(224)	(1.750)	(12.788)	(425)	(1.787)	730,74
Taxa de Administração PMCMV - Ag. Oper.	(341)	(1.560)	(1.449)	-	-	92,88
Resultado Transações Tít./Val. Mobiliários	(28)	(53)	-	-	-	-
Despesas Provisão p/ Perdas PMCMV	(1.324)	(168.000)	(41.443)	(4.454)	(8.226)	24,67
(+) Resultados Financeiros	59.313	54.923	80.078	7.796	9.230	145,80
(+) Outras Receitas / Despesas Operacionais	(8)	-	(9)	0	(9)	-
(=) Resultado Líquido	43.247	(134.569)	12.362	2.330	(1.165)	(9,19)

Fonte: Balancete FDS

- 4.1.1.1 Este resultado deve-se, principalmente, a superação de 45,80% em relação ao orçado do item Resultados Financeiros, que foram previstos R\$ 54.923 mil e realizaram R\$ 80.078 mil.
- 4.1.1.2 As Despesas Administrativas realizaram 36,27% do esperado, impactadas, principalmente, pela realização abaixo do valor previsto para as despesas de provisão para perdas do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o que contribuiu ainda para o resultado superior ao orçado.

## 4.2 BALANÇO PATRIMONIAL

## 4.2.1 Apresenta-se o balanço patrimonial do FDS:

Balanco Patrimonial	Realizado	Orçado	Realizado	R\$ mil
	2009	2010	2010	(%)
		(A)	(B)	(B/A)
<b>ATIVO</b>				
<b>Disponibilidades</b>	<b>348.209</b>	<b>489.474</b>	<b>560.686</b>	<b>114,55</b>
Depósito Remunerado na CAIXA	149.220	205.474	208.459	101,45
Depósito Remunerado CAIXA - FDS/PMCMV	198.914	284.000	349.993	123,24
Depósito Remunerado CAIXA - FDS/PMCMV-DFI	75	0	2.234	-
<b>Aplic. Interfinanceiras de Liquidez e TVM</b>	<b>435.514</b>	<b>306.155</b>	<b>398.346</b>	<b>130,11</b>
Recursos Disponíveis - TVM	391.962	279.762	358.512	128,15
Fundo de Liquidez <sup>1</sup>	43.552	26.393	39.834	150,93
<b>Financiamentos Habitacionais</b>	<b>314.396</b>	<b>606.250</b>	<b>361.973</b>	<b>59,71</b>
Programa Habit. do Trabalhador/Cidadão	22.537	20.087	19.111	95,14
Programa de Crédito Solidário	291.228	366.511	316.055	86,23
Financiamentos Habitacionais PMCMV	631	219.652	26.807	12,20
<b>Outros Créditos</b>	<b>2.535</b>	<b>1.447</b>	<b>5.254</b>	<b>363,10</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>11.996</b>	<b>12.168</b>	<b>11.462</b>	<b>94,20</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.112.650</b>	<b>1.415.494</b>	<b>1.337.721</b>	<b>94,51</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Credores Diversos</b>	<b>1.757</b>	<b>4.663</b>	<b>14.490</b>	<b>310,74</b>
Saldos Credores San. e Desen. Urbano	56	-	32	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.110.837</b>	<b>1.410.831</b>	<b>1.323.199</b>	<b>93,79</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.112.650</b>	<b>1.415.494</b>	<b>1.337.721</b>	<b>94,51</b>

1 - O valor de Fundo de Liquidez inclui Certificados de Depósitos Bancários e parte do saldo de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

4.2.2 Os financiamentos habitacionais realizaram R\$ 361.973 mil, 59,71% do previsto para o exercício, em razão dos desembolsos terem ficado abaixo do considerado no orçamento.

4.2.3 Os Credores Diversos apresentaram realização de R\$ 9.827 mil acima do orçado, em virtude da redução da provisão das taxas devidas ao agente financeiro do Fundo, referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida.



ELIS REGINA ROCHA  
Assistente Executivo Júnior



ERLON ALEXANDRE DA SILVA GUIMARÃES  
Gerente Executivo



IRENA SKORUPA PARACHIN  
Gerente Nacional Orçamento - GEORC

# **Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**

**(Administrado pela Caixa Econômica  
Federal – CAIXA)**

**Relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2010**



## **Relatório dos auditores independentes**

Aos Administradores  
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS  
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (“FDS” ou “Entidade”) que compreendem a demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2010 e a demonstração da evolução do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração do FDS é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis ao Fundo de Desenvolvimento Social e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



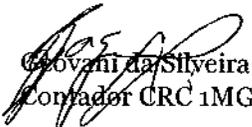
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS  
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a composição e a diversificação das aplicações do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS em 31 de dezembro de 2010, e a evolução do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis, aplicáveis ao Fundo de Desenvolvimento Social (Nota 2).

Brasília, 15 de fevereiro de 2011

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 “F” DF

  
Giovanni da Silveira Fagunde  
Contador CRC 1MG05926/O-o “S” DF

**Fundo de Desenvolvimento Social - FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Demonstração da composição e diversificação das aplicações**  
**Em 31 de dezembro de 2010**  
 Em milhares de reais

Aplicações/especificações	Saldo contábil	% sobre o ativo
<b>Ativo</b>		
<b>Depósitos bancários (Nota 3)</b>		
Depósitos remunerados CAIXA	560.686	41,91
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)</b>		
Títulos federais - Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	360.201	26,93
<b>Títulos e valores mobiliários (Nota 5)</b>		
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	38.145	2,85
<b>Operações de crédito (Nota 6)</b>		
Financiamentos habitacionais	361.973	27,06
<b>Outros créditos (Nota 7)</b>	5.254	0,39
<b>Outros valores e bens (Nota 8)</b>	11.462	0,86
<b>Total do ativo</b>	<u>1.337.721</u>	<u>100,00</u>
<b>Passivo</b>		
<b>Saldos credores em contas de empréstimos (Nota 9)</b>	32	
<b>Outras obrigações (Nota 10)</b>	14.490	1,08
<b>Patrimônio líquido (Nota 11)</b>	<u>1.323.199</u>	<u>98,92</u>
Representado por 13.537.409.216,94		
Cotas a R\$ 0,056052 cada uma	758.799	56,73
Programa Crédito Solidário	564.400	42,19
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<u>1.337.721</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundo de Desenvolvimento Social - FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Demonstrações da evolução do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Patrimônio líquido no início do exercício</b>		
2009 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,052121 cada uma		705.583
2010 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,054111 cada uma	732.522	
Programa Crédito Solidário	178.315	162.007
Dotação Orçamentária da União - PMCMV	200.000	
	<u>1.110.837</u>	<u>867.590</u>
Dotação Orçamentária da União - PMCMV	200.000	200.000
	<u>200.000</u>	<u>200.000</u>
<b>Patrimônio líquido antes do resultado do exercício</b>	<u>1.310.837</u>	<u>1.067.590</u>
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Receitas (Nota 14)</b>	81.965	61.108
Rendas de operações de crédito	1.886	1.795
Rendas de aplicações em oper. compromissadas	34.733	18.670
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	41.600	15.741
Rendas com títulos e valores mobiliários	3.459	24.902
Outras receitas operacionais	287	
<b>Despesas (Nota 14)</b>	(69.603)	(17.861)
Resultado de transações com títulos e valores mobiliários – ajuste a valor de mercado		(28)
Despesas de provisões operacionais (Nota 13)	(41.443)	(1.324)
Despesas administrativas – comissões e tarifas	(28.151)	(16.501)
Outras despesas operacionais	(9)	(8)
<b>Resultado do exercício</b>	<u>12.362</u>	<u>43.247</u>
<b>Patrimônio líquido final</b>		
2009 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,054111 cada uma		732.522
2010 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,056052 cada uma	758.799	
Programa Crédito Solidário	164.400	178.315
Dotação Orçamentária da União - PMCMV	400.000	200.000
	<u>400.000</u>	<u>200.000</u>
<b>Patrimônio líquido total</b>	<u>1.323.199</u>	<u>1.110.837</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS  
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2010**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**1 Contexto operacional**

O Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (“FDS” ou “Entidade”) foi constituído pelo Decreto nº 103, de 22 de abril de 1991, e iniciou suas operações em 2 de maio de 1991.

O objetivo do FDS é financiar projetos de iniciativa de empresas ou entidades do setor privado, caracterizados como de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários, sendo vedada a concessão de financiamentos a projetos de órgãos da administração direta, autarquias ou fundações da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios ou entidades sob seu controle direto ou indireto.

Os recursos do FDS provinham da emissão de cotas adquiridas pelos extintos Fundos de Aplicação Financeira-FAF e, atualmente, provem substancialmente do resultado de suas próprias aplicações.

A metodologia de aquisição de quotas pelo FDS prevista nas Resoluções do Conselho Curador do FDS - CCFDS nºs 71/96, 75/97 e 90/03, foi alterada pela Resolução nº 118/2007, de 13 de dezembro de 2007, que revogou todas as disposições nelas contidas.

A proposta de aquisição permite às instituições financeiras detentoras de cotas FDS o resgate dessas cotas ao Fundo pela cotação da data de extinção do FAF do qual elas foram adquiridas. Haverá dedução de valor correspondente ao percentual de provisão realizado pelo FAF ou de valor equivalente ao percentual de deságio praticado pela instituição quando da aquisição, valendo o que for maior. Além disto, deduzir-se-á também o valor correspondente aos resgates parciais efetuados pela instituição junto ao FDS.

Com a edição da Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a criação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), a União, em 1999, destinou recursos do FDS para a constituição de um fundo financeiro, denominado Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

O CCFDS, por meio da Resolução nº 93, de 28 de abril de 2004, criou o Programa Crédito Solidário - PCS voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, com renda de 3 a 5 salários mínimos, organizadas em cooperativas ou associações e demais entidades da sociedade civil. Os contratos firmados neste programa poderão ser renegociados conforme disposto na Resolução CCFDS nº 137, de 9 de abril de 2009, alterada pela Resolução CCFDS nº 164, de 14 de julho de 2010, em seu art. 14 com relação às renegociações dos imóveis.

Conforme Instrução Normativa nº 11, de 14 de maio de 2004, alterada pela IN 039, de 28 de dezembro de 2005, que regulamenta o PCS, os recursos para os financiamentos do programa serão do FDS e, em caráter complementar aos recursos do FDS, a participação de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por intermédio de aporte de recursos financeiros ou bens ou serviços economicamente mensuráveis necessários à composição do investimento a ser realizado.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

As principais características do PCS são as seguintes:

- Valor de financiamento unitário: até R\$ 12.000,00, podendo ser acrescido em até 150% para o Distrito Federal e para os municípios integrantes das regiões metropolitanas das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Belo Horizonte; em até 100% para os municípios integrantes das demais regiões metropolitanas, e em até 50% nos municípios com população superior a 50 mil habitantes e valor máximo de avaliação do imóvel de R\$ 72.000,00;
- Dispensada a cobrança de juros ao agente financeiro e ao beneficiário final;
- Sistema e forma de amortização: tabela Price, em parcelas mensais;
- Prazo de amortização: até 240 meses para o beneficiário final;
- Desembolsos: os recursos podem ser liberados em parcela única ou mensalmente, de acordo com o cronograma físico-financeiro;
- Remunerações do agente financeiro: taxa de administração, por operação de crédito realizada, no valor máximo de R\$ 25,00, paga à vista, em espécie, ao valor presente calculado à taxa de desconto de 12% ao ano no prazo contratado e taxa de equilíbrio, por operação de crédito, realizada à vista, em percentual de até 4% ao ano;
- Remuneração do agente operador: taxa de risco de crédito, paga à vista, em espécie, em percentual diferenciado por tomador, levando-se em conta a classificação da operação e o nível de risco em percentual variável limitado à taxa de risco de 0,8% aplicado sobre o saldo devedor da operação;
- Criação de conta específica no balanço patrimonial do FDS, segregando recursos, destinados à cobertura de risco de crédito do agente financeiro.

O PCS teve como capital inicial o montante de R\$ 120.885, integralizado em abril de 2005.

Em setembro de 2007, foi assinado contrato de abertura de crédito entre o agente operador do FDS e o agente financeiro do PCS, ambos representados pela CAIXA, no valor de R\$ 150.000.

Em função da reformulação do PCS, por meio da Resolução CCFDS nº 121, de 9 de janeiro de 2008, regulamentada pela IN nº 14, de 25 de março de 2008, alterada pela IN nº 15 de 3 de abril de 2008, no exercício de 2008, foi liberado o montante de R\$ 40.366 para o Novo Programa Crédito Solidário, voltado ao atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando à produção e aquisição de novas habitações, à conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.

A Resolução CCFDS nº 144, de 26 de novembro de 2009, incluiu a prerrogativa de cobertura de danos físicos no imóvel para as operações contratadas nas condições da Resolução CCFDS nº 121, de 24 de março de 2008.

A Resolução CCFDS nº 121, de 9 de janeiro de 2008, foi alterada pelas Resoluções CCFDS nº 156, de 8 de abril de 2010, no que se refere à transferência dos recursos alocados na Carteira Subsídios do FDS para a conta específica do FDS e nº 158, de 8 de abril de 2010, que estabelece critérios para o FDS assumir as despesas com recuperação de imóveis.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS  
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2010**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

As Resoluções CCFDS nºs 171 e 172, de 17 de dezembro de 2010, estabelecem o plano de metas e as diretrizes gerais para a aplicação dos recursos alocados ao FDS para o exercício de 2011, assim distribuídos:

- . Programa Crédito Solidário – PCS - R\$ 130.143;
- . Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV - até R\$ 820.000.

A Resolução CCFDS nº 173, de 17 de dezembro de 2010, aprovou o orçamento do FDS para o exercício de 2011.

As principais características no Novo Programa Crédito Solidário – NPCS são as seguintes:

- . Fontes de recursos financeiros (recursos do FDS, recursos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e outros que venham a ser destinados ao Programa) e não financeiros (bens e serviços que agreguem valor ao investimento, mensuráveis financeiramente, oriundos de Estados, Distrito Federal e Municípios);
- . Criação de subconta específica no balanço do FDS – Conta Equalizadora na disponibilidade do Fundo, constituída com aporte do FDS dos seguintes valores:
  - recurso oneroso - constituído do percentual de 20% (vinte por cento) do valor de financiamento concedido ao beneficiário final;
  - recurso da Carteira Subsídios do FDS - em percentual variável em função do prazo de amortização e carência, no percentual máximo de 50% do valor de financiamento, e
  - retorno do financiamento pago pelo beneficiário final.
- . Os recursos destinados à constituição da Conta Equalizadora do FDS serão depositados pelo agente operador, no ato da contratação do financiamento com o beneficiário final, e deverão, a partir de então, ser remunerados à taxa de mercado;
- . A utilização dos recursos onerosos do FDS será limitada à capacidade de assunção pelo Fundo, do aporte à Conta Equalizadora do FDS e do pagamento da taxa de administração ao agente financeiro, com os recursos constantes da Carteira Subsídios;
- . Prazo de carência: o previsto para execução das obras, limitado a no mínimo 6 (seis) meses e no máximo de 24 (vinte e quatro) meses;
- . Prazo de amortização: 240 (duzentos e quarenta) meses: o previsto para execução das obras, limitado a no mínimo 6 (seis);
- . Sistema e forma de amortização: Tabela Price, em parcelas mensais;
- . Dispensada a cobrança de juros ao agente financeiro e ao beneficiário final;
- . Desembolsos: os recursos podem ser liberados em parcela única ou mensalmente, de acordo com o cronograma físico-financeiro;
- . Remunerações do agente financeiro: taxa de administração, será paga à vista e em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal máximo de R\$ 21,43 (vinte e um reais e quarenta e três centavos), apurada durante o prazo de carência e amortização, descontado à taxa nominal de 12% ao ano até o início do prazo de carência.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS  
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2010**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O risco de crédito das operações de crédito com o novo PCS é do próprio Fundo, bancado pela conta equalizadora.

O fluxo financeiro destas operações ocorre mediante a liberação de recursos transferidos da conta de subsídios (registrada em depósitos bancários), para as operações de crédito e, conseqüentemente, constituído passivo para refletir a obrigação do FDS para o NPCS, uma vez que a garantia do pagamento das prestações destas operações é efetuada pela conta equalizadora (registrada em depósitos bancários).

A Lei nº 11.977/09, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, autoriza a União a transferir recursos ao FDS até o limite de R\$ 500.000, tendo sido aportado até este exercício o montante de R\$ 400.000.

O resultado (lucro) obtido pelo FDS está isento de tributação, com base na legislação vigente, em razão da natureza de suas atividades.

**2 Principais práticas contábeis**

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações contábeis estão baseadas nas práticas contábeis aplicáveis aos fundos de investimentos e consideram atos e fatos contábeis específicos relativos ao Fundo, bem como as adaptações pertinentes ao Plano Contábil dos Fundos de Investimentos (COFI), Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), nas normas emanadas pelo Conselho Curador e no que aplicável as práticas contábeis adotadas no Brasil, das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As principais práticas contábeis estão assim resumidas:

**(a) Resultado**

Apurado pelo regime de competência.

**(b) Títulos e valores mobiliários**

A Instrução CVM nº 438, de 12 de julho de 2006, estabeleceu um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários que são classificados de acordo com a intenção da Administração em duas categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Ativos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados diariamente ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Ativos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A Resolução do CCFDS nº 126/08, de 2 de abril de 2008, autorizou a CAIXA a adotar a marcação a mercado para os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do FDS.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**(c) Demais ativos**

Os financiamentos habitacionais são reconhecidos pelos valores liberados com base na regulamentação vigente e atualizadas com base nas taxas de remuneração pactuadas, não sendo constituída provisão para créditos de realização duvidosa tendo em vista que o credor é instituição controlada integralmente pela União.

Demais ativos demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e, quando aplicável, ajustado pelo valor de mercado ou de realização.

**(d) Passivo**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias “pro rata” dia.

**3 Depósitos bancários**

Estão representados pelos recursos depositados na CAIXA, os quais incorporam os rendimentos proporcionais auferidos, remunerados pela taxa SELIC.

**4 Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e aplicadas à taxa de mercado.

**Composição da carteira**

Operações compromissadas

Posição bancada

Letras Financeiras do Tesouro

231.492

Letras do Tesouro Nacional

125.000

Notas do Tesouro Nacional

3.709

---

360.201

---

**5 Títulos e valores mobiliários**

Representados por títulos públicos federais, com remuneração equivalente à taxa SELIC. Estão registrados ao custo de aquisição atualizado pelos índices de remuneração pactuados.

Todos os títulos registrados nesse componente estão classificados, a partir do exercício de 2008, na categoria 1 – títulos para negociação, conforme Resolução do CCFDS nº 126, de 2 de abril de 2008.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**Composição da carteira**

	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
CDB – Certificado de Depósito Bancário – até 3 meses	38.145	38.145
<b>Total 2010</b>	<u><b>38.145</b></u>	<u><b>38.145</b></u>

Os CDBs são de emissão da CAIXA, remunerados por 99% do CDI e são custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP).

**6 Operações de crédito**

Correspondem à linha de crédito aberta à CAIXA e transferida à EMGEA (empresa controlada integralmente pela União) com base na MP 2.196/01, para repasse aos tomadores finais de financiamentos habitacionais, e estão sendo atualizadas de acordo com remuneração básica dos depósitos de poupança (Taxa Referencial – TR), acrescida de juros de 0,5% ao ano.

Correspondem, também, aos financiamentos concedidos ao Agente Financeiro CAIXA referentes ao Programa Crédito Solidário, Novo Programa Crédito Solidário e PMCMV.

FDS	19.111
Programa Crédito Solidário	219.394
Novo Programa Crédito Solidário	96.661
Programa Minha Casa Minha Vida	<u>26.807</u>
	<u><u>361.973</u></u>

**7 Outros créditos**

Registra a remuneração a receber dos depósitos bancários.

**8 Outros valores e bens**

Representam as taxas de administração, pagas à vista ao agente financeiro, sobre o valor das contratações com recursos do NPCB e apropriadas contabilmente ao resultado como despesa pelo regime de competência.

**9 Saldos credores em contas de empréstimos**

Representam os saldos credores de financiamentos devidos em razão de regularização de prestações pagas quando da alteração na carência de alguns contratos do PCS e que serão apropriados quando do pagamento das atualizações monetárias dos referidos contratos, durante o prazo de carência.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**10 Outras obrigações**

Representam os créditos a apropriar - CRAPO, cuja função é manter o equilíbrio do patrimônio e a linearidade das cotas e as taxas e tarifas a repassar à CAIXA como agente financeiro e operador, conforme previsto no COFI e detalhado abaixo:

PCS – contratos firmados até 16 de maio de 2008 (Nota 12(b))	<u>1.082</u>
Agente financeiro:	
Taxa de administração	735
Taxa de equilíbrio	301
Agente operador - Taxa de risco de crédito	46
Novo PCS – contratos firmados após 16 de maio de 2008 (Nota 12(c))	<u>277</u>
Agente financeiro – Taxa de administração	277
Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV	<u>13.129</u>
Agente financeiro – Taxa de administração	13.129
Outros credores	<u>2</u>
Total	<u><u>14.490</u></u>

**11 Patrimônio líquido**

Nos exercícios findos em 2010 e 2009 não ocorreram resgates de cotas.

Em julho e outubro de 2010, foi aportado pela União o montante de R\$ 200.000 (R\$ 100.000 em cada mês) referente ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

**12 Taxas**

**(a) Administração do FDS e PCS**

São calculadas, provisionadas e pagas, nos dias considerados úteis, à razão de 2% ao ano, computadas sobre o patrimônio líquido diário e neste exercício totalizaram R\$ 13.300 (2009 – R\$ 15.344), sendo R\$ 12.952 referente ao FDS e R\$ 348 referente ao PCS e estão registradas em “Comissões e Tarifas”, representando 1,11% (2009 – 1,66%) do patrimônio líquido médio do exercício.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS  
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2010**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**(b) Administração e equilíbrio para o agente financeiro e risco de crédito ao agente operador do PCS**

Essas taxas referem-se a contratos do PCS firmados até 16 de maio de 2008 e são devidas pelo fato da CAIXA ter acumulado as funções de agente financeiro e operador do Programa Crédito Solidário.

Para esses contratos foi provisionado o montante de R\$ 59.141, do qual foram pagos até dezembro de 2010, R\$ 31.442 de taxas de administração e R\$ 24.003 de taxas de equilíbrio para o agente financeiro e R\$ 2.614 de taxa de risco de crédito ao agente operador, restando o valor de R\$ 1.082 em “Taxas e Tarifas a Repassar”.

No exercício de 2010 foram efetuados pagamentos à CAIXA referentes às taxas de administração (R\$ 6) e equilíbrio (R\$ 12). O Fundo está aguardando a apresentação, pelo agente, de documentos que irão subsidiar os pagamentos restantes.

**(c) Administração do agente financeiro com o Novo Programa de Crédito Solidário**

Conforme estabelecido na Resolução nº 121, de 9 de janeiro de 2008, do Conselho Curador do FDS, que conferiu nova disciplina ao Programa Crédito Solidário, a CAIXA na qualidade de agente financeiro do novo PCS tem direito à taxa de administração paga à vista e em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal máximo de R\$ 21,43, apurada durante o prazo de carência e amortização, descontado à taxa nominal de 12% ao ano até o início do prazo de carência.

A partir de 19 de maio de 2008, quando do início das contratações pelo novo PCS e do pagamento à vista ao agente financeiro, a contabilização das despesas com a taxa de administração está sendo registrada pelo regime de competência, portanto diferidas, mensalmente, de acordo com o prazo contratual e neste exercício foi registrado o montante de R\$ 613 (2009 – R\$ 592).

Do montante de R\$ 12.818, registrado em Taxas e Tarifas a Repassar, devidos de junho de 2008 a dezembro de 2010, foram pagos à CAIXA, em 2008, o valor de R\$ 5.620 e, em 2009, R\$ 6.921, restando a pagar o valor de R\$ 277, representando 0,02% (2009 – 0,75%) do patrimônio líquido médio do exercício.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**(d) Administração dos agentes financeiros com o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV**

Conforme Resolução do CCFDS nº 141, de 10 de junho de 2009, a taxa de administração dos agentes financeiros será paga à vista e em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal de R\$ 21,43 (vinte e um reais e quarenta e três centavos), apurada durante o prazo de carência e amortização, descontada a taxa de 10%. No exercício, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 12.788, restando o valor a pagar de R\$ 13.129.

**(e) Administração do agente operador com o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV**

A Resolução do CCFDS nº 169, de 15 de setembro de 2010, alterou o item 13.2 da Resolução nº 141, de 10 de junho de 2009, do CCFDS, que passou a vigorar com a seguinte redação:

- "13.2 A remuneração do Agente Operador do FDS pela operacionalização do Programa Habitacional Popular - Entidades – Minha Casa, Minha Vida está inserida na taxa de administração estabelecida para o FDS."

A partir de setembro de 2010, a taxa de administração para o agente operador deixou de ser provisionada separadamente e resultou, no período de janeiro a agosto de 2010, no montante de R\$ 1.449.

**13 Provisão para perdas**

Corresponde à perda resultante da diferença entre o valor pago pelo imóvel no âmbito do PMCMV, com recursos do FDS, e o valor presente do financiamento ao beneficiário final. Essa perda varia em função da capacidade de pagamento do beneficiário final, sendo registrada e paga no momento da concessão do financiamento, na rubrica "Despesas de provisões operacionais".

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**14 Distribuição do resultado**

O resultado apurado é reinvestido, diariamente, sob a forma de aumento do valor unitário das cotas, permitindo que os cotistas dele participem proporcionalmente ao número de cotas possuídas.

**(a) Receitas**

	<u>FDS</u>	<u>PCS/PMCMV</u>	<u>2010</u> <u>Total</u>	<u>2009</u> <u>Total</u>
Rendas de operações de crédito	242	1.644	1.886	1.795
Rendas de aplicações em operações compromissadas	33.252	1.481	34.733	18.670
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros		41.600	41.600	15.741
Rendas com títulos e valores mobiliários	3.459		3.459	24.902
Outras receitas operacionais		287	287	
	<u>36.953</u>	<u>45.012</u>	<u>81.965</u>	<u>61.108</u>

**(b) Despesas**

	<u>FDS</u>	<u>PCS/PMCMV</u>	<u>2010</u> <u>Total</u>	<u>2009</u> <u>Total</u>
Despesas de provisões para perdas		(41.443)	(41.443)	(1.324)
Comissões e tarifas	(12.952)	(15.199)	(28.151)	(16.501)
Outras despesas operacionais	(9)		(9)	(36)
	<u>(12.961)</u>	<u>(56.642)</u>	<u>(69.603)</u>	<u>(17.861)</u>

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**15 Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade**

A Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade foi elaborada de acordo com as definições da Instrução CVM nº 438, cujo objetivo é informar aos usuários das demonstrações contábeis a rentabilidade auferida no exercício.

Data	Valor da cota em R\$ (Não auditado)	Rentabilidade em %	
		Fundo	
		Mensal	Acumulada (*)
31/01/2009	0,052409	0,552560	0,552560
29/02/2009	0,052614	0,391154	0,945876
31/03/2009	0,052856	0,459954	1,410180
30/04/2009	0,053043	0,353791	1,768961
30/05/2009	0,053203	0,301642	2,075939
30/06/2009	0,053359	0,293217	2,375242
31/07/2009	0,053521	0,303604	2,686057
29/08/2009	0,053644	0,229816	2,922047
30/09/2009	0,053759	0,214376	3,142687
31/10/2009	0,053874	0,213918	3,363328
28/11/2009	0,053982	0,200468	3,570538
31/12/2009	0,054111	0,238969	3,818039
29/01/2010	0,054217	0,195894	0,195894
26/02/2010	0,054312	0,175222	0,371459
31/03/2010	0,054452	0,257770	0,630186
30/04/2010	0,054559	0,196503	0,827928
28/05/2010	0,054697	0,252937	1,082959
30/06/2010	0,054848	0,276063	1,362015
30/07/2010	0,055030	0,331826	1,698361
31/08/2010	0,055214	0,334363	2,038403
30/09/2010	0,055389	0,316949	2,361811
29/10/2010	0,055593	0,368304	2,738815
30/11/2010	0,055794	0,361556	3,110273
31/12/2010	0,056052	0,462415	3,587071

(\*) Percentual acumulado por ano.

Patrimônio líquido médio mensal do fundo nos últimos 12 meses: R\$ 1.194.749 (2009 – R\$ 926.850).

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**MARIA FERNANDA RAMOS COELHO**  
**PRESIDENTA**

**CARLOS ANTONIO DE BRITO**  
**VICE-PRESIDENTE**

**CARLOS AUGUSTO BORGES**  
**VICE-PRESIDENTE**

**CLARICE COPPETTI**  
**VICE-PRESIDENTE**

**EDILO RICARDO VALADARES**  
**VICE-PRESIDENTE**

**FABIO LENZA**  
**VICE-PRESIDENTE**

**JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA**  
**VICE-PRESIDENTE - RESPONSÁVEL**  
**PELOS FUNDOS E PROGRAMAS DO**  
**GOVERNO**  
**FEDERAL**

**JORGE FONTES HEREDA**  
**VICE-PRESIDENTE**

**MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO**  
**VICE-PRESIDENTE**

**MARCOS ROBERTO VASCONCELOS**  
**VICE-PRESIDENTE**

**SERGIO PINHEIRO RODRIGUES**  
**VICE-PRESIDENTE**

**MARGARIDA MARIA FERREIRA DE**  
**BARROS**  
**GERENTE NACIONAL DE CONTAB.**  
**DE ENTIDADES**  
**SOCIAIS E FUNDOS DE**  
**INVESTIMENTO**  
**CONTADOR CRC/RJ 052608/T-9 DF**

\* \* \*